UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ANTONIO MARCOS ROSEIRA

Foz do Iguaçu
Cidade Rede Sul-Americana

São Paulo
2006

ANTONIO MARCOS ROSEIRA

Foz do Iguaçu
Cidade Rede Sul-Americana

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana.
Orientador: Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa.

São Paulo
2006

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- R799 ROSEIRA, Antonio Marcos
Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana / Antonio Marcos Roseira ; orientador Wanderley Messias da Costa. – São Paulo, 2006.
171 f. ; il., mapas
- Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
1. Geografia humana. 2. Foz do Iguaçu (PR). 3. Planejamento territorial
4. Economia – Paraná (Região Oeste). 5. Geopolítica. I. Título. II. Costa, Wanderley Messias da.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Antonio Marcos Roseira
Foz do Iguaçu: Cidade Rede Sul-Americana.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo como requisito
parcial para obtenção do título de mestre
em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

A meus pais,
Ilda Marques e Lourival Roseira

Certamente o Estado não é a única unidade de poder, embora seja uma delas. E, certamente o poder não é determinado pela configuração das terras e mares e pela geografia dos lugares e, sim por motivações e decisões humanas pelas relações sociais.

Bertha Becker

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças ao apoio de grandes amigos, da graduação à pós-graduação, que colaboraram com discussões, troca de experiências, conhecimento e ensinamentos. Pessoas que estiveram presentes em vários momentos de alegria, aprendizado e crescimento.

Particularmente, Valdinéia, Bia, Ana Mônica, Cida, Roseli, Ana, Jonathas, Edson, Marina, Roberta, Ismael Mamedio, Rosa, Ju, Mário Lysias, Mauricio Allegrini e Ricardo Hirata.

Agradeço profundamente aqueles que participaram das etapas decisivas. Ao Pedrão pela força e ensinamentos que levo para toda vida.

À Terê pela amizade, excelente convivência e demonstração de companheirismo. O que seria de nossa vida “uspiana” sem os constantes momentos de descontração?

À Eliza Almeida pela oportunidade, confiança e também por uma amizade que muito me engrandece. Ao Carlos Pova cuja espontaneidade e sinceridade são exemplares. À Ana Elisa Pereira, que no dia-a-dia mostra que inteligência, simplicidade, respeito e alegria podem se encontrar juntos numa só pessoa.

Estendo meus agradecimentos à Elisinha por sua contagiante alegria, impressionante “vontade de saber” e inspiradora energia para vencer adversidades. À Aline, cujo compartilhamento de inúmeros momentos de descontração com muito indie rock e ambientes underground são provas de nossa felicidade.

Ao Herodes, amigo inestimável, com quem tenho uma grande cumplicidade de caráter e posições políticas. Ao Mário Ramalho, em que as diferenças entre o seu “humanismo miltonsantiano” e o meu “niilismo quase nietzscheano” nunca foram empecilhos a nossa crescente amizade.

Especialmente à Ju Salvadori e a Elisangela, que apesar de estarmos tão distantes, mantemos uma trajetória semelhante, e, que a vitória de um consista na de todos.

À Branca, que, de repente, não mais que de repente, surgiu em minha vida com todo seu carisma. Sem nossa cumplicidade, dificilmente teria alcançado equilíbrio em momentos difíceis durante a pesquisa.

Ao Loildo, irmão e companheiro, uma das pessoas mais brilhantes e inteligentes com quem convivi e que, com sua determinação me ensinou que estudar é em vários sentidos, o caminho da conquista.

Ao Osvaldo Moyano Marin pelo incentivo e apoio nos momentos mais conturbados. Sua amizade tem me ensinado muito sobre a América Latina e, particularmente sobre o Chile, sua terra-amada.

Carinhosamente aos professores Edson Yokoo, Diva Aparecida Camargo, Zilda Leandro e Nair Glória, que tanto contribuíram nos primeiros passos na graduação e pós-graduação.

Com imensa gratidão à Profa. Dra. Rosa Ester Rossini, rigorosa, generosa e consciente do papel formador da Universidade.

A Profa. Dra. Zueleide Casagrande de Paula, mestre e amiga, que sabe profundamente que pesquisa e disciplina caminham juntas na construção do conhecimento. Sua erudição, presença de espírito e caráter são sempre inspiradores. De maneira especial ao seu apoio financeiro, que de tão valioso, talvez eu nunca seja capaz de retribuir à altura.

Ao Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa, pela orientação e ampliação dos meus horizontes na Geografia Política.

Finalmente, com muito carinho ao Núcleo de Pesquisas Multidisciplinares - NUPEM - FECILCAM/UNESPAR, pela oportunidade de desenvolvimento do projeto de iniciação científica. Ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e

Social - IPARDES, pela colaboração e fornecimento de mapas. Especialmente ao LABOPLAN pelo apoio estrutural oferecido desde 2002. Ao CNPq, pelo financiamento parcial da pesquisa por meio da bolsa de mestrado.

Resumo

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana**. 2006, 170f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Foz do Iguaçu, como a mais importante cidade da Tríplice Fronteira, possui um conjunto de características que remetem à condição geopolítica contemporânea. A cidade surgiu como Colônia Militar no século XIX, resultado de tensões entre os países da Bacia do Prata, em relação ao controle das fronteiras e do território. Foz do Iguaçu, que junto a Ciudad Del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina) forma uma espécie de metrópole tri-nacional, sempre foi foco privilegiado de interesses geopolíticos. Se o seu surgimento esteve atrelado às estratégias militares de controle territorial, o seu crescimento e desenvolvimento foram derivados de políticas do governo federal concernindo todo o Oeste Paranaense. A construção BR-277, da Ponte Internacional da Amizade e da Usina Hidrelétrica de Itaipu revela o valor da Tríplice Fronteira e de Foz do Iguaçu na relação entre os países do Cone Sul. Por meio da concentração de atividades turísticas e das práticas de comércio ilegal junto a Ciudad Del Este, a cidade se coloca numa condição única dentro de um cenário de integração regional do Mercosul. Ao mesmo tempo em que é um núcleo privilegiado dessa integração, após décadas de atritos geopolíticos entre Brasil, Paraguai e Argentina, Foz do Iguaçu expõe um emaranhado de problemas envolvendo o controle da fronteira, com reflexos políticos, econômicos e sociais para toda a América do Sul.

Palavras Chaves: Bacia do Prata, Oeste Paranaense, Tríplice Fronteira, Foz do Iguaçu e Mercosul.

Abstract

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana**. 2006, 170f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Foz do Iguaçu, as the most important city of the Tri-Border Area, has a set of characteristics which refer to the contemporary geopolitics condition. The city aroused as a Military Colony in the XIX century, being the result of tensions among the countries of the Prata Basin, involving border and territory control. Foz do Iguaçu, which together with Ciudad Del Este (Paraguay) and Puerto Iguazu (Argentina) form a kind of tri-national metropolis, has always been a privileged target of geopolitics interests. If its appearance has been linked to military strategies of territorial control, its growth and development were derived from policies of the federal government involving all the West of Paraná. The BR-277 construction of the International Bridge of Friendship and of Itaipu Hydropower Plant reveals the value of the Tri-Border and of Foz do Iguaçu in relation to other countries from the Southern Cone Countries. By means of the concentration of tourist activities and illegal commerce practices together with Ciudad Del Este, this city is placed in an unique condition within a scenery of regional integration of Mercosul. At the same time that it is a privileged nucleus of such integration, after decades of geopolitics friction amid Brazil, Paraguay and Argentina, Foz do Iguaçu presents a host of problems concerning the border control, with political, economical and social reflexes to all South America.

Key Words: Prata Basin, West of Paraná, Tri-Border Area, Foz do Iguaçu e Mercosul.

Resumen

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana**. 2006, 170f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Foz do Iguaçu, como la más importante ciudad de la Triple Frontera, posee un conjunto de características que remiten a la condición geopolítica contemporánea. La ciudad surgió como Colonia Militar en el siglo XIX, resultado de tensiones entre los países de la Cuenca del Río de La Plata, envolviendo el control de las fronteras y del territorio. Foz do Iguaçu, que junto a la Ciudad Del Este (Paraguay) y Puerto Iguazú (Argentina) forma una especie de metrópolis trinacional, siempre fue foco privilegiado de intereses geopolíticos. Si su surgimiento estuvo enlazado a las estrategias militares de control territorial, su crecimiento y desarrollo fue derivado de políticas del gobierno federal envolviendo todo el Oeste Paranaense. La construcción de la BR-277, del Puente Internacional de la Amistad y de la Usina Hidroeléctrica de Itaipú revela el valor de la Triple Frontera y de Foz do Iguaçu en la relación entre los países del Cono Sur. Por intermedio de la concentración de las actividades turísticas y de las prácticas de comercio ilegal junto a la Ciudad Del Este, la ciudad se coloca en una condición única dentro de un panorama de integración regional del Mercosur. Al mismo tiempo en que es un núcleo privilegiado de esa integración, después de décadas de desavenencias geopolíticas entre Brasil, Paraguay y Argentina, Foz do Iguaçu expone un enmarañado de problemas envolviendo el control de la frontera, con reflejos políticos, económicos y sociales para toda la América do Sur.

Palabra Clave: Cuenca del la Plata, Oeste Paranaense, Triple Frontera, Foz do Iguacu e Mercosur.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

MAPA 1 - Sub-região Urbana de Cascavel, 1970.....	75
MAPA 2 - Alto Paraná: População Urbana e Distrital, por Nacionalidade, em 1992.....	82
MAPA 3 - O Estado do Paraná: Mesorregiões Geográficas.....	100
MAPA 4 - Mesorregião Oeste Paranaense: Rede de Cidades, 2000.....	113
MAPA 5 - Mesorregião Oeste: Eixo A e Eixo B.....	116
FIGURA 1 - Corredores Longitudinais.....	94
FIGURA 2 - Corredores Transversais.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Crescimento Populacional de Foz do Iguaçu: 1889 – 2003.....	68
GRÁFICO 2 - Comparativo do Grau de Urbanização de Mesorregiões Paranaense: 1970 - 2000.....	74
GRÁFICO 3 - Relação entre População Nacional, Total de Estrangeiros e de Brasileiros nos Departamentos Fronteiriços Paraguaios (1972).....	80
GRÁFICO 4 - Itaipu: Número de Visitantes (margem brasileira): 1977 - 2005.....	124
GRÁFICO 5 - Comparativo do Número de Visitantes na Usina Hidrelétrica de Itaipu e Cataratas do Iguaçu: 1980 - 2005.....	126
GRÁFICO 6 - Distribuição dos Postos de Trabalho na Área de Turismo (2004).....	128
GRÁFICO 7 - Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Embarques e Desembarques (1986 - 2005).....	139
GRÁFICO 8 - Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu. Volume de Passageiro (1992 - 2005).....	140
GRÁFICO 9 – Quantidade de Registros nas Unidades de Registro de Exportação no Brasil (2005).....	141
GRÁFICO 10 – Total de Exportações e Importações Brasileiras no Mercosul.....	156

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Áreas de Favelas.....118

TABELA 2 – Produção Agropecuária (toneladas) e Rebanho (cabeças) 2003.....118

TABELA 3 – Número de Estabelecimentos Comerciais (2005).....119

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste Paranaense

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EUA - Estados Unidos da América

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PIA - Ponte Internacional da Amizade

PTN - Ponte Tancredo Neves

PF - Polícia Federal

PRF - Polícia Rodoviária Federal

RF - Receita Federal

TEC - Tarifa Externa Comum

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP - Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação.....	19
I – Introdução.....	21
Capítulo I - Ocupação, Povoamento e Geopolítica no Oeste Paranaense.....	33
1 - Apresentação.....	34
2 - As ações de ocupação da área de Foz do Iguaçu.....	36
3 - As primeiras atividades econômicas no Oeste Paranaense.....	44
4 - Povoamento e integração territorial do Oeste Paranaense.....	53
5 - Geopolítica no Oeste Paranaense a partir de 1950.....	62
5.1 - Crescimento populacional e a importância regional de Foz do Iguaçu.....	67
5.2 - Impactos econômicos do lago de Itaipu no Oeste Paranaense.	72
5.3 - A importância da questão dos Brasiguaios.....	78
Capítulo II - Oeste Paranaense e Foz do Iguaçu na Integração Econômica e Territorial do Cone Sul.....	84
1 - Apresentação.....	85
2 - Algumas características da integração territorial sul-americana.....	87
3 - A inserção do Oeste Paranaense na integração regional do Cone Sul.....	99
4 - Foz do Iguaçu no Oeste Paranaense no início do século XXI.....	112
4.1 - A importância do turismo em Foz do Iguaçu.	121
4.2 - A atividade dos “sacoleiros” na Tríplice Fronteira.....	129

Capítulo III - Tríplice Fronteira, Cenário Internacional e Mercosul.....	135
1 - Apresentação.....	136
2 - A problemática do fluxo de pessoas e mercadorias na Tríplice Fronteira.....	137
3 - Tríplice Fronteira e cenário internacional contemporâneo.....	149
4 - Mercosul e Tríplice Fronteira: potencialidades e fragilidades regionais.....	155
 Considerações Finais.....	 161
 Referências Bibliográficas.....	 163

Apresentação

O presente trabalho investiga os elementos que caracterizam Foz do Iguaçu na Tríplice Fronteira, e suas relações num espaço maior com a integração territorial sul-americana, e, numa área menor com os países vizinhos do Cone Sul.

A pesquisa está estruturada em três capítulos: o Capítulo I é intitulado “Ocupação, Povoamento e Geopolítica no Oeste Paranaense”; o Capítulo II “Oeste Paranaense e Foz do Iguaçu na Integração Econômica e Territorial do Cone Sul”; o Capítulo III “Tríplice Fronteira, Cenário Internacional e Mercosul”. Cada um deles procura entender aspectos específicos do Oeste Paranaense, Foz do Iguaçu e da Tríplice Fronteira num cenário internacional Pós-Guerra Fria e de formação de blocos econômicos regionais.

Na introdução são discutidos os aspectos teórico-metodológicos, os autores e os principais conceitos em que se pauta a pesquisa. Faz-se uma sucinta reflexão do cenário internacional contemporâneo e das atuais possibilidades de estudos em Geografia Política.

O Capítulo I discute os aspectos históricos do desenvolvimento econômico e social do Oeste Paranaense e de Foz do Iguaçu. Após as primeiras políticas de ocupação da região, busca-se compreender o seu desenvolvimento, iniciado a partir da década de 1950. Estuda-se as políticas brasileiras na Bacia do Prata por meio de projetos específicos, como a construção da BR-277, da Ponte Internacional da Amizade (PIA), e da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

No Capítulo II, com um breve exame dos projetos de integração territorial da América do Sul, esboça-se a conjuntura nacional e continental em que se insere o Oeste Paranaense. Para entender as características econômicas locais, são verificados os aspectos produtivos dos principais pólos (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo) da Mesorregião Oeste.

Ao avaliar a polarização exercida pelos três mais importantes municípios da região, averiguam-se os elementos que fazem de Foz do Iguaçu na fronteira uma cidade centralizadora de uma região transfronteiriça que engloba o Leste Paraguai, Nordeste Argentino e o Oeste paranaense.

O Capítulo III investiga os elementos que fazem da Tríplice Fronteira uma área de tensões que remete às novas condições geopolíticas de um mundo Pós-Guerra Fria. Nesse capítulo, procura-se entender como Foz do Iguaçu e a Tríplice Fronteira são centralizadoras e disseminadoras de práticas envolvendo comércio ilegal, contrabando e atividades criminosas em geral. Por último, reflete sobre a interação política e econômica proporcionada pelo Mercosul, e os efeitos negativos dessa área de fronteira sobre esse projeto de integração regional.

Nas Considerações Finais é analisada a importância da relação entre as áreas de fronteira e as propostas de integração regional no Cone Sul.

I - Introdução

A partir da década de 1980, intensifica-se na Geografia Política a busca por uma releitura de suas bases teórico-metodológicas. Autores como Claude Raffestin na Europa, e Bertha Becker no Brasil têm proposto uma nova metodologia de análise para a relação entre a sociedade e o território. Propõem um resgate crítico dessa disciplina e uma mudança metodológica condizente com as transformações políticas, econômicas e sociais.

Nesse caminho, seus estudos buscam compreender o poder enquanto uma multidimensionalidade, algo que possui diversas fontes e vários meios possíveis de manifestação no território. Recusam, dessa forma, um entendimento unidimensional na Geografia Política, pautada numa relação exclusiva entre Estado e Território.

Essa postura tem sido ainda mais radical a partir do final dos anos 1990, onde autores norte-americanos como Gearóid Ó Tuathail (1997 e 2000) e ingleses como J. Agnew (1997) e A. Hudson (2000) tem proposto o que denominam de Geopolítica Pós-Moderna.

Segundo Agnew (Apud Ó Tuathail, 1997, p. 166 - 178), a geopolítica moderna estava apoiada num mundo marcado por três características geográficas centrais: a) O Estado tinha poder soberano exclusivo sobre seu território; b) o doméstico e o estrangeiro eram separados e distintos por países; c) os limites de um Estado definiam os limites de uma sociedade.

As propostas destes autores para a geopolítica estariam pautadas principalmente na consideração de uma trans-territorialidade. As formas contemporâneas de relação entre os lugares invalidam o valor das três hipóteses por eles levantadas acerca da geopolítica moderna.

Claude Raffestin, em 1980, preocupado com tipos diferenciados de relações de poder e suas manifestações territoriais, trilha um caminho bastante original na

Geografia. Em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, ao propor uma problemática relacional, é claramente influenciado pelas análises filosóficas de Michel Foucault a respeito da natureza do poder.¹

A proposta metodológica de Raffestin não se constituiu em uma oposição ao Poder do Estado. Coloca ao lado desse Poder "visível", o poder de letra minúscula como afirma.²

Na Geografia Política, estas mudanças metodológicas, com uma compreensão multidimensional do poder, são extremamente importantes, pois influenciam seus conceitos centrais. Por isso, território, fronteira e limite territorial sofrem influência direta da concepção de poder enquanto relação.

Ao considerar o caráter relacional do poder, Raffestin propõe o que denomina de divisão tripartida para o seu uso na Geografia Política, onde a análise passa fundamentalmente pela relação entre a população, o território e os recursos. Segundo o autor, na população reside a ação e as possibilidades de mudanças, enquanto o território é o local de todas as relações. Os recursos contidos no território determinam os horizontes da ação.³

¹ “Podemos dizer que quando em seus estudos Foucault foi levado a distinguir no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício, o que pretendia era detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferencia do Estado e seus aparelhos. Mas isso não significava, em contrapartida, querer situar o poder em outro lugar que não o Estado, como sugere a palavra periferia. O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro os que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. Roberto Marchado, 2000, p. XIV.

² “O Poder com letra maiúscula postula, “como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais”. “Formas Terminais”? A expressão é de grande valor, pois dá conta dessa concepção unidimensional do poder que quase obscureceu por completo a visão possível, que é incomparavelmente mais rica. O “Poder”, longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio. Isso continuará assim enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada. Pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. Este último “nasceu muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”. O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio.” Claude Raffestin, 1993, p. 51 - 52.

³ O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território, e os recursos. Considerando o

Num período de grandes avanços tecnológicos, estas proposições ganham contornos extremamente complexos. As constantes transformações nos meios de comunicação e transporte, e o alto grau de conexividade entre os lugares fazem emergir uma série de atores territoriais.

Para Bertha Becker (1988) é necessário estar atento ao valor estratégico do território. Aqui, as novas formulações da Geografia Política encontram sua maior complexidade. Quando a preocupação era centralmente o Estado, já havia "leis gerais" como lembra Becker, com uma forma de raciocínio estabelecido e estruturado. Ao considerar uma diversidade de atores, há a necessidade de entender as suas díspares formas de ações.

Aliás, Bertha Becker substitui a estratégia pela logística.⁴ Fundamentando-se na visão de guerra permanente em Paul Virilio, afirma que esta não está mais apenas no plano militar. Ao dominar altas tecnologias de comunicação e transporte, tanto grandes empresas quanto organizações criminosas internacionais, têm, às vezes, força superior a muitos Estados.

Não é somente com o controle das novas tecnologias de produção, mas também daquelas envolvendo a circulação de mercadorias e informação no território, que uma grande empresa pode ter eficiência nas disputas de mercado. Para estas, que se

que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender porque colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela, residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. O território não é menos indispensável, uma vez que é cena do poder e lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. Op. cit. 1993, p. 58.

⁴" O triunfo da logística é o triunfo da "classe militar" e da velocidade da expedição. Classe militar não no sentido de uma casta, mas de uma lógica militar difusa; a essência da guerra domina a tecnologia, a ciência, a sociedade, o político, e inclusive os próprios militares que também estão desaparecendo na tecnologia e na automação da máquina de guerra, espécie de inteligência desenfreada, sem limites. A questão da guerra se resume à questão da velocidade, de sua organização e produção; é o domínio da lógica da corrida. A máquina de guerra não são apenas explosivos, e nela não é apenas o poder destrutivo da arma o que mais conta, e sim os vetores, os veículos de velocidade e de destruição absolutas e imediatas. O que mais conta é a velocidade que, continuamente desenvolvida, conduz a automação e à instantaneidade da destruição." Bertha Becker, 1988, p. 106.

constituem em importantes atores na Geografia Política, dominar as novas tecnologias de comunicação e transporte é uma condição capital de existência.

Trata-se de uma associação entre as inovações tecnológicas tanto em produção como em transporte, pois, com o avanço incessante da globalização, essa distribuição é cada vez mais transnacional. A economia está associada a um jogo de forças territorial, sendo parte das regras da globalização, que sob o ponto de vista financeiro, caracteriza-se pela capacidade de produzir efeitos em diversas escalas.⁵

As empresas transnacionais sobrevivem cada vez mais por meio de mecanismos que permitem a circulação de mercadorias e informação além dos efeitos das fronteiras enquanto uma barreira à circulação.

Os atores políticos e econômicos contemporâneos que agem em escala local, nacional e internacional se relacionam fundamentalmente com o território. Sejam eles o Estado, as grandes empresas, os organismos multilaterais, as Ongs, ou organizações criminosas.

A relevância em considerar a importância destes atores está nas suas capacidades de produzir resultados concretos. Hoje existem Ongs com inúmeras preocupações, que, amparadas legalmente, atuam onde muitas vezes o Estado não alcança, ou, não se interessa. Suas atuações são muito variadas e vão desde a preservação do meio ambiente até a melhoria do espaço urbano.

Em relação às organizações criminosas, suas atividades ilegais são altamente desafiadoras aos efeitos das fronteiras, questionando a segurança e a organização política, econômica e social dos Estados. Estas atividades são originadas dos grandes traficantes, terroristas e contrabandistas, cuja existência passa centralmente pelo desafio ao funcionamento das fronteiras.

⁵ "De uma perspectiva estritamente financeira a um maior grau de globalização correspondem, de forma simultânea: a) um aumento do volume de recursos; b) um aumento da velocidade de circulação dos recursos; c) a interação dos efeitos de a e b sobre as diversas economias." Bauman, 1996: 34.

É em parte por isso que imigrantes ilegais têm sido alvos de políticas agressivas, principalmente por parte dos norte-americanos. Para os governos dos países ricos, neste contingente pode ser "abrigado" todo tipo de criminosos e, constitui-se certamente num caminho de infiltração de grupos terroristas.

Alguns autores como Jennifer Hyndman em seu artigo publicado na *Antipode* (1997, p. 149 - 176) intitulado *Border Crossings*, defende uma geopolítica da mobilidade, argumentando que as fronteiras internacionais são mais porosas ao capital do que as pessoas. A sua concepção se ampara na importância que o tema da mobilidade nas fronteiras atingiu, principalmente com o governo de Bill Clinton.

Num discurso em 1997 na Assembleia Geral da ONU, o então presidente norte-americano afirma: “estamos todos vulneráveis aos perigosos atos de “Estados fora da lei” e ao terrível eixo de terroristas, traficantes de drogas e criminosos internacionais.”

O discurso evidencia uma preocupação que se tornou central na política externa do governo Clinton e atingiu uma forma ainda mais radical na administração de George Bush, após o “11 de setembro”. Estes acontecimentos mostram que mesmo as poderosas nações do planeta são incapazes de ter controle absoluto sobre o que flui através de suas fronteiras.

O constante desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação coloca um grande paradoxo à sociedade. Quanto mais são aperfeiçoados os meios de vigilância no território, menos controle existe sobre a circulação de matéria e informação. Os mesmos avançados meios que expandem o poder dos Estados e das grandes corporações internacionais são utilizados por terroristas e traficantes. Para utilizar um termo difundido por Clinton, por toda forma de “rogue actors”.

Com o crescente aumento dos fluxos, é necessário discutir o significado da fronteira. Um panorama internacional com fronteiras mais porosas e com uma crescente circulação de matérias e informação, ao mesmo tempo em que é a chave de um novo

mundo, de uma nova forma de interação entre os lugares, é um dos pontos centrais de uma vulnerabilidade planetária.

As áreas de fronteira têm funcionamentos que antecedem muitas vezes as leis do Estado. As leis, como norteadoras da ação do Estado envolvendo o controle do território, tendem a disciplinar as práticas cotidianas locais em vista de uma funcionalidade específica. Portanto, por necessidade do Estado, as fronteiras são dotadas de determinadas características.

Segundo Raffestin (1993), a fronteira é caracterizada por três significados, que embora distintos, são coexistentes. São três funções básicas: legal, de controle e fiscal. Embora não estejam presente simultaneamente em todos os limites internacionais, tais funções sinalizam situações de relações de poder instauradas no território (1993, p. 168). Para o autor, a fronteira é apenas um subconjunto do limite territorial, este, revelador de um modelo social dotado de uma historicidade.⁶

No clássico artigo *Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia*, (1933, p. 195-228), Richard Hartshorne faz um estudo detalhado da relação entre fronteira e arbitrariedade do Estado. Nos objetivos do Estado moderno, as populações, com suas práticas, culturas e tradições, devem ser disciplinadas e controladas, balizadas pela linha fronteiriça.

Se a fronteira marca organizações políticas, econômicas, sociais e culturais distintas, uma constante aproximação política e econômica entre diferentes Estados não

⁶ “O limite, a fronteira *a fortiori*, seria assim a expressão de uma interface bissocial, que não escapa a historicidade e que pode, por consequência, ser modificada ou até mesmo ultrapassada. De fato, desde que o homem surgiu, as noções de limite e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem, no entanto nunca desaparecerem. É evidente que os significados do limite variaram muito no decorrer da História. Não há por que se admirar, pois o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreita relação com o trabalho, portanto com o poder. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torna-los espetaculares. O limite cristalizado se torna ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder.” Claude Raffestin, 1993, p. 164-165.

produziria uma rarefação de seus efeitos? No entanto, sendo dotadas de diferentes funções como mostra Raffestin (Op. cit), é preciso pensar em termos de suas dinâmicas.

Apesar de uma integração cada vez maior entre os lugares, não é possível reduzir o funcionamento da fronteira às necessidades de intercâmbio comercial. Apesar de estar cada vez mais porosa ao capital, existe uma seletividade na fronteira, determinada por tratados e acordos internacionais.

Numa conjuntura internacional multipolar, a formação de blocos econômicos se estabelece como um meio de fortalecimento de determinadas regiões aos efeitos da globalização. Portanto, alardear o fim das fronteiras é ignorar suas características contemporâneas. Ao mesmo tempo em que elas se abrem para as relações locais e regionais, se tornam mais rigorosas e fechadas em várias circunstâncias, para o intercâmbio de mercadorias em escala global.

Assim sendo, estamos em um período onde as funções das fronteiras são readaptadas para as novas necessidades de inter-relação política, econômica e cultural entre os lugares, mas nunca diluídas.

A importância deste conceito está na sua relação com práticas territoriais, que ganham novos contornos com o avanço da globalização. As relações entre os lugares são cada vez mais norteadas pelas relações de poder que envolvem as atuais necessidades de fluxo fronteiriço.

Estas relações de poder se dão por meio da seletividade da matéria e informação que flui no território. Dessa maneira, também o entendimento do conceito de território é profundamente influenciado pelas transformações econômicas, políticas e culturais da sociedade contemporânea.

Na Geografia Política Clássica, o território aparece como um dos fundamentos do “Poder” do Estado. Segundo Bertha Becker, a Geografia Política deveria ser um

instrumento para os dirigentes dos Estados.⁷ O entendimento de território era voltado à posse e ao controle de uma área por um determinado Estado.

Mas a realidade das relações sociais contemporâneas impede a exclusividade desta compreensão. Com a idéia de multidimensionalidade do poder, emergem também novas concepções acerca do conceito de território. Desta forma, existe a concepção de uma multiterritorialidade que se manifesta nas mais variadas escalas.

Rogério Haesbaert (2004) faz uma diferenciação muito importante a respeito deste conceito. Distingue o que denomina de território-zona e território-rede. Segundo Haesbaert, o território-zona é marcado por seu caráter mais estático e dicotômico, enquanto o território-rede se define pela mobilidade e por sua dimensão móvel-temporal.⁸

Como o território envolve essencialmente relações de poder, a noção reticular trabalhada por Haesbaert é bastante pertinente. No território, o poder só flui por meio de redes, que de acordo com as leis e normas, operam instaurando uma seletividade. Muitos conflitos nas fronteiras se dão por essa seletividade.

⁷ "...em sua Geografia Política, de 1897, subintitulada a "Geografia dos Estados, do Comércio e da Guerra", Ratzel propõe o significado da Geografia Política e dá ao Estado sua significação espacial. Tornando-o visível geograficamente, teorizando, justamente, a relação do Estado com seu território, preocupado que estava em responder ao empenho do aparelho de Estado alemão na sua consolidação e expansão. Duas contribuições maiores merecem ser resgatadas em sua obra: 1 - A Geografia Política como base de uma tecnologia espacial do poder do Estado. A Geografia Política deveria ser um instrumento para os dirigentes que, em contrapartida, aprenderiam a instrumentalizá-la. Ela explica que, para compreender a natureza de um império, é necessário passar pela escola do espaço, isto é, de como tomar o terreno. Daí a importância atribuída à Geoestratégia e à concepção da situação geográfica como um dispositivo militar para o geógrafo que analisa o comércio e as relações em geral, a economia, sempre configurada espacialmente, é a guerra; os fatos do espaço são sempre singulares, cada qual situado na interseção de processos diversos, onde precisamente deve atuar as estratégias. 2 - A busca de leis gerais sobre a relação Estado-espaço. A busca de leis gerais reside na ligação estreita do Estado com o solo, considerando a única base material da unidade do Estado uma vez que sua população, via de regra, apresenta-se diversificada. Assim, politicamente, a importância absoluta ou relativa do Estado é estabelecida segundo o valor dos espaços povoados." Bertha Becker, 1988, p. 103.

⁸ Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de uma território rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de uma "conjunto de pontos e linhas", numa perspectiva euclidiana, mas como um componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a "superfície" territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e "profundidade", relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional." Rogério Haesbaert, 2004, p. 286-287

Entretanto, apesar de toda a pertinência dessa definição de território reticular, o território-zona é também fundamental para estudos que envolvam a fronteira. Os territórios dos Estados, legitimados juridicamente, ampliam a complexidade nos estudos envolvendo os limites entre os Estados, pois há uma coexistência de práticas entre o território-zona e o território-rede.

As zonas de fronteira, que são áreas entre o limite territorial de Estados distintos, são exemplos da importância da concepção mais “tradicional” de território. Há nessas áreas um cuidado diferenciado com a soberania.

Se portos e aeroportos funcionam como portas de entrada e saída ao território, as zonas de fronteira internacionais são grandes áreas de contatos entre dois ou mais modelos sociais. Estas áreas ainda são extremamente importantes para estudos de Geografia Política, pois continuam sendo locais privilegiados de tensões políticas, sociais e militares.

Os inúmeros conflitos que ainda caracterizam as áreas de fronteiras estão ligadas à seletividade dos fluxos. As zonas de fronteira são bastante paradigmáticas quanto a isso, pois são um dos lugares onde a seletividade no território se mostra de forma mais contundente. O avanço da globalização e a difusão de novas tecnologias de comunicação e transporte fizeram da circulação de pessoas, matéria e informação um fator onde se alcançam as maiores polêmicas sobre a noção de legalidade e ilegalidade. O que deve ou não passar pela fronteira está na razão de uma série de embates envolvendo o território.

Lia Osório Machado (2000) salienta que o estatuto de legalidade e ilegalidade está atrelado ao funcionamento de uma sociedade e que se altera conforme se transforma a organização social. São, portanto, mutáveis no tempo e no espaço, de

acordo com as transformações das normas jurídicas da sociedade e das circunstâncias diplomáticas.⁹

Após a bipolaridade que marcou o período da Guerra Fria, a noção de legalidade e ilegalidade no cenário político internacional está também atrelada à relação entre globalização e fragmentação. Se as “forças centrífugas” da globalização levam a uma integração cada vez maior entre os lugares, são as normas locais e também globais que impedem uma circulação irrestrita de pessoas, mercadorias e informação.

A fragmentação, com a formação de blocos econômicos e também, por necessidades internas dos Estados nação, é responsável por áreas que têm suas funcionalidades definidas entre o global e o local. A própria experiência com a formação do Mercosul revela a ação de forças locais como meio de fortalecimento aos efeitos da globalização.

As regiões enquanto áreas políticas organizadas, em suas diversas escalas, revelam uma morfologia espacial que reflete uma busca por fortalecimento local. No caso do Mercosul, os novos projetos de integração territorial são reflexos no subcontinente sul-americano de uma região que busca cada vez mais a integração dos lugares.

Dessa forma, uma análise das áreas de fronteira na América do Sul é fundamental para um estudo de seus projetos de integração. Pelas dificuldades políticas, econômicas e sociais dos países sul-americanos em geral, a situação de várias de suas áreas de suas fronteiras é caracterizada por elementos que remetem diretamente ao cenário internacional contemporâneo.

⁹ “A história dos povos e das instituições mostra que a noção de legalidade/ilegalidade é intrínseca a toda organização social, mas a condição de legalidade ou de ilegalidade de qualquer ação é mutável no tempo e no espaço. Isso ocorre porque as normas jurídicas, as circunstâncias diplomáticas, os dispositivos técnicos mobilizados geram concepções de tempo e espaço distintas. Nessas circunstâncias, as definições de tempo e espaço são de curta-duração, e os eventos à elas relacionados são provenientes do contexto imediato, aproximando-as de uma relação entre tempo e espaço que Immanuel Wallerstein denomina de “Tempo Espaço geopolítico episódico.” Lia Osório Machado, 2000, p. 10.

São fronteiras altamente porosas à passagem de drogas, traficantes, mercadorias roubadas e contrabandeadas. Esta circunstância vai desde as fronteiras ao norte, na região da Floresta Amazônica, até aquelas do Cone Sul, local privilegiado de tensões geopolíticas até a década de 1980, período de forjamento dos primeiros projetos de integração regional.

Numa conjuntura de integração, as fronteiras sul-americanas são reveladoras de sérios problemas políticos e sociais entre os países do subcontinente. No Cone Sul, a Tríplice Fronteira congrega os principais fatores presentes nas discussões contemporâneas acerca do significado das fronteiras: concentração de atividades criminosas, comércio ilegal de mercadorias, fragilidades de vigilância e fiscalização e ainda, conflitos sociais.

Foz do Iguaçu, uma das mais importantes cidades da Mesorregião Oeste do Paraná, apresenta uma situação bastante pertinente para o estudo de fronteiras. Ao formar com Ciudad Del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina) uma espécie de metrópole tri-nacional, concentra um conjunto de atividades que a torna polarizadora de uma região transfronteiriça envolvendo Oeste Paranaense, Leste Paraguai e Nordeste Argentino.

Aqui, entendemos região a partir de uma área singularizada por relações de intercâmbio. Gomes (1995, p. 64) define como região funcional aquela caracterizada pelos fluxos e as trocas em um espaço estruturado.¹⁰ Sob os preceitos do planejamento do território nacional, Foz do Iguaçu foi um importante pólo de um recorte regional administrativo (Mesorregião Oeste Paranaense). No que se refere às relações de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, a cidade é centralizadora e irradiadora de

¹⁰ “Quanto as regiões funcionais, a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Grande parte desta perspectiva surge com a valorização da cidade como centro de organização espacial. Desta forma, as cidades organizam sua hinterlândia (área de influência) e organizam também outros centros urbanos de menor porte, em um verdadeiro sistema espacial.” Paulo César da Costa Gomes, 1995, p. 64.

um conjunto de atividades que a caracteriza como o importante pólo de uma região transfronteiriça.

São estas atividades que atrelam Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este à atual característica geopolítica mundial. O grande número de turistas em visitação às Cataratas, à Usina Hidrelétrica de Itaipu e ao comércio de fronteira com Ciudad Del Este colocam a Tríplice Fronteira como uma área de plena circulação de pessoas e mercadorias.

O fluxo ilegal pela Ponte Internacional da Amizade e as constantes suspeitas da existência de células terroristas na fronteira fazem de toda a área um local de tensões internacionais.

Mas toda a questão da região transfronteiriça polarizada por Foz do Iguaçu envolve fundamentalmente uma herança histórica. A interação espacial na Tríplice Fronteira, que era conhecida como Fronteira Guaraní até por volta da metade do século XX, está na própria condição de surgimento de Foz do Iguaçu, com a fundação da Colônia Militar do Iguaçu em 1888.

Assim, esta análise de Geografia Política sobre Foz do Iguaçu, na busca de entender sua condição contemporânea, parte de um estudo histórico a fim de identificar a origem e a continuidade de práticas envolvendo o contrabando de mercadorias e a ausência de controle sobre esta área de fronteira.

No atual cenário de cooperação regional, a continuidade das atividades ilegais, acrescidas das novas características sociais, políticas e econômicas locais mostra a ausência de políticas, tanto nacionais quanto no âmbito do Mercosul, para uma área de fronteira de grande valor geopolítico para toda América do Sul.

Capítulo I

Ocupação, Povoamento e Geopolítica no Oeste Paranaense

1 - Apresentação

As tensões geopolíticas na Bacia do Prata remetem ao período colonial de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Na história da relação entre estes países, conflitos como a Guerra do Paraguai (1865 - 1870) foram centrais para alterar o equilíbrio de forças na região. Numa leitura em Geografia Política dessas relações, Estado, poder e território são indissociáveis.

A Fronteira Guarani, uma das principais áreas de tensão geopolítica na Bacia do Prata até meados da década de 1980, foi local de estratégias espaciais bastante diferenciadas. Após os tratados de limites territoriais e a Guerra da Tríplice Aliança, a produção de uma região característica na atual Zona de Fronteira entre Brasil e Paraguai é resultado de pelo menos três momentos distintos.

Nas duas décadas finais do século XIX, após conflitos militares, acirram-se novamente as disputas pelo controle da área. Num primeiro momento, por estratégias brasileiras para manter a ameaçada posse de todo o Oeste Paranaense, que por meio de um caráter militar, visavam reforçar o controle da região, fortalecendo seus limites territoriais. Apesar de insucessos, as investidas brasileiras na fronteira transpareciam o seu valor geopolítico.

Décadas depois, num período que vai do início até a primeira metade do século XX, as ações ocorrem no intuito de estabelecer um espaço social no Oeste Paranaense. Marcados pela íntima relação entre Estado e capital privado nacional, o Brasil começa a estabelecer, num período de hegemonia argentina na Bacia do Prata, as bases de sua futura projeção na América do Sul.

O terceiro momento, iniciado a partir da década de 1950, caracteriza-se pela mudança de uma conjuntura geopolítica na América do Sul. Com a expansão das redes de circulação territorial e o estreitamento de relações bilaterais, o Brasil “aprisiona” o

Paraguai e atinge na Bolívia o que seria na acepção de Travassos (1935) o “heartland” sul-americano.

Embora trabalhando períodos históricos bastante distintos, interessa-nos observar políticas específicas envolvendo o Oeste Paranaense, suas transformações e seus efeitos futuros na América do Sul. Considerando a implantação de rodovias, ferrovias e portos, buscamos entender como Foz do Iguaçu se torna desde o final do século XIX, um dos mais tensos locais de fronteira na Bacia Platina.

Para isso, analisamos a partir de algumas idéias e conceitos centrais: território, zona de fronteira, circulação e recurso. O objetivo no conjunto das análises é evidenciar nessa primeira parte do trabalho a importância geopolítica de Foz do Iguaçu. A Partir disso, interessa-nos, primordialmente, como as condições estabelecidas ao longo da história a projetam no futuro como um dos principais nódulos da rede territorial sul-americana.

2 - As ações de ocupação da área de Foz do Iguaçu.

“As duas cachoeiras da nossa fronteira oeste batem o recorde mundial da maravilha no gênero. As Sete Quedas, pelo colossal da massa de águas; os Saltos do Iguaçu, a par da enorme extensão, pela grande beleza de aspectos e de estrutura” (Netto, 1995, p. 33).

Esse relato é resultado da expedição liderada pelo poeta e escritor paranaense Silveira Netto em 1905 à área da então Colônia Militar do Iguassu; poucos anos depois de retomadas as tentativas brasileiras de povoar a fronteira. O nacionalismo presente na observação de Silveira Neto revela, de certa forma, o impacto que teve alguns anos após suas descobertas as duas grandes maravilhas da natureza na então denominada Fronteira Guarani.

Alguns anos após a expedição, Silveira Neto expôs em importantes cidades brasileiras registros e impressões a respeito de sua viagem. Falando sobre terras para a época, distantes e exóticas, maravilhou platéias a respeito das gigantescas quedas d'água. No alvorecer do século XX, muito antes de sua fama nacional e internacional, a região da atual cidade de Foz do Iguaçu já causava calorosas discussões a respeito de suas potencialidades turísticas. Tal excitação era acompanhada de exaltadas comparações com as já mundialmente famosas Cataratas do Niágara.

Entretanto, não foi a beleza das cachoeiras que estabeleceram o ritmo da ocupação de uma área tão importante para os interesses brasileiros. Se a descoberta destas belezas naturais fez crescer os rompantes nacionalistas sobre a necessidade de controle territorial, na prática foram outras questões que realmente fizeram o Brasil se voltar atentamente à longínqua Fronteira Guarani.

Com muita preocupação, Domingos Nascimento, outro importante paranaense, alertava sobre o abandono brasileiro daquela fronteira. Como outras autoridades brasileiras da época, causava-lhe espanto a ausência de exploração nacional dos seus

recursos e a conseqüente presença de indústrias estrangeiras, notadamente argentinas e paraguaias.

O corte da madeira e o cultivo da erva-mate aconteciam naturalmente por empresas dos dois países. Facilitado pela capacidade de escoamento dos rios da Bacia do Prata, o aproveitamento das potencialidades comerciais da área pelas duas nações vizinhas foi o principal incentivo a uma busca de controle da Fronteira Guarani.¹¹

A partir do conhecimento da condição de abandono e cientes da importância de toda esta área, autoridades políticas e militares brasileiras estabeleceram ações para reverter este quadro. No final do século XIX, mais precisamente em 4 de junho de 1888, foi formada pelo Estado do Paraná, para encarregar-se da fundação da Colônia Militar do Iguassu e da construção de estradas de rodagens, a denominada Comissão Estratégica.¹²

Pouco mais de um ano, em novembro de 1889 foi fundada a Colônia Militar do Iguassu¹³, com uma área de 112. 500 hectares. Devido ao posicionamento chave da região, a preocupação já no regime monárquico - embora tenha sido instalada de fato no regime republicano no início do século XX - era de ocupá-la militarmente visando garantir a sua posse. (Yokoo, 2002, p. 210).

¹¹ “De nosso nem uma chalana (escaler tosco de madeira). A nossa incúria tem chegado ao ponto de entregarmos toda a exploração de nossas matas e de nossos ervais, toda a vida comercial desta zona aos argentinos cuja bandeira desfraldada no topo de seus navios percorre a fronteira brasileira, livre de competidoras, isenta por muitos anos ainda de ver-se obrigada pelos códigos marítimos a descer pela triça pra cumprimentar um navio mercante brasileiro naquelas águas.” Nascimento in: Silveira Neto, 1995, p. 26.

¹² “Em 1888, após assumir a pasta do Ministério da Guerra, Thomaz José Coelho de Almeida - político simpático à classe militar -, resolveu criar num de seus primeiros atos uma Comissão Estratégica com atribuições e encargos como até então ainda não se tinha visto. Como era de se esperar, a criação desta comissão muito agradou aos militares que, desde há muito, defendiam uma retomada de interesses na região de Foz do Iguaçu.” José Augusto Colodel, 1988, p. 41.

¹³ “A descoberta e o efetivo povoamento brasileiro da região de Foz do Iguaçu começaram a tomar delineamentos mais concretos a partir do início da última década do século XIX. Após o término da Guerra do Paraguai (1865 – 1870), surgiu entre segmentos da oficialidade que compunham o Ministério da Guerra uma forte pressão no sentido de instalação de uma Colônia Militar naquelas paragens, localizadas mais a Oeste do território do Império. Alegavam estes militares, apoiados por grupos civis, que a região possuía um valor estratégico extremamente valioso e que era, no mínimo, temerário deixar esta importante área isenta de qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades imperiais. Nesse sentido, pleiteavam junto ao Governo medidas que urgentemente agilizassem a fundação de uma Colônia Militar e também a construção de um forte suficientemente aparelhado para opor obstáculos a quaisquer tipo de intervenção não-pacíficas que ousassem nossos vizinhos do Prata.” Silveira Neto, 1995, p. 37.

O estabelecimento de Colônias Militares colocou-se como uma questão primordial ao Brasil na Bacia da Prata. É a partir desse momento que a Fronteira Guarani passou a ser local privilegiado de estratégias geopolíticas. Anteriormente à instalação da Colônia Militar do Iguassú (e envolvendo preocupações semelhantes), foram criadas várias Colônias Militares na Região Sul do Brasil: Colônia Militar de Jataí (1885 - 1890), Colônia Militar de Chopin (1882 - 1909), e a Colônia Militar de Chapecó (1882 - 1917).

A Fronteira Guarani foi uma importante conquista territorial brasileira que remonta a antigos tratados entre Portugal e Espanha. Na época do Brasil imperial, toda esta fronteira foi assegurada com a vitória da Guerra da Tríplice Aliança (1865 -1870), que derivou no aniquilamento de capacidade econômica e bélica paraguaia. A vitória brasileira, argentina e uruguaia impôs ao Paraguai a assinatura do Tratado de Limites de 1872, que anexava ao território brasileiro, terras paraguaias à leste do Rio Paraná.

Assim, os propósitos de ocupação desta faixa de fronteira procuravam consolidar a posse de uma área, cuja conquista envolveu no passado muito sangue e negociação. Essa herança histórica associada às condições da fronteira dá o caráter praticamente bélico da Colônia Militar do Iguassu, que foi coordenada pelo então Ministério da Guerra.

Segundo Silveira Netto, na época da efetivação dessa Colônia Militar, a população era composta por 324 pessoas, sendo 188 paraguaios; 33 argentinos; 93 brasileiros; 5 franceses; 2 espanhóis; 1 inglês; 2 orientais. Desse total, 220 homens e 104 mulheres (1995, p. 30). A presença desta quantidade de estrangeiros foi recebida com muito espanto pelas autoridades militares brasileiras encarregadas da ocupação da área, uma vez que estas não esperavam encontrar uma população significativa e, muito menos a ocorrência de intensa atividade de extração e contrabando de madeira e erva-mate.

Na tentativa de conter estas atividades, a instalação da Colônia Militar do Iguaçu e da Mesa de Rendas Federal foi o marco zero na busca de um domínio eficaz sobre a área. Com o apoio do exército, a Mesa de Rendas seria responsável pela arrecadação de impostos ao Governo Federal sobre todas as atividades de produção então existentes na fronteira.

A relação entre domínio da produção e da população ditaria o ritmo de ocupação da Fronteira Guarani. Controlar toda a produção envolvendo o corte da madeira e o cultivo da erva-mate foi no primeiro momento a maior prioridade; ao passo que estabelecer um efetivo povoamento para a fronteira exigia a criação de um projeto social e político para toda a região, o que demandaria muitos anos de planejamento brasileiro.

Se o controle de fluxos está no cerne de qualquer fronteira, não poderia ter sido outro o maior empenho, tanto do exército quanto da Mesa de Rendas. Dentro do contexto de uma economia primário exportadora, as perdas referentes ao escoamento da madeira e do mate pela Bacia do Prata representavam a perda de grandes riquezas naturais pelo Brasil.

A dificuldade de controle do escoamento ilegal, tanto da madeira quanto do mate, marcaria a dinâmica da fronteira pelas próximas décadas. O difícil acesso à foz do Rio Iguaçu por terra, e a ausente navegação brasileira no Rio Paraná, eram os principais fatores a fazer de toda região um grande foco de contrabando.

“Tanto a erva-mate como as madeiras de lei retiradas na região eram contrabandeadas para os mercados consumidores platinos, aproveitando-se da navegação pelo Rio Paraná e da deficiência da fiscalização da aduana brasileira situada em Foz do Iguaçu” (Yokoo, 2002, p. 32).

A população registrada na época da formação da Colônia Militar sofria variações conforme o ciclo dessa produção. Como afirma Netto, em certos meses

numerosas turmas vinham exclusivamente para o corte da madeira¹⁴ e preparo da erva em carijo, que era transportado em noques para o mercado consumidor (1995, p. 30).

Nesse cenário havia algumas necessidades urgentes: comandar os fluxos na fronteira, criar vias de transporte que viabilizassem a integração física da região ao restante do Paraná e, por último, estabelecer uma prática econômica voltada aos interesses nacionais.

Eram as facilidades do contrabando que sustentavam as ações das empresas estrangeiras na fronteira. Muito antes das elaborações de Travassos acerca do valor geopolítico da Bacia do Prata (1935), as águas do Rio Paraná já faziam a ligação entre importantes áreas do continente sul-americano e o Porto de Buenos Aires.

As atividades de contrabando estavam centralmente amparadas no corte da madeira e na coleta da erva-mate. A respeito do valor da erva-mate e da madeira para a economia paranaense, historiadores chamam a atenção para o que designaram de binômio mate-madeira. A incorporação destes dois tipos de produção à economia estadual daria ao Paraná um lugar de destaque na economia primário-exportadora brasileira.

Ao reverter o fluxo ilegal de mercadoria para o conjunto da economia paranaense, toda produção contrabandeada deveria ser redirecionada para o sistema primário-exportador. As riquezas naturais na fronteira teriam um importante papel a exercer na situação territorial brasileira, pois, como todo recurso, o seu uso só pode ser feito por meio de um modelo produtivo e suas conseqüentes funções políticas.¹⁵

¹⁴ "Havia no ângulo dos dois maiores rios (Paraná e Iguaçu) grande quantidade de tarumã, monjolo, peroba, cabriúva, canjarana, guajuvira, cedro e louro, sendo preferidas as duas últimas por serem mais leves para a exportação em balsas". Op. cit. 1995, p. 30.

¹⁵ "Essa maneira de conceber o recurso foi desenvolvida por vários autores: "[...] o recurso se refere a uma função, e não a uma coisa ou substância; é o meio para se atingir um fim, e à medida que este fim ou objetivo muda, os recursos podem mudar também". ArM-P explicita o caráter relacional, termo que preferimos a funcional, utilizado na citação precedente. Para continuar a nos situar com precisão no quadro de nossa problemática, é conveniente chamar a atenção para o fato de que a relação que faz surgir um recurso não é puramente instrumental, mas também política, no sentido que demos a este termo. A relação com a matéria é política, no sentido que r é um produto coletivo. A relação interessa ao acesso de um grupo à matéria. Esse acesso modifica tudo de uma só vez, tanto o meio quanto o próprio grupo. Toda

Entretanto, muito antes desta importante posição para a economia primário-exportadora do Paraná, as riquezas naturais no Oeste Paranaense, tornadas recursos brasileiros, exerceram nos primeiros momentos da ocupação uma função central: a relação entre recurso e a sua exploração constituiu-se nos meios de atração e fixação da população à área de fronteira.

A questão estava em como fazer servir efetivamente aos propósitos brasileiros uma área de tão difícil acesso. Aliado aos trabalhos de abertura de estradas realizados pela Comissão Estratégica, várias ações foram tomadas na busca da nacionalização da área. Nesta tentativa de controle, destacaram-se principalmente os problemas enfrentados quanto à língua falada e a moeda corrente. Eram dois dos problemas mais graves na fronteira.

Se a produção local era estrangeira, a moeda, a língua e os bens de primeira necessidade também o eram. É nesse sentido que o limite territorial brasileiro na área não se justificava enquanto um poder efetivo dotado de práticas e funcionalidades comuns ao restante do território. Retomando o conceito de limite territorial de Raffestin (1993), não se constituía enquanto sistema sêmico, pois não era capaz de estabelecer uma funcionalidade típica do Estado brasileiro.

Lembrando da importância da questão do Acre, a posse de uma área por meio de povoamento tinha sido bastante útil aos desígnios brasileiros em relação às suas fronteiras na Região Norte. O estabelecimento de um domínio para a Fronteira Guarani também teve nas políticas de povoamento a sua mais forte base.

É nessa busca por consolidar uma população local que Foz do Iguaçu assume um papel vital para todo o Oeste do Paraná. Como ponto mais extremo do Oeste Paranaense, veio a constituir-se no primeiro foco populacional relevante aos interesses brasileiros concernindo a região. Assume nesse primeiro momento uma função designada por interesses mais geopolíticos do que econômicos.

relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção”. Claude Raffestin, 1993, p. 225.

O povoamento de Foz do Iguaçu no período da Colônia Militar foi bastante lento. A esparsa população encontrada na época da fundação da Colônia Militar havia se convertido em 1905 (período da fundação da Mesa de Rendas Federais) em um conjunto de 2000 habitantes.

No entanto, exceto as 58 famílias brasileiras, o restante da população civil continuava sendo estrangeiro e representado por peões que trabalhavam nas matas para a extração da erva-mate, sendo estes compostos quase exclusivamente por paraguaios e argentinos (Colodel, 1988, p. 49).

Mas, havia uma busca cada vez maior de que o ativo comércio, que contava com quatro fortes estabelecimentos, passasse a ser exercido em moeda nacional. Tendo na primeira década do século XX parte do contrabando sido revertido em exportação e, havido até mesmo a instalação de uma linha de telégrafo nacional, o grande desafio estava em formar uma população fixada à área, não sendo apenas reflexo de fluxos sazonais resultantes dos picos de produção.

Os trabalhos de abertura de estradas pela Comissão Estratégica, cessado em 1892, mostraram-se insuficientes perante as necessidades da incipiente população local no início do século XX. As possibilidades de práticas sociais efetivamente brasileiras, como trabalho e comércio, estavam ligadas à implantação de estradas ligando a área ao restante do Estado do Paraná. Também dependia dos meios de transportes o estabelecimento de decretos, leis e normas.

Embora tanto o trabalho da Comissão Estratégica quanto da Colônia Militar vieram a garantir ao Brasil no futuro um efetivo controle sobre a fronteira, nos primeiros momentos as escassas estradas no Oeste Paranaense não eram suficientes para retirar do isolamento os pequenos grupos de moradores brasileiros.

Mas apesar dessa realidade, já em 1892, época em que se desmembra a Comissão Estratégica, as autoridades políticas já vislumbravam possibilidades de certa autonomia ao povoado de Foz do Iguaçu. Entendiam que a existência de uma pequena

população brasileira, com a presença de autoridades militares e civis nacionais, amenizaria o risco de desnacionalização da fronteira.

Entretanto, as inegáveis facilidades que o Rio Paraná oferecia à circulação rumo ao sul da Bacia do Prata, em contraposição às precárias condições das picadas abertas pela Comissão Estratégica, ainda eram um problema central para um controle nacional da Fronteira Guarani. Esta situação continuava incentivando toda forma de relação econômica e social em direção aos países vizinhos.

Embora os projetos dos governos estadual e federal providenciassem a construção de uma estrutura física mínima para a colônia¹⁶, a população se via em estado de abandono, justificando a difundida idéia de sertão.

Os primeiros objetivos para a Colônia Militar do Iguaçu era o estabelecimento de um centro agrícola e pastoril. Este planejamento inicial nunca foi acatado com interesse pela população. Apesar da distribuição de lotes para a criação de animais e o cultivo do solo, as possibilidades representadas pela coleta da erva-mate e o corte da madeira, atividades locais tradicionais, eram muito atraentes. A proximidade do mercado exportador e as facilidades naturais de escoamento protelaram por anos a possibilidade de implantação do plantio e cultivo em todo Oeste Paranaense.

Ainda muito distante de um efetivo povoamento da fronteira, a atratividade da economia pré-existente estabeleceu uma dependência muito grande da população nacional em relação às regiões argentinas e paraguaias mais próximas. A Colônia se sujeitou a importar de outras regiões do Prata os produtos que muito bem poderia ter em abundância em seu território (Colodel, 1988, p. 49). Neste cenário, os recursos naturais ditaram o ritmo da economia local enquanto existiram em abundância.

¹⁶ “A pouca ajuda enviada pelo Governo foi destinada à construção de alojamento para a diretoria, ergueu-se uma farmácia, a casa do médico, depósito de gêneros, quartel das praças, ferraria, carpintaria e mais alguns casebres. Em seus domínios, iniciou-se o cultivo de milho, feijão, mandioca, bananas, cana-de-açúcar, café em pequenas quantidades, iniciou-se o fabrico de erva-mate, da farinha de mandioca, do açúcar, da cachaça e da farinha de milho.” José Augusto Colodel, 1988, p. 49.

3 - As primeiras atividades econômicas no Oeste Paranaense.

As forças de atração entre áreas geográficas distintas estabelecem-se de acordo com necessidades e capacidades de troca, sejam elas materiais ou informacionais. Estas trocas se dão tanto do ponto de vista legal quanto ilegal.

As diferentes lógicas para o intercâmbio espacial nas áreas de fronteiras foram estudadas por diversos autores. Estudos, principalmente a partir da década de 1950, estabeleceram metodologias para o entendimento das conjunturas em que se processam as interações territoriais nas áreas de fronteira. Segundo estes estudos, as interações nas áreas de fronteiras são marcadas por lógicas específicas. Dentre elas, autores como Edward Ullman destacam a complementaridade regional e capacidade de transferência para explicar os fluxos de pessoas, mercadorias e capital.¹⁷

Como já analisado, as interações nas áreas da Fronteira Guarani, após as primeiras ações do Estado brasileiro, ainda se voltavam para oeste. A disposição da população nacional no binômio mate-madeira no início do século XX é apenas parte do processo.

É necessário pensar sobre a capacidade de transferência e nas possibilidades de complementaridade, que são fatores que estão ligados à totalidade de uma conjuntura territorial. Assim, tanto a capacidade de transferência quanto a complementaridade regional eram estabelecidas pelas heranças histórias de produção, aliadas à ocupação e a realidade territorial da Bacia do Prata.

¹⁷ “A problemática da interação espacial foi estudada, a partir dos anos 50, segundo duas abordagens diferentes, porém não excludentes. A primeira, sistematizada por Edward Ullman (1954), parte das noções de complementaridade regional, oportunidades interpostas e capacidades de transferência (função principalmente da distância, medida em termos de tempo e custo), para explicar a circulação e os fluxos, de pessoas, mercadorias, capital e informação, entre unidades geográficas distintas (PINI, 1995). A segunda apóia-se na modelação gravitacional que, em seu emprego original, estabelece que a interação espacial entre duas unidades geográficas (comumente dois centros) é diretamente proporcional ao produto de suas massas (geralmente determinadas por suas respectivas populações) e inversamente proporcional à distância que as separa...” Letícia Parente Ribeiro, 2001, p. 17-18.

Mas dentre todos os elementos, as possibilidades de transferência eram o fator mais determinante nas interações espaciais na Fronteira Guarani. Eram as capacidades de transferência de energia (força de trabalho e recursos) que determinavam as relações econômicas e sociais nessa área de fronteira.

O que no princípio era um conjunto de atividades sem muita organização - embora espalhadas por grandes extensões de terras - tornou-se, décadas seguintes, grandes empreendimentos econômicos. Se pelo isolamento e ausência de estrutura os anseios de uma colônia agrícola pastoril se mostraram inviáveis, o crescimento da exploração da madeira e erva-mate revelava-se cada vez mais promissor tanto para as necessidades nacionais quanto para os exploradores estrangeiros.

Tal era a sua importância, que definiram as formas não apenas de funcionamento da fronteira, mas também da organização territorial de grande parte do Oeste Paranaense nas primeiras décadas do século XX.

É necessário considerar que além do poder político, as forças produtivas também possuem poder decisivo na determinação da tessitura territorial.¹⁸ Por suas necessidades, constroem-se redes de circulação: estradas, portos, sistemas de comunicação e transporte.

Dessa maneira, por não poder financiar a integração e a organização do território, o Estado nacional passou a estimular a permanência do binômio mate-madeira. No início do século XX, ao mesmo tempo em que estas atividades extrativistas

¹⁸ “A tessitura territorial é um sistema sêmico que mantém relações diretas com o modo de produção, que por se manifestar no território tem necessidade de códigos. A tessitura é um código, da mesma forma que a língua, por exemplo. Usemos a Tailândia para ilustrar tal afirmação. Logo de início Bruneau declara que no sudeste asiático “o poder político se manifesta em dois níveis: o do Estado e da comunidade aldeã. Todo Estado é ao mesmo tempo, origem e reflexo de uma formação econômica e social.” Sob a aparente ambigüidade dessa última observação, descobre-se a inextricável ligação entre o nível político e o nível econômico. O primeiro comanda a hierarquização do segundo, que se manifesta na base, na aldeia: unidade social e territorial herdada do modo de produção pré-capitalista. É extremamente interessante notar que a passagem do modo de produção asiático ao modo de produção capitalista não teve como salto o desaparecimento dessas comunidades aldeãs. Estas constituíram, pois, acima dos sistemas, espécies de invariáveis, verdadeiros nódulos de cristalização de uma territorialidade que desafiam o tempo. São os elementos originais da interface biossocial, que tecem a trama que serve de suporte para a expansão de um ou outro modo de produção. “Cada modo de produção constrói sua rede administrativa a partir dessa trama resistente.” Claude Raffestin, 1993, p. 178.

exploravam os potenciais econômicos da área, asseguravam relativamente ao governo brasileiro o domínio da Fronteira Guarani. Mesmo que isso custasse uma área economicamente muito atrelada à Argentina e ao Paraguai.

Amparadas na Lei de Terras de 1892¹⁹, extensas áreas do Oeste Paranaense (principalmente as mais próximas às margens do Rio Paraná) tornaram-se a partir de então, divididas em grandes propriedades extrativistas. Estas propriedades privadas, chamadas de Obrages, foram responsáveis pela primeira grande rede de exploração de toda a região.

O início de suas atividades dá-se já no final do século XIX, com a instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Nesse período, passam a atuar a partir da Colônia pelo Rio Paraná até aproximadamente 120 quilômetros ao norte, e 180 quilômetros em direção ao município de Guarapuava, ao leste. Mas suas atividades somente foram expandidas a partir do início do século XX, com o fracasso brasileiro em implantar um sistema produtivo à área. Assim, não apenas foram aceitas como também foram estimuladas pelos governos estadual e federal.

A denominação Obrages revela sua origem, pois eram especializadas em um tipo de atividades comum no Leste Paraguaio e Nordeste Argentino, na Província de Misiones. Pela proximidade geográfica, tanto na Argentina quanto no Paraguai, operavam em ambientes com uma flora muito semelhante aquela encontrada no Oeste Paranaense.²⁰

¹⁹ As Leis de Terras visavam ordenar distribuição de terras. Serviriam como base para novas leis visando à colonização do oeste paranaense. “Baseando-se na Lei de Terras de 1892, já no período republicano, o Governo do Estado do Paraná, através de atos de seu Congresso Legislativo, promulgou duas leis que possibilitariam a concessão de enormes áreas de terras a companhias colonizadoras na margem esquerda do rio Paraná.” José Augusto Colodel, 1988, p. 191.

²⁰ “O termo, retirado do castelhano, passou a designar as propriedades e/ou explorações instaladas em regiões onde predominava a existência de uma flora tipicamente adequada ao clima subtropical dos Estados vizinhos da Argentina e do Paraguai. Foi nesses países desde o início do século XIX, que esses tipos de exploração desenvolveram suas características norteadoras, fixaram seus objetivos e dimensionaram seus espaços de atuação.” Op. cit. p. 53.

“Obrages era uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas pelas matas subtropical, em território argentino e paraguaio. Sua existência baseava-se no binômio: mate – madeira. O sistema assim como apareceu na região em estudo [oeste paranaense], era praticamente desconhecido no sul do Brasil. Sua estrutura e, terminologia é típica do mundo hispano – platino: obragero, mensu, anticipo,

Os peões encontrados pelas expedições da Comissão Estratégica na abertura das primeiras picadas, os chamados Mensus, eram trabalhadores das Obrages.²¹ Nessa época as empresas argentinas e paraguaias operavam na total ilegalidade. Ao adquirirem terras do governo paranaense e sofrerem fiscalização da Colônia Militar, grande parte de sua produção passou a ser taxada.

Com o acesso a extensas porções de terras, por meio da legalização de suas atividades, expandiram cada vez mais sua capacidade de produção. Com a ausência do Estado brasileiro, as Obrages passaram a abrir as estradas que interligavam as diferentes porções daquela região, visando dinamizar e expandir sua produção.

Os empreendimentos dessas empresas eram tão vultosos, que elas eram proprietárias além das extensas faixas de terras, dos navios que circulavam no Rio Paraná e, ainda, de casas comerciais nos portos onde eram feitos os carregamentos de mercadorias.²² Nesses portos passavam as mercadorias para exportação ou contrabando e itens de primeira necessidade, importados da argentina, visando o consumo pelos trabalhadores no interior das Obrages.

Nos dois portos mais importantes, Corrientes e Posadas, os obrageros mantinham grandes casas de comércio. Estes portos tinham no início do século XX uma grande importância econômica. Concentravam praticamente todo o comércio que existia na região. Além das mercadorias, era local de parada para turistas que viajavam de regiões vizinhas para conhecer as já famosas Cataratas do Iguaçu. Corrientes, além da

comissionista, limite, pícara, etc. Toda essa terminologia era praticamente desconhecida até então, para a história do Paraná.” Rui Wachowicz, 1987, p. 11.

²¹ “Designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa obrage. O termo equivale-se ao peão. O seu trabalho era pago mensalmente, ou pelo menos sua conta era assim movimentada. Etimologicamente, a expressão vem do espanhol: mensual, ou seja, mensalista.” José Augusto Colodel, 1988, p.53.

²² “Os grandes obrageros procuravam diversificar da melhor maneira possível as suas atividades empresariais. Compravam vapores e estabeleciam linhas comerciais para o tráfego de cargas e passageiros, adquiriam hotéis, lojas de artigos variados (roupas, ferragens, etc.), entravam no ramo da importação de maquinários leves ou mesmo pesados, ao mesmo tempo em que passavam a deter um poder político cada vez mais acentuado.” Op. cit. p.64.

madeira e de outras mercadorias, fazia o beneficiamento da erva-mate brasileira e paraguaia.²³

O porto de Posadas possuía uma importância ainda mais expressiva para a região, pois tinha a maior população e a maior concentração comercial de toda a Fronteira Guarani. Grande parte de suas casas comerciais pertencia aos donos de Obrages, conhecidos como obrageros. Um deles, Domingos Barthe, proprietário da Obrage de mesmo nome, estava entre os mais importantes exploradores do Oeste Paranaense.

Além dos portos, os obrageros tinham outros meios de fazer dinheiro com os produtos que traziam ilegalmente da Argentina. Segundo Colodel (apud Yokoo, 2002), existiam vários navios a vapor que percorriam o Rio Paraná vendendo produtos de primeira necessidade à isolada população ribeirinha.

Para a exploração de toda essa potencialidade comercial, os meios de circulação utilizados pelos obrageros eram bastante desenvolvidos. Transportavam pessoas, produtos exportáveis e de consumo local, fazendo com eficiência a interligação de uma rudimentar malha territorial. Utilizava-se desde navios a vapor até as engenhosas zorras especializadas em romper os obstáculos das declividades nas margens do Paraná.²⁴

Por uma prática comercial, os obrageros sabiam perfeitamente que só detém o poder sobre o território quem controla o movimento. Diante de uma ineficiente

²³ “Corrientes é um grande mercado de madeiras. As jangadas que descem do Alto Paraná são ali modificadas; compõem-se de várias qualidades entre as quais avultam o cedro, ipê (lapacho), o ouro (peteribe), etc. O movimento comercial de Corrientes consiste ainda em gado, couro, tabaco, amendoim, polvilho de mandioca, etc. Faz-se (ainda) beneficiamento da erva-mate brasileira e paraguaia (...).” Júlio Nogueira, 1920, p.60.

²⁴ “A forma de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias nas margens do Paraná era feita através de Zorras, movidas a vapor, tração animal ou mesmo usando braços humanos. Pelas barrancas, muitas vezes com mais de 50 metros de altura, seguiam duas linhas de trilhos paralelas com um só declive. Em cada linha de trilho corria um vagonete. Com a descida de um vagonete subia outro, em direção oposta, de modo que, quando um assentava-se em baixo, o outro estacionava-se em cima, na plataforma de desembarque. Quando eram carregados de mercadorias, esses dois vagonetes alcançavam velocidades bastante altas e o trabalho de carga e de descarga se fazia com rapidez. No entanto, quando os vapores tinham de embarcar e desembarcar levas de passageiros, este processo tornava-se muito mais moroso devido aos perigos de se despencar barranca abaixo.” José Augusto Colodel, 1988, p.99.

fiscalização brasileira, era a partir desse controle territorial que as Obrages expandiam sua produção, e, em consequência, seu contrabando.

Colodel (1992) fala da circulação como um apêndice necessário à exploração do Oeste Paranaense. Muito além de um complemento, diríamos que a circulação constituía uma das condições centrais para a exploração dessa área de fronteira. As grandes Obrages, controlando o fluxo no território, a passagem na fronteira e a navegação no Rio Paraná, conseguiam uma eficácia de ação que o Estado brasileiro só alcançaria em algumas décadas, depois de várias tentativas fracassadas de ocupação da região.

As principais Obrages que exploravam o Oeste Paranaense eram: Domingos Barthe, Nuñez y Gibaja, Julio Tomaz Alica, Companhia de Madeira del Alto Paraná, Companhia Matte Laranjeira e Petry, Meyer & Azambuja (Yokoo, 2002). Eram as proprietárias das maiores extensões de terras concedidas legalmente pelo governo do Estado do Paraná para a exploração da erva-mate e da madeira. Junto a elas, sem a concessão de terras do governo paranaense, ainda agiam ilegalmente muitas outras Obrages.

O regime de trabalho nessas empresas também contribuía para intensificar o contrabando na região, pois o mensus era proibido de qualquer atividade de subsistência. “Todos os gêneros alimentícios, de roupas e utensílios domésticos, ou mesmo de remédio, tinham de ser comprados no barracón (espécie de armazém) da Obrage” (Yokoo, 2002, p.47).

Estes produtos, em sua maioria argentinos, eram comprados pelas Obrages e revendidos para os seus trabalhadores. O valor elevado com que os produtos eram repassados para os mensus se constituía em outra importante fonte de lucro para os obrageros.

A forma de exploração extrativista do Oeste Paranaense pelas Obrages se desenrolaria com grande vigor até meados da década de 1950, ocupando, portanto, mais

de meio século. Mas pelas constantes reviravoltas na história política brasileira e suas consequências para a política territorial no Oeste Paranaense, as Obrages tiveram períodos bastante distintos em suas atividades.

Grosso modo, definiríamos três grandes momentos da exploração da erva-mate e da madeira no Oeste do Paraná. O primeiro momento é anterior às primeiras estratégias do Estado para controle da região; caracteriza-se pelo abandono brasileiro da região e a total ilegalidade de suas explorações.

O segundo surge com a fundação da Comissão Estratégica e da Colônia Militar em Foz do Iguaçu. A partir de então parte destas atividades passaram a ser fiscalizadas e regularizadas. O terceiro período que começa a se delinear com início do Estado Novo na década de 30 é marcado por políticas brasileiras mais agressivas para a ocupação de região.

No primeiro momento de atividade das Obrages, sua exploração era bastante incipiente, pois ainda não eram empreendimentos legalmente organizados. No segundo momento, passando de uma ação ilegal para uma ação legalizada, alcançam o ápice de suas atividades. Entretanto, já antes do Estado Novo e sua política de Marcha para oeste, as Obrages começam a sofrer forte decadência de suas explorações, acarretando falência e forte diminuição da produção.

A grandiosidade e os seus meios de exploração acabaram trazendo fortes preocupações ao governo federal. Apesar das importantes conquistas após as primeiras estratégias de ocupação, em 1920 autoridades foram novamente surpreendidas com a situação de abandono da Fronteira Guarani.

A segunda expedição (a única realizada após os trabalhos da Comissão Estratégica) para a verificação das condições do Oeste Paranaense constatou que, embora de maneira diferente daquela do final do século XIX, a situação era também de forte desnacionalização.

As línguas predominantemente faladas eram o guarani e o espanhol; o dinheiro, o peso argentino, as propriedades (Obrages) e a navegação no Rio Paraná eram estrangeiras, monopólio paraguaio e argentino (Wachowicz, 1985, p. 140).

A diferença em relação à realidade encontrada pela primeira expedição estava na intensidade do uso estrangeiro do território, que, a partir da Lei de Terras, teve a convivência do Estado.

As condições do Oeste Paranaense na década de 20 revelavam que após os trabalhos da Comissão Estratégia e a Fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, o Estado do Paraná havia apenas consolidado a posse legal da área. Assim, a fundação da Colônia Militar do Iguassu não passava até aquele momento de um ato militar de controle territorial.

Mesmo com as observações dessa segunda expedição na região, novas ações de controle do Oeste Paranaense só seriam impetradas no contexto do Estado Novo. Os alarmantes relatos da segunda expedição serviram de alerta e base para projetos posteriores do governo brasileiro, que já encontraria o sistema de obrages em plena decadência.

Ainda antes do governo Vargas, dois fatos foram bastante marcantes para a desestruturação das grandes propriedades extrativistas na fronteira guarani. O primeiro deles é de conjuntura externa, pois a Argentina havia adotado uma política de nacionalização da erva-mate, evitando a exportação do produto brasileiro.

O segundo fator é de ordem interna, com a passagem da Coluna Prestes na região desestabilizando fortemente as Obrages. Os revolucionários libertaram trabalhadores que estavam praticamente em regime escravo e destruíram grande parte do capital das empresas, desarticulando fortemente o seu sistema de exploração.

Mesmo assim, o seu modelo de exploração teria grande influência nas futuras políticas paranaenses de colonização da região. O governo, conhecendo a experiência desse modelo, estabeleceria o que viria a ser funcional para um plano de colonização e

povoamento. Dessa forma, a associação entre extrativismo e grandes propriedades deveria ser evitada a todo custo, em favor de um projeto para a fronteira dentro da perspectiva do nacionalismo vigente.²⁵

Após a decadência do sistema das Obrages, todas as políticas, tanto do governo federal quando do governo estadual para a problemática Fronteira Guarani, seguiriam a risca uma prática de controle territorial baseada na relação entre população como recurso, pequena propriedade agrícola e circulação territorial. Uma política a partir destes três elementos marcaria a forma como o Estado estruturou suas ações no Oeste Paranaense.

²⁵ “Em seu sentido mais abrangente o termo nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional, que se sobrepõe as ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectivas. O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão do Estado e nação, isto é a unificação, em seu território da língua, cultura e tradições. Desde a Revolução Francesa e principalmente no nosso século, antes na Europa, em seguida no resto do mundo, a ideologia nacional experimentou tão ampla difusão, que chegou a se considerar como a única a poder fornecer critérios de legitimidade para a formação de um Estado independente no sentido moderno; ao mesmo tempo, afirma que o mundo onde haja ordem e paz poderá ter, como fundamento, unicamente uma organização internacional formada por nações soberanas. Porém, juntamente com esta significação, outra existe, mais restrita, que evidencia uma radicalização das idéias de unidade e independência da nação e é aplicada a um movimento político, o movimento nacionalista, que se julga o único e fiel intérprete do principio nacional e o defensor exclusivo dos interesses nacionais.” Norberto Bobbio, 1983, p. 799

4 - Povoamento e integração territorial do Oeste Paranaense.

Para o governo nacionalista que se instalava, problemas de controle de regiões de fronteira deveriam ser devidamente solucionados. Para os propósitos de um Brasil potência (Becker, 1992), a integração de áreas territoriais até então ineficientemente exploradas era questão chave.

Por suas ambições territoriais, o Estado Novo buscava atrelar política, ciência e capital. A criação de Territórios Federais foi a primeira etapa desta política, que em primeiro momento, objetivava por em mãos do governo central áreas territoriais consideradas chaves ao desenvolvimento nacional.

Territórios Federais em áreas estratégicas como a Fronteira Guarani foi uma sugestão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, num contexto em que se discutia plenamente a redivisão territorial do Brasil, a fim de melhor administrar.²⁶ É nesse contexto que é criado do Território Federal do Iguaçu, compreendendo o Oeste e Sudoeste do Paraná e toda a porção leste de Santa Catarina. Criado em 1943, foi resultado dos primeiros passos da Marcha para oeste, que seria depois estendida a outras regiões do Brasil.

As políticas que envolviam a “Marcha para oeste”, utilizadas pelos militares e pela elite dirigente do país, significava também a expansão capitalista em áreas de pouca densidade populacional. O conjunto de idéias criadas a fim de justificar suas ações teve grande aceitabilidade. Duas idéias centrais, a identificação do litoral com área de “influência estrangeira” e o interior como o “fundamento da nacionalidade”

²⁶ “... a partir da década de 1920, notadamente no início da de 30, veio a tona, entre a intelectualidade brasileira, o problema da redivisão administrativa do território brasileiro. Sobretudo após as festas do centenário da independência do país (1922), as manifestações referentes a esta questão se multiplicaram. O problema da administração de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados do território nacional, passou a ser examinado, entre outros enfoques, pela sua densidade demográfica, correlacionada a existência de estados de porte excessivamente pequenos, como Sergipe e Alagoas e outros de tamanho descomunal, como Mato Grosso, Pará, Amazonas, etc. A redivisão administrativa do país passou a ser discutida e analisada.” Rui Christovam Wachowicz, 1985, p. 139.

justificava a necessidade de dar prosseguimento a obra dos bandeirantes (Vesentini, 1986, p. 79).

No caso do Estado do Paraná, as investidas do governo federal encontraram certa resistência, tanto por parte do grupo político no poder quanto da elite e da intelectualidade curitibana. A idéia de desmembramento não poderia ser bem aceita num Estado com história de conflitos territoriais como a disputa do Contestado com Santa Catarina.

A resistência do governo local criou grande indisposição com o governo central. As autoridades do governo Vargas enviadas para averiguar as condições do Oeste Paranaense alegavam em seus propósitos a importância nacional da área e a incapacidade do governo paranaense em solucionar a questão.²⁷ Mesmo tendo estabelecido metas de nacionalização da região²⁸, Mário Tourinho, interventor paranaense nomeado por Vargas, foi demitido devido a sua oposição à criação do Território Federal do Iguaçu.

É com seu substituto, Manoel Ribas, que se dá a criação desse Território Federal. Junto a ele, esboçaram-se as primeiras políticas de povoamento e colonização do Oeste do Paraná sob o poder do Estado Novo. A partir de então, o planejamento adotado para a região buscava eliminar as falhas responsáveis pela situação de monopólio dos empreendimentos estrangeiros.

Comum em questões internacionais envolvendo fronteira e limite territorial, o governo federal não se esquivou de arbitrariedades. Na fronteira Guarani, elas estiveram

²⁷ “Uma das muitas providências tomadas por Getúlio no caso foi enviar ainda em 1931, o Sr. Zeno Silva para percorrer em loco a região. De volta a Curitiba, preparou um relatório ao governo federal, sobre suas observações. Concluiu o mesmo afirmando que por deficiências do governo do Paraná, a região ficou em abandono e que no momento cumpria ao governo Federal a tarefa de nacionalizar o oeste. Para Zeno Silva: O que ali está em jogo não é um interesse regional, mas o interesse do Brasil, a unidade nacional, a segurança de nosso território.” Op. cit. 1985, p. 143.

²⁸ “a – através do decreto fazia retornar ao domínio do Estado, gigantescas glebas de terras que se estendiam no sudoeste até a divisa com Santa Catarina e que pertenciam a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), subsidiária da São Paulo - Rio Grande, que por sua vez era controlada pela Brazil Railway Co.; b - pela nomeação de Othon Mäeder como prefeito de Foz do Iguaçu, deu início a nacionalização da região, pela obrigatoriedade do uso do português no comércio e no expediente da prefeitura, pelo pagamento de impostos só em moeda brasileira, pelo fisco mais atuante, etc.” Op. cit. 1985, p. 140.

presentes, desde as altas esferas políticas, até as práticas cotidianas dos imigrantes. A fiscalização da produção, do comércio, da língua e do espaço, iniciadas na época da Colônia Militar do Iguassu e da Comissão Estratégica foram retomadas.

Entretanto, com uma intensidade e um aparelhamento muito mais intensivo, resultado do capital e dos empreendimentos envolvidos. Diferentemente do final do século XIX, o projeto envolvendo o Oeste Paranaense estaria atrelado à relação entre Estado e capital privado nacional.

Os três aspectos levantados anteriormente; população como recurso, pequena propriedade agrícola e circulação teriam nessa relação os meios de sua realização. A junção desses três elementos pela associação entre Estado e capital privado seria pelas décadas seguintes a base para a consolidação da geopolítica brasileira na Bacia do Prata.

Além de assegurar o controle territorial e produzir um espaço social, permitiria ao Brasil nas décadas de 50, 60 e 70, reverter o domínio geopolítico argentino no Oeste Paranaense e em toda Bacia do Prata. O domínio do Oeste Paranaense proporcionou uma forte influência sobre áreas estratégicas da Fronteira Guarani, que na acepção de Golbery, se localizava a tensão geopolítica máxima da América do Sul.

A fim de criar regras que viabilizassem a retomada do poder brasileiro sobre a região, foi emitida em 1938 pelo governo federal uma série de decretos para a colonização das terras no interior do território federal. As leis federais visavam estabelecer um padrão de ocupação e, com isso, impossibilitar a existência de grandes propriedades extrativistas e a proliferação de estrangeiros, base de ação de todo o capital argentino.²⁹

Somente com a criação do Território Federal do Iguaçu em 1943 é que se acelera a aplicação dessas medidas. O modelo da venda de glebas de terras pelo governo

²⁹ “a) ao Ministério da Agricultura ficou a responsabilidade de colonizar a faixa de fronteira; b) os colonos teriam que ser brasileiros natos ou casados com brasileiras; c) na faixa inicial de 30 Km, a propriedade não poderia ultrapassar a 100 hectares; d) somente poderia ser concedida gratuitamente, a propriedade menor que 25 hectares; e) a criação de uma Comissão Especial que teria por finalidade rever todas as concessões feitas na região pelos Estados e/ou municípios; f) os Estados e municípios deveriam fornecer todos os dados sobre a colonização existentes.” Op. cit. 1985, p. 146

a grandes companhias colonizadoras era muito diferenciado daquele adotado no período das Obrages. No caso do projeto do governo de Getúlio Vargas a obrigatoriedade da pequena propriedade, associado à seletividade das empresas colonizadoras em relação aos colonos, seria a base do futuro econômico da região.

Embora durante o período de vigência do Estado Novo e do Território Federal do Iguaçu (1943-1946), os avanços tenham sido menores que o esperado, nas décadas de 50, 60 e 70, os objetivos esboçados pelo governo Vargas seriam alcançados. As grandes empresas colonizadoras nacionais, que agiam timidamente na região por intermédio do governo paranaense desde o final da década de 20, ao implantarem as suas políticas de vendas de terras para colonos davam preferência aqueles de origem européia. Este foi o caso da primeira grande empresa de colonização, ainda anterior à criação do Território Federal do Iguaçu, a Meier, Annes e Cia de propriedade de descendentes italianos.³⁰

Durante o período de vigência do Território Federal do Iguaçu, várias empresas de colonização que investiram em empreendimentos no Oeste Paranaense entrariam em falência em decorrência da falta de todo o tipo de estrutura na região. O pesadelo do fracasso dos projetos anteriormente engendrados pelo Paraná estaria presente enquanto o governo federal não pusesse definitivamente em prática os planos de estruturação do território. Os avanços significativos só vieram com a criação de escolas, hospitais, comércio e, principalmente, de estradas fazendo a ligação do Oeste com outras regiões do Paraná.

O primeiro empreendimento realmente de sucesso na colonização do Oeste do Paraná foi da Industrial Madeireira Colonizadora Paraná S. A. Mais conhecida como

³⁰ “Logo após a sua estruturação, a Meier, Annes e Cia. procurou atrair para dentro de suas propriedades famílias de colonos que impulsionassem o povoamento desses espaços desertos. Como os seus diretores eram de origem italiana, procuraram trazer para a região famílias de imigrantes da mesma nacionalidade ou seus descendentes. O Estado de São Paulo serviu como centro irradiador para esta primeira tentativa de colonização. Deve-se ressaltar que a venda de lotes coloniais se fazia necessária e era uma exigência imposta a todas as companhias colonizadoras que quisessem se estabelecer em território paranaense.” José Augusto Colodel, 1988, p. 191-192.

Maripá, esta empresa, cujas atividades se iniciaram no período do Território Federal do Iguaçu, buscou aplicar as determinações das leis de terras para a região. Procurou criar lotes que não fossem superiores a 10 alqueires, para poder atrair pequenos produtores de outros Estados, principalmente gaúchos. Além disso, a Maripá se preocupou em oferecer uma estrutura mínima aos futuros colonos.³¹

Quando as companhias colonizadoras que investiam em empreendimentos imobiliários anteriormente à criação do Território Federal não obtinham sucesso, davam com frequência, continuidade às atividades extrativistas realizadas pelas Obrages. A Maripá deve, em parte, seu sucesso ao contexto em que adquiriu do Estado as propriedades. A participação do governo federal desapropriando terras de empresas falidas e a abertura de vias de transporte criava um clima de segurança para colonos que investissem na compra de terras.

A procura das propriedades agrícolas ofertadas pela Maripá, sobretudo por colonos gaúchos e catarinenses, foi extraordinária, de tal modo que em 1951 todas as terras demarcadas já se encontravam vendidas ou compromissadas. (Cardoso e Westphalen, 1982, p 66). Para ter controle do contingente de população que se deslocava para a região, a Maripá buscava uma seletividade dos colonos, para que junto ao Estado melhor chegasse aos seus propósitos.

Como a qualidade das terras ganhava fama nacional e a chance de se estabelecer em um lugar alvo de investimento do governo federal passava a ser muito atrativa, os empreendimentos começavam a atrair pessoas de toda natureza. Dessa

³¹ “Para a região a ser colonizada, a maripá deliberou encaminhar colonos provenientes do Rio Grande do Sul e também do Estado de Santa Catarina. A preferência por estes contingentes populacionais pode ser melhor sentida se observarmos que a Maripá não divulgou amplamente suas propriedades abertas à colonização. A propaganda deu-se mais a nível verbal-pessoal. Para tanto, foram escolhidos agentes adequados ao tipo de trabalho a ser realizado. Geralmente eram professores, comerciantes estabelecidos ou mesmo agricultores com bom relacionamento pessoal nas áreas que cederiam colonos. Paralelamente, a companhia procurou montar uma infra-estrutura adequada para recepcionar as levas de colonos que diariamente chegavam ao oeste paranaense. Construíram galpões para abriga-los nos primeiros dias, assistência médica, meios de transporte para encaminha-los às suas futuras propriedades, etc.” Op. cit, 115-116.

forma, a origem dos imigrantes constituiria uma das bases das políticas de colonização do Oeste Paranaense.

Não apenas pelas empresas que promoviam e vendiam suas terras, mas também pelo Estado do Paraná. Na década de 1950, período do boom migratório para a região, as políticas do governo Lupion buscaram estabelecer os mesmos princípios de seletividade dos colonos.³² Para as necessidades das empresas e do governo era primordial imigrantes que tivessem não apenas experiência com a lavoura, mas também que se enquadrasse num padrão de comportamento considerado adequado.

No assentamento de colonos, principalmente nos governos de Moysés Lupion (1947-1951) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), a busca por formar um padrão de disciplina esteve entre as políticas governamentais importantes para a região. Após a extinção do Território Federal do Iguaçu (1947), o Estado do Paraná vivenciou sob estes dois governos, as maiores taxas de crescimento populacional do Brasil. Nesse sentido, era necessário ao Estado por em prática, políticas eficazes de disciplina para este enorme contingente.

Aqui retomamos as considerações de Claude Raffestin em relação ao valor da população. Ao pensar o poder do Estado, Raffestin (1993) afirma que esta se constitui em um estoque de energia, um recurso, do qual o governo pode fazer uso das mais variadas formas. “No intuito de modificar o estoque ou de mudar a sua distribuição, todos os meios foram utilizados ao longo da história: desde a coerção pura e simples até a incitação moral, passando pelos jogos da remuneração” (1993, p. 70).

Seguindo esse raciocínio, o discurso de terra de riqueza e prosperidade foi o meio que as empresas utilizaram para atrair os colonos e fazer do Oeste Paranaense um lucrativo empreendimento imobiliário.

³² “.. bons e maus elementos, atraídos, os primeiros, pela fama de fertilidade das terras rochas paranaense e, os segundos, pela facilidade nos negócios, deixaram os rincões de origem em São Pulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, apossar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente e mais das vezes em terras já tituladas e comprometidas.” Lupion, Apud Valdir Gregory, 2000, p. 116.

Mas a população só realmente se constitui em recurso quando se pode extrair dela os fins necessários. Assim, a população não é somente quantitativa; ela é também qualitativa (Raffestin, 1993, p. 70). A população enquanto recurso deve ser fundamentalmente qualificada, e caberia ao governo enquadrá-la dentro de um discurso de desenvolvimento e de crescimento do Paraná.

Para os propósitos do governo estadual, só seria conveniente fazer parte desses empreendimentos colonos que realmente tivessem na direção dos interesses do Paraná, contribuindo para o processo de modernização e integração com a nação (Valdir Gregory, 2000, p. 118). Em relação à qualidade da população, a seletividade levada pelas companhias colonizadoras desde as décadas de 20 e 30 não era aos olhos do Estado, confiável, pois enquanto empreendedoras, estava em primeiro plano vender as terras e concretizar seus negócios.

O Estado buscou aprimorar esta seletividade criando a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Porém, este órgão tinha uma ação muito mais ampla, visando o saber e o caráter do colono, e criando até mesmo um discurso sanitário.³³ Por meio dele, buscava-se moldar as práticas mais cotidianas, fazendo a população se submeter a uma forma específica de comportamento e trabalho.

As políticas dos governos paranaenses não se pautaram nos radicalismos que marcaram várias ações do governo Vargas na época do Território Federal do Iguaçu. O afastamento de populações estrangeiras da zona de fronteira no período da Segunda Guerra Mundial exemplifica o caráter enérgico do governo Vargas no controle da região.³⁴

³³ “O discurso sanitário propunha executar práticas de um saber e de um poder positivos, capazes de produzir em efeitos. Para os exercícios de tais funções, o governo do Estado criou o Momento Saúde, um programa radiofônico em 33 emissoras para fornecer conselhos, informações e instruções sanitárias.” Valdir Gregory, 200, p.120.

³⁴ “No ano de 1942, o governo federal baixou uma lei que determinava que todos os imigrantes de origem alemã, japonesa e italiana, que não falassem a língua portuguesa fossem retirados a uma distância segura de 100 quilômetros das linhas divisórias internacionais, no espaço de tempo mais breve possível. Para tanto foram estabelecidas áreas de concentração onde deveriam permanecer essas populações perigosas. A urgência e a brutalidade com que foram tomadas estas medidas para tornar seguras as zonas de

As ações sob os governos estadual de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto - exceto por graves conflitos envolvendo grilagem de terras, das quais o governador Lupion foi frequentemente acusado pelos Colonos - ficou bastante marcada pelo seu caráter disciplinar.

Com diferente preocupação, o governo federal esteve muito mais voltado ao estabelecimento de uma estrutura viária, a fim de assegurar as potencialidades geopolíticas. Os meios de circulação do Oeste Paranaense, que desde a fundação da Comissão Estratégica se caracterizavam pela falta de estrutura, passariam nos finais da década de 1950 por grandes investimentos. A partir de então, dentro de uma conjuntura de ações políticas, contribuiria para que o Brasil exercesse na região um papel geopolítico há muito planejado.

Duas grandes obras viárias construídas no Oeste Paranaense seriam fundamentais para esse novo período na Bacia do Prata: a rodovia BR-277 e a Ponte Internacional da Amizade. De extrema importância para a integração territorial brasileira, estas obras foram essenciais para que o Brasil revertesse a vantagem argentina, proporcionada pela de atração natural do Porto de Buenos Aires.³⁵

A rodovia Br-277 é parte da chamada Rodovia do Atlântico, que faz a ligação entre Assunção e o porto Brasileiro de Paranaguá. A Ponte da Amizade, fundamental para o empreendimento, é a ligação entre território paraguaio e brasileiro. Os resultados dessa manobra - asseverando o valor geopolítico da fronteira Guarani, defendido por Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Lysias Rodrigues - junto com o

fronteira revelavam toda a preocupação que tinham as autoridades governamentais em solucionar a questão. Em Santa Helena Velha [município do oeste paranaense], muitas famílias de colonos foram obrigados a sair a força. Muitos chegaram, inclusive, a sofrer toda uma série de intimidações físico-morais, chegando a serem agredidas pelas forças policiais unicamente pelo fato de não conseguirem expressar-se em língua portuguesa.” José Augusto Colodel, 1988, p. 210.

³⁵ “Uma das primeiras manobras dos brasileiros nesse sentido foi a construção da enorme ponte sobre o rio Paraná - a Ponte da Amizade - entre as cidades de Presidente Stroessner (paraguaia) e Foz do Iguaçu (brasileira) em abril de 1965, e a pavimentação de uma rodovia entre este último lugar e os portos atlânticos de Paranaguá e Encarnação, que foram declarados “flancos” para a exportação e importação do Paraguai, pelo governo brasileiro em março de 1969. Tal rodovia seria parte da chamada “Rodovia do Atlântico”, que uniria as ruas de Assunção com o Atlântico Brasileiro.” Pedro Fernando Castro Martinez apud Leonel Itaussu Almeida Mello, 1997, p. 169.

enfraquecimento da Argentina na Bacia do Prata, foi satelitização do Paraguai, um prisioneiro geopolítico.

Foto1

A Ponte Internacional da Amizade na década de 1950. Uma das mais importantes obras para a história da interligação territorial na América do Sul

Fonte:

Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu.

Ao inverter este quadro geopolítico o Brasil alçaria a posição de potência continental, na condição de “satélite privilegiado” dos Estados Unidos na América do Sul (Mello, 1997, p.168). Com sua decadência política e econômica após a derrota para a Tríplice Aliança, e com sua condição de prisioneiro geopolítico sem saídas autônomas para o mar, restava ao Paraguai entrar nos jogos de poder entre Brasil e Argentina. Dentro das novas manobras na Bacia do Prata, esta seria a única maneira de construir uma relativa autonomia, não estando totalmente preso a um único “parceiro”.

A transformação do Porto de Paranaguá em área livre para a exportação e importação paraguaia completaria o conjunto territorial desta estratégia. Portanto, o Porto de Paranaguá, a BR-277 e a Ponte da Amizade foram os principais elementos na estruturação viária do Oeste do Paraná.

Do ponto de vista dos transportes, a construção da BR-277 e da Ponte da Amizade estava entre os primeiros esboços de integração territorial, que viriam a contribuir para os futuros acordos e tratados econômicos na América do Sul. Dentro deste clima geopolítico, forjaram-se os primeiros corredores que começariam a romper a segregação, característica marcante ao longo da história, das redes de transporte sul-americanas.³⁶

³⁶ Wanderley Messias da Costa, especificando as características da integração territorial na América do Sul no final do século XX afirma que: “O quadro geral, com poucas exceções, é o de uma virtual segregação das respectivas redes de circulação em cada país, fato este verificável até mesmo nos países da chamada Bacia do Prata, onde é maior o adensamento das relações desde o período colonial. Duas ilustrações a respeito da pouca importância dada no passado as conexões terrestres: recente pesquisa realizada por Camargo (1999), identificou quatro disjunções entre redes ferroviárias próximas a regiões fronteiriças, todas na porção meridional do subcontinente (duas entre Argentina e Chile, uma entre Bolívia e Peru e uma entre Paraguai e Brasil). Mais grave ainda, o autor identificou o emprego de cinco diferentes tipos de bitolas (de 910 a 1.676 mm) nas Ferrovias sul-americanas, resultando em sete diferentes situações de ruptura na circulação ferroviária.” 1999, p. 31.

5 - Geopolítica no Oeste Paranaense a partir de 1950.

Os resultados dessa estratégia territorial baseada nesses três elementos - Porto de Paranaguá, Br-277 e Ponte da Amizade - produziram efeitos extremamente rápidos e concretos. A vivificação do Oeste Paranaense (Santos, 1995) resultou ao Paraguai a sua satelitização, e a Argentina a perda de sua hegemonia política e econômica na Bacia do Prata.

As ações de povoamento e a construção de uma rede territorial foram apenas os primeiros passos na consolidação da geopolítica brasileira na região. Os efeitos das políticas de projeção continental do Brasil levadas a cabo pelo governo Vargas tiveram amplos desdobramentos nos governos posteriores.

Nas áreas da fronteira, foram principalmente com os militares que importantes empreendimentos territoriais brasileiros se consolidaram. Tais projetos, como a construção de Pontes e Rodovias, passaram a envolver cada vez mais áreas de limites territoriais entre Brasil, Paraguai e Argentina.

A expansão populacional do Paraná e seu crescimento econômico - em suas áreas de ocupação recente baseado na intensa modernização agrícola -, em conjunto com ações do governo militar, produziu fortes efeitos para a dependência política e econômica do Paraguai.

Os projetos para a denominada Tríplice Fronteira, que com o sucesso das políticas de controle do Oeste do Paraná passou a ser um foco privilegiado de relações de poder, estariam apoiadas principalmente em acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai. A política externa brasileira buscava, por meio destes acordos, transformá-la em uma poderosa área de influência sobre o Paraguai.

A partir dessa premissa, ações que num passado remoto buscaram barrar a circulação na fronteira devido à incapacidade de controle territorial, encontraram nesta,

enquanto interação de espaços distintos, a chave para reverter um quadro geopolítico historicamente desfavorável.

Quanto maior a interação econômica entre os países, mais ajustadas precisam ser suas políticas fiscais e de controle, que passam essencialmente pela dinâmica das fronteiras. O que e como deve ou não ser barrado, vem do ajustamento de políticas envolvendo os limites territoriais.

Se as interações econômicas intensificam as interações espaciais, normas específicas para a organização da fronteira e o trabalho da aduana podem ter efeitos para toda região, onde esta se situa. Pressupondo que cada tipo de interação espacial exige por sua vez adequações específicas, cada área de fronteira torna-se palco de dinâmicas singulares.

No nosso caso em estudo, a abertura ao Paraguai de uma saída ao Oceano Atlântico não significou romper com nenhum dos atributos de fronteira levantados por Raffestin. Poderíamos apenas falar em um ajustamento de suas funções legais e fiscais que contemplou um novo período na relação entre Brasil e Paraguai.

A aduana de Foz do Iguaçu / Ciudad Del Este como um portão da fronteira revela os efeitos das políticas de aproximação e satelitização do Paraguai. Reforçaria pela Br-277, a Ponte da Amizade e a Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu um centro de tensões geopolíticas.

Entretanto, não apenas a Tríplice Fronteira, mas toda Mesorregião Oeste do Paraná viria a exercer uma imensa influência territorial ao país vizinho. Se o papel desempenhado pela Tríplice Fronteira se deu devido a fatores essencialmente territoriais, a influência geopolítica do Oeste Paranaense ocorreu principalmente por seu processo de modernização agrícola, concentração fundiária e crescimento urbano.

As políticas de povoamento do Oeste do Paraná, com seus efeitos de crescimento nas décadas de 60, 70, 80 e uma integração ao restante da economia nacional produziu os primeiros pólos urbanos da região. A partir de então duas cidades

se destacam em toda a região assumindo a dianteira desse processo. Foz do Iguaçu e Cascavel, com o desenvolvimento regional passam a centralizar as atividades políticas e econômicas.

As duas cidades assumiram uma liderança regional de forma bastante diferenciada. Cascavel passou a concentrar e coordenar as atividades agrícolas e industriais, sendo o mais importante centro regional. Foz do Iguaçu por sua vez, ao se tornar o maior centro populacional, destaca-se principalmente pelo crescimento de suas atividades turísticas.

Apesar de todas as políticas de povoamento do Oeste Paranaense, o crescimento urbano de Foz do Iguaçu até a década de 60 tinha um ritmo insignificante. Após o Tratado de Itaipu e início da construção desta usina, esse quadro foi velozmente revertido. Se a cidade já era mundialmente conhecida devido à fama de suas belezas naturais, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu ampliaria os limites de sua projeção.

Itaipu inseria-se numa conjuntura que envolvia grandes projetos de integração do território: ampliação dos sistemas de comunicação e construção de gigantescas pontes e estradas (Souza, 2002). A Hidrelétrica seria como nova fonte de energia uma das estruturas de sustentação à forte expansão industrial brasileira.

A partir da década de 1950, com os novos elementos de integração territorial, a inserção do Oeste Paranaense nos jogos geopolíticos da Bacia do Prata é marcado de duas formas distintas. Primeiro, caracteriza-se por uma dinâmica regional interna, marcada pelas relações de produção local. Segundo, por meio de relações externas em suas diferentes escalas, tanto estadual e nacional quanto internacional.

Assim, essa inserção baseia-se numa fisiologia espacial, o que Hartshorne em *Propósitos e Natureza da Geografia* (1978) denominou de relações funcionais. Este

funcionamento é imprescindivelmente de circulação, de movimento e de troca, ou seja, da relação entre os lugares.³⁷

Pela complexidade das diferentes conjunturas em que o Oeste Paranaense está inserido, esta região caracteriza-se ora por suas continuidades, ora por suas descontinuidades. Por meio de relações contínuas e descontínuas, que são características inerentes ao espaço humano³⁸, o Oeste Paranaense se constitui em um dos elos brasileiros com a nação vizinha. Seja por meio da exportação de produtos agrícolas (continuidades) ou de estratégias geopolíticas (descontinuidades).

O discurso regional sempre foi muito presente na realidade do Oeste Paranaense desde as primeiras tentativas de ocupação até a forte modernização agrícola culminando em um crescimento urbano acelerado. Tanto por discursos nacionais quanto locais, a região estaria fadada a exercer um importante papel à soberania brasileira e ao desenvolvimento econômico do Paraná.

Foi construindo um discurso local que o Estado imprimiu as características produtivas da região. Junto à modernização e a crescente importância do Oeste na produção agrícola nacional, a construção da Hidrelétrica de Itaipu criou uma dinâmica interna própria, caracterizando-se em diferentes escalas.

Como grande marco geopolítico, os seus reflexos nas continuidades e descontinuidades regionais deram-se distintamente em três escalas: municipal, regional

³⁷ “As conexões ou relações causais entre os fenômenos da Geografia, conforme observou Hettner em 1905, são de duas espécies: as relações mútuas que existem entre diferentes fenômenos, num mesmo lugar, e as relações ou conexões entre fenômenos em lugares diferentes. Estas últimas envolvem necessariamente, movimentos de uma área para outra. A água e o ar, até mesmo fragmentos de substâncias sólidas e, sem dúvida, os animais, movem-se de um lugar para o outro, produzindo interconexões de lugares. Com a introdução do homem na cena, este aspecto dinâmico do caráter das áreas se torna muito mais importante, porque constitui um dos atributos particulares do homem o fato de que ele não apenas se desloca de um lugar para outro, mas também põe as coisas em movimento. Por conseguinte, é sobretudo em seus aspectos humanos que as áreas diferem não apenas em sua morfologia, mas, igualmente, no que Ritter denominou sua fisiologia. Entretanto, para evitar qualquer analogia com os organismos vivos, seria preferível utilizar a expressão “relações funcionais”, o que envolve movimento de umas áreas para outras.” Richard Hartshorne, 1978, p. 20.

³⁸ “Hartshorne chama a atenção para o fato de que o raciocínio não deve estar limitado à idéia de contigüidade regional. Ao se proceder à divisão em áreas, considera que essas podem ser descontínuas. Por exemplo, pode se eleger como objeto de estudo um conjunto composto pela Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália e Canadá como constituindo uma região de língua inglesa do mundo. Portanto, constituindo uma área-unidade descontínua.” Sandra Lencione, 1999, p.129.

e continental. Na primeira resumem-se as transformações funcionais, urbanas e populacionais em Foz do Iguaçu. A segunda, com um impacto mais amplo, significou uma re-configuração de toda a área à margem do Rio Paraná atingida pela formação do lago de Itaipu. A formação do lago implicou no desaparecimento de municípios inteiros e o deslocamento de um grande contingente de população rural; grande parte, famílias de colonizadores que investiram suas vidas num projeto de ocupação e povoamento.

Por fim, a terceira escala, refere-se aos impactos geopolíticos continentais que propiciou a construção de Itaipu. Trataremos a seguir, separadamente cada uma destas escalas.

5.1 - Crescimento populacional e a importância regional de Foz do Iguaçu

Poucas cidades paranaenses experimentaram um crescimento tão vertiginoso como Foz do Iguaçu. A construção de Itaipu, iniciada em 1973 e terminada somente em meados da década de 80, atraiu um grande contingente populacional.

Levas de trabalhadores de várias regiões do Brasil emigraram para a cidade devido às novas possibilidades de trabalho. Deve-se qualificar o seu crescimento populacional antes e depois do início da construção de Itaipu, como nos revela o Gráfico 1 (p. 68).

Observa-se uma curva ascendente de crescimento a partir da década de 1970, ápice da construção da hidrelétrica. Em virtude do elevado processo migratório, a população do município crescia a uma taxa de 14, 91% (Souza, 2002, 104). Após a grande curva de crescimento nas décadas de 1970, 1980 e 1990, Foz do Iguaçu volta a ter a partir de 2000 um ritmo de crescimento menos acelerado.

Gráfico 1

Fonte: IBGE, 2003

Organizador: Antonio Marcos Roseira

A história do crescimento populacional da cidade se confunde com a história da construção de Itaipu. As correntes migratórias e as conseqüentes características da população foram definidas pelas oportunidades abertas pela construção desta hidrelétrica.

O tipo de trabalho disponível, em sua maioria absoluta para “peões de obra”, atrairia uma população com baixo grau de escolarização e de parcas condições financeiras. Isso exigiu do Estado e da administração municipal amplos empreendimentos estruturais para a cidade.

As características urbanas, traçados de ruas, localização de bairros, escolas e hospitais, foram estabelecidos de acordo com as necessidades que surgiriam com o crescimento acelerado. As novas estruturas deveriam ser definitivas, pois se previa que a maior parte dos imigrantes, pelas condições de pobreza de seus locais de origem, se tornaria moradores permanentes.

Outros aspectos espaciais são muito interessantes para as características da cidade. Foz do Iguaçu estava confinada à fronteira pela confluência dos rios Iguaçu e Paraná, sendo que a formação do lago de Itaipu intensificou este confinamento. O represamento do lago criaria mais uma barreira impossibilitando expansão de sua área urbana.

Assim, a cidade estava confinada de duas formas: primeiro pelas fronteiras demarcadas pelos rios Iguaçu e Paraná, e segundo, pelo lago de Itaipu. Nestas condições, o seu crescimento só pôde ocorrer em direção ao oeste, no sentido de uma conurbação com as cidades fronteiriças.

Portanto, o planejamento da cidade estaria voltado para condições singulares envolvendo a população e o espaço urbano. Formado para estudar medidas que ordenasse o impacto de obra em Foz do Iguaçu, o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre a Itaipu Binacional, Governo do Paraná e a UFPR, estabeleceu algumas prioridades nesse planejamento. Com três objetivos principais, buscava ordenar o crescimento da cidade, promover uma base econômica durável e minimizar o impacto da construção da hidrelétrica sobre a estrutura urbana.³⁹

O planejamento urbano da cidade, como meio de ordenamento da população que chegava, estabeleceu uma forma de seletividade espacial. Os bairros criados especificamente para trabalhadores da Itaipu passariam a abrigar a população de acordo com suas funções. Desta forma, à militares, gerentes e trabalhadores braçais seriam destinadas diferentes áreas de moradia.⁴⁰

³⁹ “1-Planejar o crescimento de Foz do Iguaçu - acelerado pela conjuntura - de forma ordenada e harmoniosa; e adequar os serviços de infra-estrutura urbana e equipamento comunitário para suportar o súbito aumento da demanda a partir da solicitação criada por Itaipu. 2- Promover uma base econômica durável para o núcleo urbano que se origina na implantação do projeto de Itaipu. 3- Minimizar o impacto da construção da hidrelétrica de Itaipu sobre a estrutura urbana da cidade de Foz do Iguaçu, integrando a população da cidade com aquele direta ou indiretamente ligada à obra.” Edson Clemente de Souza, 2002, p. 99.

⁴⁰ “Foram criados os conjuntos residenciais de Itaipu, chamados de vilas “A”, “B” e “C”, construídos a partir de 1975 e ocupados a partir de 1977. Cada vila assentava um tipo de trabalhador: Vila “A” destinada aos técnicos e administrativos; Vila “B” para os diretores e gerentes e a Vila “C” para os

Todas estas mudanças foram coordenadas pelo poder central, representado por forças militares. Novamente, Foz do Iguaçu passou a estar sob o controle de autoridades militares localizando-se em uma área de Segurança Nacional.⁴¹ Mais uma vez a cidade estava no centro de uma estratégia territorial envolvendo o Oeste Paranaense e toda a Bacia do Prata.

É nesse contexto que Foz do Iguaçu começa a desenvolver aquela que seria uma de suas características mais marcantes. “A partir da década de 80, estabeleceu-se uma relação comercial mais estreita com o Paraguai, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este” (Souza, 2002, p. 108). O chamado turismo de compras principalmente entre estas duas cidades, atraiu uma parcela significativa de turistas, que passava a ter na Tríplice Fronteira uma tríade central de atrações: Cataratas do Iguaçu, Hidrelétrica de Itaipu e Compras em Ciudad del Este.

O acelerado crescimento populacional de Foz do Iguaçu, associado às características do comércio local, dotou a Tríplice Fronteira de uma característica particular. As relações transfronteiriças não se aceleraram somente com a cidade paraguaia. Puerto Iguazu, cidade argentina contígua a Foz do Iguaçu pela Ponte Tancredo Neves, construída nos finais dos anos 80, constituiu com as duas cidades o que é chamado de metrópole tri-nacional.

Com o grande crescimento da área de fronteira, a relação entre estas três cidades passa ser definida tanto pela concorrência, quanto pela complementaridade. O fluxo de comércio entre elas é definido de acordo com o ritmo das políticas econômicas

barrageiros, ou seja trabalhadores braçais. Verifica-se, de forma clara, a segregação socioespacial ao qual foram submetidos, desde os primórdios da obra.” Op. cit., 2002, p. 110.

⁴¹ “... de 1968 até 1985 Foz do Iguaçu integrava a área de Segurança Nacional e os prefeitos da cidade foram nomeados pelo governo federal. Assim como a hidrelétrica era comandada por militar, a cidade de Foz do Iguaçu ficou, entre agosto de 1974 e março de 1984, sob o governo do Eng.º Clóvis Cunha Viana. O coronel Viana foi indicado pelo então Diretor-Geral de Itaipu, General Costa Cavalcanti, para ser prefeito de Foz do Iguaçu. Na época, os prefeitos das capitais e cidades de fronteira eram nomeados e não eleitos pelo voto direto. O nome dele foi submetido ao então Governador Emílio Gomes e ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, recebendo a aprovação.” Op. cit. 2002, p. 102.

de cada país. As políticas monetárias e as variações cambiais entre os três países são fatores preponderantes na definição da direção destes fluxos.

No entanto, há outros elementos importantes na definição dos fluxos comerciais entre as cidades. A construção de Itaipu fez com que Foz do Iguaçu se tornasse um forte centro especializado em materiais de construção, atraindo compradores argentinos e paraguaios. A deficiência na produção do Paraguai de certos produtos, muitos de primeira necessidade, fez Foz do Iguaçu destacar-se até mesmo como um pólo local de exportação.⁴²

Mas o crescimento do comércio atacadista voltado à exportação não foi suficiente para absorver a mão de obra desempregada após o término da construção de Itaipu. Estes moradores tiveram na informalidade uma saída para a permanência na cidade. Desta forma, junto ao comércio atacadista, o “turismo de compras” em Ciudad Del Este foi o maior responsável por absorver a mão de obra desempregada.

A construção de Itaipu é tida pela população como um meio de modernização da cidade (Souza, 2002, p.112). De fato, a relação entre a grandiosidade da obra e a modernidade a ela associada teve forte efeito na auto-estima dos moradores como revela pesquisa realizada por Luiz Carlos Kossar (Souza, 2002, p. 112).⁴³ Seria inevitável este tipo de efeito na população, na medida em que a aceleração no desenvolvimento da cidade esteve totalmente condicionada à construção da hidrelétrica.

⁴² “Como país vizinho, Paraguai não produz bens de consumo (duráveis e não duráveis) em quantidades e qualidades suficientes para atender sua demanda, o comércio exportador de Foz do Iguaçu se beneficiou desse mercado vendendo, àquele país, diversos produtos, principalmente alimentícios, de vestuário, eletrodomésticos e para a construção civil. Evidentemente, isso determinou um aumento na oferta de empregos e na renda local. Ao mesmo tempo em que as divisas eram retidas na compra de mercadorias no “posto livre” do Paraguai.” Op. cit. 2002, p. 109.

⁴³ A entrevista envolveu um universo de 500 entrevistados entre 29 de maio e 2 de julho de 1997 para quem: “87,6% dos entrevistados afirmaram que tem orgulho de morar na cidade-sede da maior usina hidrelétrica do mundo – 8,6% disseram que não tem orgulho e 3,8% não responderam a pergunta. 85 % acham que Itaipu aumentou o fluxo turístico do município - 8,6% acharam que não e 6,4 não souberam responder. 72,6% acham que a Itaipu continua contribuindo com o desenvolvimento de Foz do Iguaçu – 17,6% disseram que não está contribuindo e 9,8% não sabem. 70,8% disseram que a Itaipu tem muita importância para Foz do Iguaçu hoje - apenas 17,8% disseram que tem pouca importância e 3,2% nenhuma; e 8,2% não souberam responder. 74,4% afirmam que a Itaipu contribui muito para o desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu – 10,8% acharam que contribui pouco; 3,2% que não interferiu; e 11,4% não responderam.” Apud Edson Belo Clemente de Souza, 2002, p. 112.

Após o período de construção e das mudanças urbanas ocasionadas, a hidrelétrica tendo um forte poder de atração de turistas, passa a contribuir para a confirmação da cidade como um dos mais fortes pólos turístico do Brasil.

Itaipu proporcionou a Foz do Iguaçu uma importante fonte de recursos. Todos os municípios, cujas porções de terras foram afetadas pelo represamento do lago de Itaipu, recebem da hidrelétrica Royalties. Segundo Souza, o volume de royalties pagos a todos os municípios durante o período estipulado do Tratado de Itaipu - a partir de 1973, por um período de 50 anos - será praticamente idêntico ao custo direto investido na construção da hidrelétrica (2002, p. 125). Foz do Iguaçu que perdeu importante parcela de seu território está entre os municípios que mais receberam Royalties desde a implantação prevista.

A cidade já era fartamente dotada de atrativos turísticos que lhe daria uma condição de destaque. No entanto, sem a construção de Itaipu, a cidade não teria experimentado tamanho crescimento populacional após o início da década de 70. Se o vertiginoso crescimento trouxe problemas de planejamento, violência urbana e desemprego, foi a partir dele que a cidade expande e diversifica seu comércio e indústria.

5.2 - Impactos econômicos do lago de Itaipu no Oeste Paranaense.

Os reflexos da Hidrelétrica de Itaipu, transcendendo a escala municipal de Foz do Iguaçu, reconfigura toda a Mesorregião Oeste do Paraná. A formação do gigantesco lago formado pela barragem “dragou” municípios inteiros. Centenas de propriedades rurais foram desapropriadas e milhares de moradores foram deslocados para outras

áreas. Formado nos anos de modernização agrícola do Oeste Paranaense, o lago foi um elemento importante na concentração urbana da população.⁴⁴

A modernização agrícola transformaria inteiramente a funcionalidade da região. Se as políticas de colonização caracterizaram o Oeste Paranaense como uma grande área agrícola de produção familiar, a modernização de sua agricultura a partir da década de 1970 inscreveu a região no bojo das principais exportações paranaenses. A concomitante concentração agrária⁴⁵ criaria um fluxo migratório em direção aos principais centros urbanos.

Se até a década de 1970 menos de 50% da população vivia nas cidades, este quadro sofre uma brutal transformação, a ponto de na virada do milênio, o grau de urbanização ultrapassar 80% (ver Gráfico 2, p. 74). A modernização agrícola e formação do lago de Itaipu são, portanto, os dois elementos mais importantes na solidificação da rede urbana da Mesorregião Oeste do Paraná.

A região, marcadamente rural, teve rapidamente seu nível de urbanização equiparado ao restante do Paraná. Já na década de 1980, o grau de urbanização se aproximava da média paranaense. O censo de 2000 revela que as taxas de urbanização aproximavam-se até mesmo da região metropolitana de Curitiba e do Norte Central, respectivamente primeira e segunda região mais urbanizada do Estado.

⁴⁴ “A partir da década de 70 a região integra-se rapidamente aos movimentos mais amplos de expansão da agricultura moderna que se instaura no Paraná, marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas tecnologias de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de commodities e de alterações radicais nas relações de trabalho, todos estes elementos altamente poupadores de mão de obra. Desse modo, a região, rapidamente, experimentou um processo intenso de urbanização, estimulados ainda mais pelos efeitos da construção do megaprojeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu.” IPARDES, *Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*, 2003, p. 69.

⁴⁵ “Com a intensificação da modernização da produção agrícola apoiada na constituição de um sistema nacional de crédito rural, nos anos 60, a região, desde então, vem sofrendo um contínuo processo de reordenamento fundiário, com progressiva redução do número de estabelecimentos, concentrada naqueles com área inferior a 10 há, mas que se estende até o estrado de 50 a 100 hectares. Entre 1985 e 1995, últimos dados disponíveis, a redução dói de 13, 3 mil estabelecimentos, 19 % do total. Forma produtores que, de modo geral, não conseguiram se adequar às novas exigências tecnológicas - mecanização, insumos químicos e sementes melhoradas -, por incapacidade financeira, ou por não alcançarem a escala mínima exigida pelo novo padrão.” Op. cit. 2003, p. 69.

Gráfico 2

Fonte: IPARDES: Leituras Regionais. Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense, 2003.
Organizador: Antonio Marcos Roseira

Letícia Parente Ribeiro (2001) afirma que o desenvolvimento dos dois principais municípios obedeceu a padrões diferenciados. Enquanto o crescimento de Foz do Iguaçu estava atrelado a fatores externos à região, o de Cascavel estava ligado a fatores regionais internos. “A aglomeração urbana deste município torna-se lugar central de hierarquia mais alta no Oeste Paranaense” (2001, p. 46).

Segundo Ribeiro (2001, p. 46), apesar de ter um crescimento urbano relativo de 440% entre as décadas de 70 e 80, Foz do Iguaçu teve uma concentração de sua área de influência, o que só pode ser explicado pela intervenção de eventos pontuais. A construção da Hidrelétrica de Itaipu não foi um elemento próprio da região. Planejada pelo governo federal, interferiu na dinâmica regional por meio de relações descontínuas. Nesse sentido, ao ser incorporada à lógica local, exerceu influência de forma diferenciada; mais precisamente nos municípios que passaram a ser banhados pelo seu lago.

Foz do Iguaçu, sendo um dos municípios que mais sofreram transformações por este empreendimento, diferentemente de Cascavel, passou a depender cada vez mais

de relações descontínuas. Dentre estas se destacam o grande contingente de imigrantes para atender as necessidades de um projeto federal, o elevado número de turistas buscando conhecer suas maravilhas naturais e também, a grande massa de “sacoleiros”, devido ao seu comércio fronteiriço com Ciudad Del Este.⁴⁶

No início da década de 1970, Cascavel já era tido como uma espécie de capital regional, com um nível de especialização superior a todos os demais municípios. Localizada no centro geográfico da região, passou a polarizar toda rede urbana do Oeste Paranaense.

Mapa 1: Sub-região urbana de Cascavel, 1970

Segundo a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais, do IBGE, classificava-se como um centro de nível 3a (sub-regional) subordinado a Ponta Grossa e a Curitiba

⁴⁶ “Foz do Iguaçu polariza um fluxo de relações urbanas internacionais, destacando-se pelo acúmulo das funções comerciais e de serviços, intensificadas pela presença do comércio fronteiriço e de um dos mais importantes pólos turísticos nacionais, as Cataratas do Iguaçu.” Op. cit. 2003, p. 35.

(Ribeiro, 2001, p. 46). Foz do Iguaçu, com um nível de polarização menor, é caracterizado como um centro de 4a, subordinado a Cascavel (ver Mapa 1, p. 75).

A concentração fundiária atrelada à modernização trouxe um grande aumento na taxa de produção agrícola dos municípios. “De 5.000 hectares em 1960, o cultivo de soja evoluiu para 172.000 em 1969” (Perin, In: IPARDES, 2003, p. 69). Forma-se o que é chamado de complexo da soja, por onde se atrela grande parte do sistema produtivo da região.

Mas os impactos da formação do lago de Itaipu vão muito além da concentração urbana da população, extinção de municípios e o desaparecimento de riquezas naturais. Toda a área às margens do lago adquiriu uma funcionalidade muito específica, tendo um importante papel econômico no Oeste Paranaense. Os principais municípios atingidos pelo Lago de Itaipu foram Guaira, Terra Rocha, Marechal C. Rondon, Santa Helena, Matelandia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu.

O turismo passa a ser uma maneira de dinamizar a economia desses municípios às margens da represa, pois considerando a amplitude de toda região atingida pelo lago, as atividades turísticas tornaram-se a base econômica de uma extensa área do Oeste Paranaense.⁴⁷

Tendo em vista a grande polêmica sobre os impactos ambientais do represamento, a Estado teve uma grande preocupação em criar sinais positivos do empreendimento. A potencialização do turismo na região foi um dos meios pelos quais o Paraná passou a forjar um discurso de modernidade à região. Este discurso foi baseado numa concepção de sustentabilidade, energia limpa, proteção do meio ambiente e até mesmo da formação de um santuário ecológico.⁴⁸

⁴⁷ A formação do Lago de Itaipu configura uma nova região. O lago de Itaipu, como um dos maiores do mundo, corresponde a três Baías de Guanabara, com 29 milhões de metros cúbicos e 200 quilômetros de extensão em linha reta... Dos 1.350 km² de área inundada, 770 km² estão no lado brasileiro e 580 km² no lado paraguaio. Edson Clemente de Souza, 2002, p.136.

⁴⁸ “Com quase cinco anos de vida, o Lago de Itaipu assumiu neste período, a condição particular de sustentar mais de 3 mil pescadores, que retiram de suas águas os peixes que comercializam e consomem. Verdadeira fonte de proteína animal, o lago não só alimenta,mas também proporciona lazer para milhares

Souza (2002, p 138) fala de uma nova regionalidade instituída pelo Lago. Fatores de semelhança econômica, como os Royalties e as atividades agroindustriais, fizeram com que os municípios se articulassem em conjunto tendo em vista fins comuns. Foi tendo em consideração esta nova funcionalidade que a região passou a se organizar, buscando em conjunto ações políticas e econômicas que viessem a desenvolver o seu potencial turístico.

A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, na busca de potencializar o turismo, agiu no sentido de buscar fomento para esta estruturação e para a divulgação, tendo em vista uma profissionalização das atividades ligadas as suas características históricas, naturais e culturais.⁴⁹

O turismo adquire um papel fundamental na definição da regionalidade. Junto à modernização agrícola, concentração fundiária e urbanização, o turismo dos municípios às margens do Lago definiu a nova “cara” do Oeste Paranaense. Dentro desta nova conjuntura, a construção da Hidrelétrica de Itaipu teve um papel capital, projetando a região tanto em uma escala nacional quanto internacional.

de pessoas ao longo de toda sua extensão. As praias artificiais, construídas ao longo das margens do reservatório, são uma realidade palpável e acessível a centenas de comunidades, tanto para o banho quanto para a prática de outros esportes aquáticos. O reservatório é ainda um santuário ecológico. Se alguém, um dia, comparar as áreas existentes antes da formação do mesmo, com as áreas preservadas hoje pela Itaipu, verá que os benefícios foram muito maiores. O lago está recebendo um cinturão protetor de matas nativas que, ao longo das reservas e refúgios ecológicos existentes são, no momento, o único lugar seguro para animais e plantas do oeste do Paraná.” Canal de Aproximação, apud Souza, 2002, p. 137.

⁴⁹ “... realizar um mapeamento completo do potencial e da infra-estrutura turística da região; criar fundos específicos para financiar o desenvolvimento do turismo regional; adequar a infra-estrutura e melhorar a qualidade de prestação de serviços turísticos, divulgar os atrativos turísticos regionais; promover eventos, valorizar e preservar os elementos naturais, culturais e históricos; elaborar um projeto de aproveitamento efetivo dos atrativos turísticos regionais, ampliar o relacionamento institucional no setor turístico, a nível nacional e internacional; fomentar o uso de recursos de informação a serviço das atividades turística regional, de produtos e serviços; promover a pesquisa e buscar o assessoramento técnico, com vistas ao desenvolvimento do pólo turístico regional; conscientizar a comunidade e as autoridades, quanto a importância do turismo.” AMOP, apud. Souza, 2002, p. 157

5.3 – A importância da questão dos Brasiguaios.

As mudanças do Oeste Paranaense produzem efeitos a toda área de fronteira entre Brasil e Paraguai. Os fluxos migratórios novamente terão papel fundamental nas relações de fronteira entre os dois países. Entretanto, em outro contexto histórico-espacial, onde o Brasil já havia consolidado as dimensões de seu território, é o Paraguai que passa a sofrer os efeitos das migrações.

Muito diferente dos fluxos na fronteira nos finais do século XIX até as primeiras décadas do XX, a situação territorial e populacional paraguaia tem grandes alterações, desencadeadas pela migração brasileira. De maneira semelhante às primeiras tentativas do Brasil em colonizar a então denominada Fronteira Guarani, é por meio do capital e da mão de obra estrangeira que o Paraguai busca vivificar suas áreas de fronteiras ao leste.

De certa forma, como as tentativas de povoamento do Oeste Paranaense, os projetos de colonização do Leste Paraguaio são acompanhados de uma ausência de controle territorial efetivo.

O crescimento e tecnificação das atividades agrícolas e a expansão da rede territorial do Oeste Paranaense intensificam os efeitos geopolíticos das estratégias brasileiras sobre o Paraguai. A concentração fundiária decorrida da monocultura da soja levou grande número de pequenos agricultores a venderem seus minifúndios e se deslocarem para o Paraguai, onde poderiam adquirir maiores glebas a um preço mais baixo (Mello, 1997, p. 183). Atravessar a fronteira significava a possibilidade de aumento do capital.

Denominados de Brasilguaios, sua passagem à margem oeste do Rio Paraná se constitui em um importante fluxo migratório na história do Brasil. Dada à amplitude dessa migração, alguns autores chegam até mesmo a denominá-la de “invasão pacífica”, remetendo à antiga questão do Acre. Embora seja a área de fronteira o maior foco, a

penetração dos migrantes não se restringe a ela, atingindo extensas áreas no interior do território paraguaio.

Entretanto, da mesma forma que a sua distribuição espacial é diferenciada, esta corrente migratória não manteve ao longo do tempo um fluxo homogêneo. A partir da década de 1960, com a assinatura do tratado entre Brasil e Paraguai para a construção de da Hidrelétrica de Itaipu, começam os primeiros movimentos migratórios de brasileiros para o Leste Paraguaio.

De acordo com Ribeiro (2001) há dois momentos distintos na migração dos brasileiros ao Paraguai. Embora o movimento migratório se inicie na década de 60, é a partir da década de 70 que ele se dá de maneira mais sistemática. A primeira fase é predominada por migrantes nordestinos. “Na segunda fase predominam colonos sulistas, de origem européia, sobretudo alemã e italiana, muitos dos quais chegam ao Paraguai na condição de proprietário” (Kohlhepp, 1987; Palau, 1998; apud Ribeiro, 2001, p. 50-51).

A aproximação entre os dois países, por meio de acordos bilaterais, além de proporcionar a construção da Ponte da Amizade, a utilização conjunta do Porto de Paranaguá e a construção de Itaipu, influenciou as políticas de terras do Paraguai. A contrapartida do país vizinho às políticas de aproximação do Brasil foi “a exclusão do texto que proibia a venda de terras a estrangeiros na fronteira do país da Lei de Terras de 1940” (Ribeiro, 2001, p. 49).

Como ocorrera no Oeste Paranaense décadas anteriores, esta exclusão permitiu, na segunda metade do século XX, a ação de empresas colonizadoras estrangeiras no Leste Paraguaio.

Grande parte dos Brasiguaios que atravessaram a fronteira procedeu do Paraná. O Estado - que a partir da década de 50 se torna, pela ação das companhias colonizadoras, local de investimento agrícola e experimenta um grande crescimento

populacional - passa com a mecanização da agricultura, grilagem de terra e a decadência de culturas tradicionais como o café, a expulsar sua população.⁵⁰

Grande parcela dessa população migrou para os departamentos paraguaios vizinhos à fronteira. Como representado no Gráfico 3, no início na década de 1970, os brasileiros constituíam a maioria absoluta dos estrangeiros que viviam nesses departamentos. Em 1972 três departamentos paraguaios registravam a maior concentração de brasileiros, sendo que Canendiyú com uma população de 27.825 habitantes, viviam 12.028 brasileiros.

Amambay, com uma população total de 65.111 habitantes, registrava em seu território 10.027 brasileiros, enquanto Alto Paraná, que viria a desenvolver uma relação muito próxima com o extremo Oeste Paranaense, tinha do total de 69.044 habitantes, 7.130 brasileiros.

Gráfico 3

Fonte: Caderno de Migração nº4. Brasiguaios, 1989.
Organizador: Antonio Marcos Roseira

⁵⁰ Em apenas dez anos (1970 - 80), o Estado do Paraná expulsou 1.201.457 migrantes. Desse total, 16,5% migraram dentro da própria região sul, enquanto 83,4% (1.106.353) deslocaram-se para fora da região. De um povoamento massivo, o Paraná passou rapidamente para um despovoamento acelerado. (Centro de Estudos Migratórios). Cadernos Migratórios nº. 4: Brasiguaios, 1989, p. 9.

Semelhante ao ocorrido no Oeste Paranaense, a compra de grandes extensões de terras pelas colonizadoras brasileiras prestava-se primeiro à extração da madeira e só posteriormente ao loteamento das terras em pequenas propriedades.

Os brasileiros que vendiam suas terras e atravessavam a fronteira encontravam facilidades financeiras incomuns no Brasil. Além de custarem 1/7 do valor no Oeste Paranaense, os impostos, a renda e a propriedade territorial eram consideravelmente mais baixos (Ribeiro, 2001, p. 51).

A migração dos brasileiros mantém grande fluxo nas décadas de 1970 e 1980. São vários fatores que levam para uma “continuidade espacial” entre o Oeste Paranaense e o Leste Paraguaio: as semelhanças climáticas, econômica, histórica e cultural (somada a presença dos brasiguaios), a dependência econômica do Paraguaio e a infra-estrutura territorial contígua entre os dois países fazem emergir uma região transfronteiriça.

O Nordeste Argentino, com características produtivas bastante próximas do Oeste Paranaense, e também com semelhanças históricas e culturais, completa esta região, formando um interessante amalgama espacial.

Esta região transfronteiriça tem como maior centro integrador e polarizador as cidades conurbadas Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu. Como mostra o Mapa 2 (p. 82) a junção entre Ciudad Del Este e Foz do Iguaçu forma o maior centro populacional da Tríplice Fronteira.

Retomando a idéia de invasão pacífica, o assentamento dos brasiguaios constitui um elemento geopolítico na Bacia Platina. Ao analisar o que denomina desnacionalização das zonas de fronteiras paraguaias em meados da década de 80, Mello (1997, p. 188) afirma que nas áreas limítrofes o dinheiro e a língua paraguaios estão sendo paulatinamente suplantados pela moeda e o idioma português. O autor ainda ressalta que a penetração do rádio e televisão brasileiros caracteriza-se como fortes elementos de aculturação do paraguaio.

O Mapa 2 ainda torna visível a densidade populacional de brasileiros nos distritos quanto nos centros urbanos paraguaios. Com uma rede de estradas interligas a Ponte Internacional da Amizade e a BR-277, o fácil acesso ao território brasileiro torna difícil a perda dos laços culturais e faz com que desta maneira o paraguaio tenha uma permanente população estrangeira em seu território.

Embora o fluxo migratório brasileiro tenha se estabilizado nos anos seguintes, o volume de brasiguaios na fronteira levanta importantes questões a respeito da soberania paraguaia. Muito além da discussão de ser ou não uma operação deliberada (Mello, 1997, p. 190), é fato que junto aos tratados e acordos bilaterais entre os dois países reforça a dependência do Paraguai ao Brasil.

MAPA2
Alto Paraná: População urbana e distrital, por nacionalidade, em 1992

Fonte: Leticia Parente Ribeiro, 2001, p. 57.

É com esse fator que existe na década de 1980 a consolidação de uma conjuntura geopolítica. Nascida principalmente da rivalidade Brasil-Argentina, as ações brasileiras produziram fortes efeitos na Bacia do Prata.

As estratégias geopolíticas envolvendo a construção de Itaipu foram minuciosamente aplicadas. O Tratado de Itaipu traz efeitos irrevogáveis à economia e à política paraguaia por pelo menos 50 anos, período em que suas disposições gerais não podem ser revistas.

Para bancar sua parte dos investimentos necessários à construção da obra, o Paraguai contraiu enorme dívida com o Brasil por meio de empréstimo. Ademais, as disposições do Tratado de Itaipu são extremamente favoráveis ao Brasil em diversos aspectos.⁵¹

A relação entre Brasil e Paraguai, consolidada ao longo de décadas, servirá, com as profundas transformações no cenário internacional e as conseqüentes mudanças nas relações entre os países sul-americanos, a propósitos bastante distintos. Novamente, o Oeste Paranaense e Foz do Iguaçu têm importantes papeis a exercer.

De local marcado por tensões geopolíticas, Foz do Iguaçu, polarizando toda a região transfronteiriça, será um dos centros de interação envolvendo todo o processo de integração do Cone-Sul.

⁵¹ “A completa dependência do Paraguai em relação ao Brasil ficou patenteada no empréstimo que este concedeu aquele para a integralização de sua cota-parte do capital, assim como pela necessidade do aval brasileiro às operações de crédito para o financiamento de Itaipu. O Tratado foi, na realidade, uma sociedade do pescoço com a guilhotina. Com a elevação dos custos da obra, estimados atualmente em mais de 15 bilhões de dólares, o Paraguai é responsável por 50% desse montante, o que significa um super-endividamento quando comparado ao montante do PIB, avaliado em 5,5 bilhões de dólares. Pelos termos do Tratado, a Itaipu Binacional se obriga a vender a preço de custo (calculado em 0,3 milésimo de dólar por kw) a energia elétrica fornecida aos dois países contratantes. A equidade é apenas aparente à medida em que trata igualmente usuários com necessidades de consumo desiguais. O Brasil, cuja cota parte de 6,3 milhões de quilowatts representa 36% do consumo nacional, será altamente beneficiado pelo custo da energia elétrica. Ao contrário, o Paraguai, que consome apenas 300 quilowatts de sua cota-parte de 6,3, só poderá retirar do custo escassos benefícios. A alternativa normal para o Paraguai seria vender a terceiros (à Argentina, por exemplo) o excedente disponível e auferir com isso um enorme rendimento. Acontece que esta possibilidade não existe, já que o Tratado (artigo XIII e Parágrafo único) estipula que, no caso de consumo parcial da respectiva quota de energia, qualquer das partes se obriga a vender a outra o excedente de disponível, a uma remuneração de 300 dólares por gigawatt - hora (1 milhão de kw) que será pago pela Itaipu binacional em moeda disponível (Anexo C, item III.8). Leonel Itaussu Almeida Mello, 1997, p.176.

Capítulo II

Oeste Paranaense e Foz do Iguaçu na Integração Econômica e Territorial do Cone Sul

1 - Apresentação

Os atuais acontecimentos na Tríplice Fronteira têm relação direta tanto com o Oeste do Paraná, quanto com uma área territorial mais ampla, envolvendo toda América do Sul. Desde as duas últimas décadas do século XX, período de maior aproximação entre os países do Cone Sul, seus problemas de fronteira são centrais aos projetos de integração territorial sul-americanos.

A modernização agrícola e o crescimento da atividade agroindustrial no Oeste Paranaense fizeram emergir importantes pólos regionais. As cidades de Cascavel e Toledo, que junto a Foz do Iguaçu são os principais centros urbanos da região, exercem funções diferenciadas e complementares, definindo as principais características econômicas da região.

Se Cascavel e Toledo têm na relação entre setor agroindustrial e prestação de serviços a sua característica econômica principal, Foz do Iguaçu tem uma condição bastante singular. Formando junto com Ciudad Del Este e Puerto Iguazu uma espécie de metrópole tri-nacional, sua economia destaca-se principalmente pela diversificação no setor do Turismo.

A BR- 277, a Ferroeste e a Ponte Internacional da Amizade colocam todo Oeste Paranaense numa condição privilegiada no processo de integração territorial sul-americano. Estas vias de transportes compõem um dos mais importantes núcleos logísticos do Cone Sul e, numa escala maior, é parte essencial da integração territorial de toda América do Sul.

Nessa conjuntura, a complexa questão da circulação territorial envolvendo Foz do Iguaçu na Tríplice Fronteira é capital para os projetos políticos envolvendo o Mercosul. Junto à Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, a cidade é o principal ponto de conexão de uma região transfronteiriça envolvendo o Oeste Paranaense, o Leste Paraguai e o Nordeste Argentino.

Foz do Iguaçu, que experimentou um vertiginoso crescimento populacional com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu é um grande amálgama étnico e cultural. Além de pessoas de vários Estados do Brasil que vieram para a construção da hidrelétrica, tem na população de árabes, chineses, coreanos e japoneses, uma forte influência nas características de seu comércio.

Ao ter nas Cataratas do Iguaçu um ponto turístico de fama internacional e, um forte turismo de compras com Ciudad Del Este, Foz do Iguaçu é uma cidade caracterizada pela constante circulação de pessoas e mercadorias. Sustentado pelo chamado turismo de compras, a sua polarização regional é também inegavelmente definida pelas atividades envolvendo o comércio ilegal com Ciudad Del Este.

A força e o volume de suas atividades turísticas aliada aos efeitos nacionais e internacionais do seu comércio ilegal com Ciudad Del Este a colocam, no início do século XXI, entre as mais importantes cidades de fronteira na América do Sul.

2 - Algumas características da integração territorial sul-americana.

A rede territorial revela parcialmente os níveis de cooperação política, econômica e social de uma região, país, ou continente. Por isso, se debruçar somente sobre projetos territoriais para compreender processos de integração continental é ter uma visão demasiadamente fragmentada. A complexidade da convergência econômica, política e social envolvendo um continente requer uma análise mais ampla.

Malgrado sua história de convergência (Danese, 2001, p. 49-71), as instabilidades políticas, econômicas e sociais já seriam suficientes para detectar a fragilidade dos projetos de cooperação na América do Sul. Não obstante, é necessário acrescentar a inviabilidade operacional de várias determinações presentes nos acordos multilaterais.

Reportando somente a sua integração meridional, muitas deliberações do Tratado de Assunção (1991) se mostraram inviáveis para o período programado. Que tratado de integração continental realista proporia a formação de um Mercado Comum em um período inferior a quatro anos? ⁵²

Contudo, se projetos de conexão territorial são incapazes de permitir uma interpretação profunda dos projetos de integração, dizem muito sobre a emergência de novos cenários. Como anteriormente discutido, Hartshorne preocupado com o que denominava de Estado-área, propõe uma postura metodológica capaz de fazer o território revelar uma conjuntura política. ⁵³ Nessa busca, política e economia, além de

⁵² “Os Estados-partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido em 31 de dezembro de 1994, e que se denominará “Mercado Comum do Sul” (Mercosul). Este Mercado Comum implica: A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente...” Artigo I do Capítulo I: Propósitos, Princípios e Instrumentos; Tratado de Assunção, 1991.

⁵³ “A morfologia de um Estado-área, eu concluo, é significativa primeiramente enquanto causa efeitos as funções de um Estado. Se isto é verdade, não estamos nós colocando a carroça antes do cavalo ao começarmos com os detalhes da morfologia, para em cada caso procurar por relações de funções significantes? Eu sugiro que isto é outro exemplo de nossa herança em geografia em geral, que nos leva olhar primeiro o ambiente físico e então tentar traçar conclusões sobre sua importância para as relações humanas. Então eu sugiro que comecemos com as funções de áreas politicamente organizadas, e que

proporcionar profundidade à análise, revela as forças que imprimem a característica da “paisagem” territorial.

Se anteriormente observamos uma variedade de forças centrífugas entre os países da Bacia Platina em seus embates geopolíticos, a configuração das redes de comunicação e transporte da América do Sul revela hoje o oposto. Sabemos que há uma concepção de economia e política entre os países da América do Sul, que tem levado, com todas as suas incoerências e limitações, a novos níveis de cooperação continental. Dessa forma, dentro do atual período da história sul-americana buscaremos entender como se exerce territorialmente a atração entre estes países.

Hartshorne (1950) argumenta que entre Estados distintos são ameaças externas que estimulam as forças internas de coesão do território nacional. A identificação ou mesmo o forjamento de um inimigo externo se torna um elemento que aguça uma identidade comum entre um povo, e estimula a prevalência das forças centrípetas internas, portanto.

Se esta concepção funciona sob o ponto de vista da coesão interna de uma nação, é justamente o seu oposto que induz a um processo de colaboração entre Estados distintos. É substituir uma relação conflituosa por uma relação de parceria. De um ponto de vista estratégico, é o paradigma da cooperação que permite, em palavras de Hartshorne, *bind together* (1950, p. 109).

Ao analisar as características da integração regional do Mercosul, Felix Peña afirma ser a experiência estratégica um dos elementos que permitem a sua concretização, com seus diferentes níveis de aceitação e participação em regiões e setores econômicos distintos em cada país.⁵⁴ Partindo de uma concepção estratégica, a integração territorial é uma das faces mais visíveis desse processo.

mantenhamos esse processo...” (Tradução livre a partir do original do autor). Richard Hartshorne, 1950, p. 100.

⁵⁴ “Como idéia estratégica - explicitada politicamente pelos presidentes Alfonsín e Sarney, e retomada logo depois pelos fundadores e continuadores do Mercosul - implica privilegiar a lógica da integração em detrimento da lógica da fragmentação, construindo um espaço comum de estabilidade e democracia,

Pode-se verificar a eficácia dos projetos de integração entre os países do Cone Sul, questionando os avanços políticos, sociais, ou até mesmo econômicos. Mas a progressão das articulações territoriais, embora rudimentar e precária, é inegável. Não apenas pelos projetos futuros de vias de transporte e comunicação, mas pela base real já existente.

Como já discutido no trabalho, as novas possibilidades de inter-relação entre os países sul-americanos não significam estritamente a diluição das fronteiras. A atenção aos distintos significados do conceito revela que premissas básicas que regem o funcionamento das fronteiras são transformadas para permitir as novas necessidades de interação entre os lugares.

As funções de controle, fiscal e legal, são reordenadas, mas nunca diluídas. A falsa idéia de que uma Zona de Livre Comércio e União Aduaneira decorre em tornar rarefeito o significado de uma fronteira por meio de um fluxo maior de mercadorias é, de certa forma, ignorar mecanismos gerais destes acordos, como por exemplo, os certificados de origem.

O controle fronteiriço, embora precário, é uma necessidade reconhecida pelos países sul-americanos. Muitos casos têm demonstrado que nessa conjuntura de cooperação, a necessidade de controle, tendo em vista os fluxos de armas e mercadorias ilegais, é o paradoxo dos projetos de integração. A ausência de controle das fronteiras sul-americanas alimenta grupos criminosos e numa visão (oportunista?) norte-americana, quicá grupos terroristas.

Desde a assinatura do Tratado de Assunção por Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, - acrescidos posteriormente da participação, embora em nível menos estreito,

compartilhando recursos e mercados e competindo e negociando juntos no cenário internacional. Não é uma idéia abstrata. Possui motivações e expressões concretas, que não são necessariamente iguais em sua intensidade e prioridades, em cada circunstância e com cada sócio. Inclusive dentro de cada país - seus diferentes grupos sociais, seus setores e regiões – a idéia de integração pode responder a motivações diferentes e não necessariamente conciliáveis.” Felix Peña, 2001, p. 07.

de Chile e Bolívia - houve um gigantesco aumento nas trocas comerciais entre os países do Cone Sul.

Num entendimento bastante otimista, os países se tornariam inteiras áreas de intercâmbio. Numa postura mais cautelosa, a integração e o intercâmbio se reduziriam a eixos mais específicos, de acordo com suas diferenciadas capacidades de inserção. Desse modo, das grandes áreas de produção e consumo nacionais às pequenas zonas de fronteira, os níveis de sua integração estariam pautados em suas capacidades de mercado. Tanto uma capacidade de produção e exportação como de importação e consumo.

Constrói-se uma integração e uma cooperação pautada não apenas na competição entre as nações, mas ainda entre os lugares. Faz-se da competição uma vantagem, tanto para a acepção de grupos internos quanto para a de formuladores das políticas externas. A competitividade entre os países é vista como um elemento não apenas de complementaridade de suas economias, pois é também estimuladora da capacidade produtiva de diversos setores envolvidos direta ou indiretamente na integração regional.

Em nível nacional, Michel Porter afirma ser comum uma concentração espacial a fim de alçar a competitividade industrial e comercial. Porter afirma que os competidores em muitas indústrias de sucesso internacional – e, com frequência, em grupos inteiros de indústrias – estão muitas vezes localizados numa única cidade ou região dentro de um país (1993). A concentração geográfica é um elemento fundamental para a vantagem competitiva das nações.⁵⁵

⁵⁵ “A importância da concentração geográfica suscita questões interessantes sobre a nação como unidade de análise relevante. As condições que sublinham a vantagem competitiva estão, na verdade, localizada dentro de um país, embora em diferentes pontos para diferentes indústrias. As razões pelas quais uma determinada cidade ou região tem êxito numa determinada indústria são abrangidas pelas mesmas considerações existentes no “diamante”; por exemplo, a localização de compradores mais sofisticados, a posse de mecanismos excepcionais de criação de fatores e uma base de abastecimento local bem desenvolvida. A teoria pode ser facilmente estendida para explicar porque algumas cidades ou regiões são mais propícias do que outras. A região de Londres prospera no Reino Unido, por exemplo, devido à sua demanda avançada de muitos bens e serviços, seus grupos de indústria de apoio e a presença de

Ao pressupor uma concentração e uma especialização geográfica, a integração territorial é a forma de alcançar a complementaridade necessária. A integração no Cone Sul enquadra-se nesta dinâmica territorial atrelando os pólos e as regiões produtivas mais importantes dos Estados-partes do Mercosul. Exerce força centrípeta, com efeitos para toda a América do Sul.

No bojo sul-americano, as integrações no Cone Sul se colocam como um subsistema, compondo com as demais áreas um processo de integração territorial muito amplo, transcendendo a esfera do Mercosul. Ao tratar de integração territorial sul-americana, fica aparente o papel de força motriz das articulações territoriais no Cone Sul, devido sua importância.

Costa (1999) esboça ao menos quatro grandes áreas de integração na América do Sul, participando o Brasil, por sua extensa dimensão territorial, de todas elas. Atento ao caráter ainda embrionário da integração sul-americana, o autor as classifica como articulações meridionais, orientais, ocidentais e setentrionais.

As articulações setentrionais são formadas por países como Equador, Colômbia, México, Venezuela, Bolívia, República da Guiana e Guiana Francesa. Estas são impulsionadas, segundo Costa, por políticas em comum para a região da Amazônia, e pela força de atração do Mercosul.

As articulações ocidentais caracterizadas pela intensificação dos enlaces do Brasil e, especialmente dos seus Estados do Centro-Oeste e amazônicos ocidentais, com a Bolívia e o Peru estão rompendo com a velha disjunção dos fluxos exercida pelo interflúvio ali localizado (Costa, 1999, p. 35). Mais próximas às relações do Mercosul, estão às articulações orientais. Segundo Costa, funciona como um subsistema das meridionais, e localiza-se principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, no anel industrializado do interior desse Estado e nos portos de Santos e Paranaguá do Atlântico (Op. cit).

concentrações de mão-de-obra altamente habilitada, entre outras considerações.” Michel Porter, 1993, p. 102.

Pelo poder de suas forças centrípetas, as articulações meridionais funcionam como uma área de atração para toda a América do Sul. Têm a capacidade de articular entre os países platinos as mais produtivas e modernas regiões do Brasil. Além dos Estados do Sul, integram de maneira muito direta as principais regiões produtoras do Sudeste e Centro-Oeste.

São os principais centros brasileiros de produção e consumo que possuem por meio das estruturas de transporte, ligação direta com os demais países do Mercosul. Com a concentração da produção e dos investimentos, revela o foco das políticas de integração brasileira. Com os acordos multilaterais, bilaterais, somados à iniciativa privada, o Sul e o Sudeste formam no território nacional o centro privilegiado dessa integração.⁵⁶

Centradas nas articulações territoriais meridionais, os diversos projetos de integração territorial na América do Sul procuram conectar num eixo norte-sul, Bacia Amazônica e Bacia Platina, e num eixo leste-oeste, Oceano Atlântico e Oceano Pacífico. Visam interligar além das principais regiões produtoras, os principais centros de escoamento do subcontinente.

Aproveita as possibilidades naturais e objetiva a construção de uma ampla rede multimodal de transportes, interligando rodovias, hidrovias e ferrovias. No estudo *Integración en el Setor Transporte en Cono Sur* (1997), realizado pelo Banco

⁵⁶ “No caso das articulações meridionais, a concentração de investimentos (diretos ou através de concessões) na construção/recuperação da infra-estrutura de transportes, exploração conjunta de petróleo, energia hidrelétrica, cooperação no campo tecnológico-militar, constituição de elementos binacionais (caso da hidrelétrica Brasil-Paraguai) etc., ao lado da definição e implementação de programas de cooperação técnica na gestão de áreas fronteiriças comuns, adaptação de legislação, dentre outras iniciativas, refletem como visto, o esforço brasileiro na manutenção e no aprofundamento de uma estratégia de integração que inegavelmente privilegia a porção sul do subcontinente. Além das políticas do governo federal na sub-região, multiplicam-se ali as iniciativas dos governos estaduais e locais, que tem constituído um novo ator político nesse processo e que revelam, além das mudanças em curso no pacto federativo brasileiro, um vetor de diferenciação nessas articulações. A chamada “guerra fiscal” entre eles, no esforço de atração de investimentos industriais interessados no novo mercado comum, políticas agressivas de marketing turístico, os consórcios de fronteira, a associação que congrega as capitais “provinciais” do Mercosul e as relações “bilaterais” cada vez mais frequentes envolvendo Paraná-Paraguai-Argentina, ou Rio Grande do Sul-Uruguai-Argentina ou São Paulo-Buenos Aires, constituem as novíssimas que, antes de substituir as de maior âmbito e já consolidadas, introduzem elementos novos extremamente importantes nesse quadro.” Wanderley Messias da Costa, 1999, p. 36.

Interamericano de Desenvolvimento (BID), Alex Sant’Ana afirma que os objetivos centrais são a construção de corredores de transportes horizontais (leste-oeste) e verticais (norte-sul).

A ampliação da rede territorial entre os países da América do Sul assenta-se sobre a base das redes de comunicação e transporte pré-existentes. Os novos projetos partem da ampliação das redes ferroviárias, hidroviárias, aeroviárias e rodoviárias, estabelecendo as principais rotas (presentes e futuras) e os principais pontos nodais da rede.

Os pontos nodais desta rede são estabelecidos pelas principais cidades, tanto em escala continental quanto em escala nacional ou estadual. Em âmbito do Cone Sul, caracterizam-se como as principais cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Santiago, La Paz, Buenos Aires, Assunção e Montevidéu.

No caso brasileiro, além de São Paulo e Rio de Janeiro, é possível agrupar cidades com expressiva importância regional. Dentre elas, Porto Alegre, Curitiba, Campo Grande, Belo Horizonte, etc. No caso argentino, além de Buenos Aires, destacam-se as regiões industriais de Córdoba e Rosário.

Para concretizar esta interligação, existe uma diversidade de projetos de hidrovias, ferrovias, rodovias, pontes e melhoramento/ampliação dos portos existentes. A concretização destes projetos comporá os chamados corredores longitudinais e transversais – Verticais e horizontais (Figuras 1 e 2, p. 94-95).

O arranjo destas conexões revela novas concepções de planejamento territorial no que tange os Estados-parte. Se a integração passa pela circulação interligando espaços de maior capacidade produtiva, a configuração da rede revela, além do papel ativo do capital privado, um novo paradigma de planejamento que permeia as ações dos Estados-partes.

Segundo Costa (1999), as articulações territoriais na América do Sul enquadram-se na direção de um novo modelo de planejamento territorial adotado pelo

governo brasileiro.⁵⁷ O entendimento de um desenvolvimento mais descentralizado, parte da relação entre os diversos atores que principalmente a partir da década de 1990 passaram a ter, junto ao Estado, um papel decisivo no planejamento territorial.

Figura 1
Corredores
Longitudinais:
Principais pontos de conexão vertical (norte-sul) no Cone Sul, definidos por projetos de integração territorial do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1997.

⁵⁷ “As políticas territoriais do Estado brasileiro têm passado por alguns ajustes conceituais e técnicos nos últimos anos, em parte pelo esforço de retomada das atividades de planejamento no país após a década de 1980 - a chamada “década perdida” - em parte pelas novas exigências postas pela sociedade civil que requerem uma nova postura do governo nas suas ações em geral: descentralizada, flexível, aberta às parcerias e tecnicamente avançada. A retomada do planejamento integrado - na órbita federal - deu-se basicamente pela elaboração do primeiro Plano Plurianual (1996-1999).” Op. cit. 1999, p. 33.

Figura 2
Corredores
Transversais:
Principais pontos de conexão horizontal (leste-oeste) no Cone Sul, definidos por projetos de integração territorial do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1997.

A descentralização é uma realidade tanto em seu vetor techno-ecológico - nas áreas que compreendem os principais ecossistemas brasileiros - quanto em seu vetor techno-industrial - referente às principais áreas de produção, consumo e tomada de decisão (Becker, 1997). As principais ações dentro do vetor techno-ecológico destacam-se principalmente na Floresta Amazônica, num momento estratégico de valorização da floresta em âmbito mundial (Becker, 1999).

O vetor techno-industrial compreende as articulações do Brasil à economia-mundo. Está ligado a novas estratégias econômicas e políticas que remodelam o território como condição para o seu pleno desenvolvimento através de vários tipos de

rede com velocidade diferenciada (Becker, 1997). Essa nova concepção de planejamento substitui o antigo conceito de Pólo de Desenvolvimento pelo de Eixo de Desenvolvimento Integrado.

O horizonte instituído por esta concepção de planejamento traz mudanças significativas, pois, em tese, ao se pensar as zonas de influência, propõe-se um desenvolvimento menos centralizado e espacialmente mais amplo. Nesse período de estabilidade geopolítica na América do Sul, essa nova concepção torna-se uma das bases para a reestruturação regional.

Os tratados entre os países, especialmente do Cone Sul, vêm nos Eixos de Desenvolvimento Integrados uma alternativa à superação das assimetrias territoriais. A função destes eixos dá-se tanto em âmbito interno dos territórios nacionais, quanto na escala internacional da integração, onde a disparidade econômica e social entre os países é considerável.

Centradas na lógica da competitividade privada, e apoiada por grandes investimentos públicos, observa-se uma extrema seletividade dessas articulações territoriais. Como observou Santos e Silveira (2001), as práticas econômicas neoliberais produzem uma seletividade territorial por meio dos investimentos e do seu uso diferenciado.⁵⁸

Esta seletividade do território está associada a sua densidade, pois o território mostra diferenças de densidade quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao

⁵⁸ “O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as locações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência. Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços. Que pensar, por exemplo, de uma educação privatizada, em que o efeito de escala a uma utilização melhor tanto das infra-estruturas educacionais como da mão-de-obra docente? A mesma indagação pode ser feita quanto à produção da saúde. Pensemos também numa atividade dos correios estritamente baseada na necessidade de lucro competitivo. Acrescenta-se à mecânica acima descrita as possibilidades de seu aprofundamento com mais concentração da atividade em mãos de um número reduzido de empresas, capazes assim de impor preços altos e qualidade menor, além de um acesso mais difícil. Devemos admitir, desse modo e como consequência das práticas neoliberais, que se produzem vários “vazios de consumo”. Estes tendem a ser tanto mais numerosos e vastos quanto mais sensíveis são os produtos e serviços.” Milton Santos e Maria Laura Silveira, 2001, p. 302.

movimento das coisas, dos homens, das informações do dinheiro e também quanto às ações (Santos & Silveira, 2001, p. 260). Quanto maior a concentração material ou informacional de um território, maior sua capacidade de atração. Com a ausência de investimentos estatais, áreas inteiras ficam fadadas à pobreza por sua pouca (ou nenhuma) densidade técnica e informacional.

Bertha Becker (1995) atenta a esta seletividade, analisa importantes elementos do processo de inclusão/exclusão envolvendo a relação entre Estado e território. Argumenta que a logística é uma das causas da (des)ordem e da globalização/fragmentação.

Mônica Arroyo (1993), pensando a seletividade territorial no Mercosul, adverte sobre uma falácia em relação ao seu potencial de mercado. Já no início da década de 1980, citando uma pesquisa da Simonsen Associados, afirma que a exclusão pela pobreza reduziria o Mercosul ao raio de Belo Horizonte, Assunção, Córdoba, Mendoza, Neuquén e Bahía Blanca.⁵⁹

Arroyo ainda alerta para as limitações de um mercado pautado fundamentalmente na especialização produtiva. De certa forma, reduzido ao binômio empresário-consumidores, o Mercosul estaria confinado à racionalidade de grandes corporações regionais e mundiais. Portanto, nesse modelo de integração consolidam-se e ampliam-se em escala continental as distinções entre os espaços que ganham e espaços que perdem.

Portanto, qual a real capacidade de integração sul-americana? Se pensarmos que, através das articulações meridionais, o Mercosul define em grande parte o padrão de integração da América do Sul, existem realmente imensas lacunas. A integração sul-

⁵⁹ “Mas qual é a real dimensão do mercado? Um trabalho da Simonsen Associados (1992), firma paulistana de consultoria identificou que os negócios no âmbito do Mercosul se concentrarão nas áreas delimitadas por Belo Horizonte, Assunção, Córdoba, Mendoza, Neuquén e Bahía Blanca: “região habitada por 100 milhões de pessoas responsáveis por um PIB de 460 bilhões de dólares (1990).” Este Mercosul “de fato” como é chamado pelo trabalho, tem 44% menos população que o Mercosul “de direito” (103 milhões de habitantes/184 milhões de habitantes) e tem 36% menos PIB do Mercosul “de direito” (461 bilhões de dólares/623 bilhões de dólares).” Mônica Arroyo, 1993, p. 309.

americana, por meio de um desenvolvimento desigual do território, acaba por perpetuar as disparidades sociais no continente.

Entretanto, a consolidação das redes de transporte sul-americana não se restringe à distinção entre espaços vencedores e perdedores – embora seja inegável que na prática, pelos propósitos de sua formação, acabe exercendo este papel. Mas não se pode ignorar que a ampliação da rede territorial sul-americana é também o embasamento de uma nova forma de relação política.

Nesse caso, a presença da política não é dada apenas pela ação imediata de um governo. A política entraria numa esfera mais genérica e, indiscutivelmente, paradigmática. Mais genérica porque na dialética do local e do global, deixando de ser exclusividade de uma autoridade central, atinge grupos e instituições com certo grau de independência em relação ao Estado. Paradigmática, pois se refere a uma forma de organização política - tanto em escala nacional quanto internacional - ligada exclusivamente ao atual período da globalização.⁶⁰

Nessa concepção, em escala planetária, os Estados apenas ganham se souberem suscitar regiões vencedoras. Os Estados só alcançam uma inserção positiva na economia e na política planetária nesse contexto multipolar da globalização (Castro e Cardoso, 1995) ao aumentar seus fluxos intra-regionais de mercadorias.

Esta é essencialmente a condição que move os projetos, não apenas dos países de sua porção meridional, mas de toda a América do Sul. Dentro da lógica analisada, a

⁶⁰ “As atividades dirigidas para atender as necessidades funcionais dos sistemas são evidentes nas operações dos governos que, normalmente, desenvolvem constituições para regulamentar internamente sua conduta ou assinam tratados que os orientam internacionalmente. No entanto, durante esse processo de mudança mundial rápida e ampla, as constituições nacionais e os tratados têm sido prejudicados por: exigência e maior coerência de subgrupos étnicos e de outra natureza, globalização das economias, adventos de movimentos sociais amplos, redução das distâncias políticas causada pela tecnologia microeletrônica e de florescimento dos vínculos globais de interdependência devido as crises monetárias, poluição ambiental, terrorismo, tráfico de drogas, Aids e muitos outros temas transnacionais constantes da agenda global. Essas dinâmicas centralizadoras e descentralizadoras têm minado as constituições nacionais e os tratados, pois contribuem para deslocamento dos centros de autoridade. Sob muitos aspectos, os governos ainda funcionam e retêm sua soberania: no entanto, como observamos anteriormente, uma parte de sua autoridade foi transferida para coletividades subnacionais. Em outras palavras, agora certas funções de governança estão sendo executadas mediante atividades que não têm origem nos governos.” James N. Rosenau, 2000, p. 14.

ampliação de uma rede territorial sul-americana financiada por instituições multilaterais, os Estados e os grupos empresariais locais visam integrar espaços que ganham localmente, na busca por ganhar globalmente.

Portanto, com todas suas fragilidades e potencialidades, os projetos de integração regional são responsáveis por uma nova conjuntura sul-americana. Embora muito longe do sonho bolivariano de integração da América do Sul, é este modelo o responsável pelo distanciamento cada vez maior das rivalidades geopolíticas sul-americanas.

Tais rivalidades, como no caso brasileiro, ligada a um discurso político-territorial (Costa, 1992, p. 192), sempre colaboraram para a fragmentação do subcontinente. Se as geopolíticas militaristas exemplificam muito bem tais condições, hoje não são apenas os tratados e acordos, mas a própria base física da integração que melhor ilustra a nova condição.

3 - A inserção do Oeste Paranaense na integração regional do Cone Sul.

Notícias em semanários, jornais e imagens televisadas para todo Brasil de contrabando de cigarros, mercadorias, e até mesmo de armas na Ponte Internacional da Amizade são extremamente corriqueiras. Toda essa realidade dá-se numa faixa de fronteira extremamente dinâmica.

Dentro da divisão político-regional do Paraná, o Oeste Paranaense recebe a denominação específica de Mesorregião Oeste do Paraná. O Estado do Paraná está subdividido em 10 mesorregiões, sendo elas: Noroeste, Centro Ocidental, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro Oriental, Centro Sul, Sudoeste, Oeste Sudeste e Metropolitana de Curitiba.

Mapa 3: Estado do Paraná. Mesorregiões Geográficas

Fonte: IparDES, 2005.

A Mesorregião Oeste caracteriza-se de modo geral por sua capacidade agroindustrial, de grande concentração tecnológica, e também por seu potencial turístico e ecológico, um dos mais importantes do Paraná. Com a terceira maior população entre as mesorregiões paranaenses, se destaca também como uma das mais ricas e prósperas do Estado.

Se Foz do Iguaçu é responsável por uma das facetas mais conhecidas do Oeste Paranaense, não é isoladamente a cidade mais importante. Divide com Cascavel, no centro da região, e Toledo nas extremidades próximas ao Noroeste e Centro-Oeste paranaense.

Porém, ao contrário de Foz do Iguaçu que consideravelmente se destaca pela a centralização das atividades turísticas, as outras duas cidades assumem a função de importantes pólos comerciais e agroindustriais. Sua produção e comercialização,

transcendendo a escala do território nacional, têm relação com toda porção meridional da América do Sul.

Para efeitos de polarização, a Mesorregião Oeste está subdividida em três microrregiões. Polarizadas por estas três cidades mais importantes, são denominadas de Microrregião de Foz do Iguaçu, Microrregião de Cascavel e Microrregião de Toledo. Todos os outros 48 municípios da Mesorregião Oeste estão polarizados por estas três microrregiões.

O estudo Mesorregião Oeste do Paraná, da Itaipu Binacional em conjunto com a Universidade do Oeste Paranaense-UNIOESTE, identificou em Cascavel o mais importante pólo regional dentre estes três municípios. Apesar de possuir um número populacional inferior a Foz do Iguaçu, centraliza a maior parte das atividades agroindustriais e comerciais da região.

Com toda a sua dinâmica agroindustrial, coloca-se entre os mais ricos centros urbanos do Paraná. Com um aumento populacional expressivo nas últimas décadas, e um crescimento paulatino no setor de prestação de serviços, Cascavel tem a dinâmica de centros urbanos capazes de se sobressair nesse contexto de acirrada concentração territorial da produção e das atividades comerciais.⁶¹ O PIB municipal, um dos maiores do Estado do Paraná atingiu no ano de 2002, a expressiva quantia de 1.685.264.494 de reais.

Exceto Foz do Iguaçu e os municípios costeiros do Lago de Itaipu, com concentração das atividades turísticas, o agronegócio é a vocação da maior parte da

⁶¹ “As forças que tornaram Cascavel o pólo regional de maior centralidade ainda estão presentes e tende a se manter. A sua centralidade, na área do agronegócio, é significativa, desde a presença de plantas industriais, passando pela comercialização, até o desenvolvimento de ofertas de serviços cada vez mais especializados nesta área. Porém, o que tornou Cascavel mais polarizada foi o desenvolvimento de atividades diversificadas e com elevado grau de complexidade, em nível regional. O comércio varejista é diversificado e consegue atender a praticamente toda a demanda regional, sem necessidade de recorrer a centros maiores, como Curitiba e São Paulo. O comércio atacadista também consegue atender as necessidades de grande parte do comércio varejista regional, além de atender outras regiões do Estado do Paraná e do País. O setor de serviços, porém, é o mais diversificado e especializado da Região, englobando os serviços de atendimento a saúde, educação, consultoria empresarial, nas mais diversas áreas, serviços financeiros, com a presença de várias instituições, entre outros. No município está concentrada uma quantidade elevada de órgãos da administração pública estadual e federal.” Itaipu Binacional - Unioeste: Mesorregião Oeste do Paraná, 2002, p. 502.

região. O estudo Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense (IPARDES, 2003) subdividiu a Mesorregião Oeste em dois eixos, de acordo com o posicionamento geográfico e com a vocação produtiva dos municípios.

O primeiro é composto pelo que é denominado de Região de Cascavel - Foz do Iguaçu. É constituído por 25 municípios e com uma população de 760. 197 habitantes, sendo 85, 41% do seu total, urbana. Este eixo é caracterizado pela concentração do segmento de abates de aves, sendo este o setor maior empregador da região, com 13, 84% da mão de obra industrial.

Além desse setor, houve um rápido crescimento e diversificação da atividade agrícola, acompanhado pelo surgimento e crescimento de indústrias, principalmente de agroindústrias cooperativadas como a Coopavel, Lar e Sudcoop, com estrutura gerencial e de mercado comparada às das grandes empresas do Estado e do país (IPARDES, 2003, p. 64).

O crescimento e modernização da atividade agroindustrial oportunizaram a instalação de bens de capital agrícola, produzindo implementos e silos, dando origem, na década de 90, a criação de um pequeno, mas crescente segmento metal-mecânico na região (Op. Cit.). Importantes empresas, de referencia nacional como Comil Silos, encontram-se instaladas na região.

O segundo eixo é composto pela Região de Toledo - Marechal Cândido Rondon. É também constituído por 25 municípios e possui uma população de 378. 385 habitantes, sendo 73, 95% desse total, urbana. Caracteriza-se por uma alta especialização no segmento de abate de suínos. Este setor representa segundo dados do estudo, 33, 90% do total da mão de obra empregada.

A atividade industrial no eixo Toledo – Marechal Cândido Rondon está associada à carne. As principais empresas que operam nesse setor são a Sadia, de

importância nacional, e a Cooperativa Coopervale, que está entre as de maior expressão regional.

A produção de mandioca, trigo e de soja estão entre as mais expressivas do Paraná. A região é a maior produtora de soja do Paraná, com 17, 44% do total da produção do Estado. Entretanto, a região não possui grande estrutura técnica e apoio à produção como plantas esmagadoras de soja; possui apenas unidades de recebimento, armazenamento e comercialização de grãos.

Na totalidade do Oeste Paranaense, a mecanização da agricultura, responsável por parte da concentração urbana e da migração de brasileiros para o Leste Paraguaio, é o fator responsável pela inserção como grande área de exportação. Temos com a mecanização duas características opostas, mas complementares, se levarmos em conta a forma do sistema produtivo agrícola brasileiro.

Por um lado, esta tecnificação das atividades agrícolas - principalmente da soja, responsável pela ocupação de grandes extensões de terras - instigou a migração da população para os centros urbanos e para outras frentes pioneiras, forçando um reordenamento fundiário. Por outro, este é o fator que propiciou a constituição de um complexo agroindustrial que, apoiado num sistema agrícola exportador, é responsável pelas condições de produção e competitividade da Mesorregião Oeste no atual contexto econômico.

No entanto, várias questões emergem em relação a esta posição deslanchada ainda no início da segunda metade do século XX. No atual período do capitalismo, o sucesso de uma região tem com frequência ligação direta com sua capacidade de concentração e especialização de um determinado tipo de produção. Vários fatores primordiais dessa nova forma de organização da produção compõem a realidade do Oeste Paranaense.

Tendo em vista o surgimento de novas frentes agrícolas, como as do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás - que vem aliando grandes latifúndios e intenso

investimento técnico-científico, tanto em maquinaria quanto na correção do solo - a sustentabilidade do alto grau de competitividade alcançado pela Mesorregião Oeste é, pode-se dizer, uma incógnita. A questão está na capacidade de manter a força produtiva e comercial frente à concorrência destas novas áreas, que vêm caminhando para alcançar um alto grau de especialização agroindustrial.

Ao menos dois fatores são fundamentais para a permanência do elevado grau de competitividade regional. Dentre eles, a capacidade de concentrar inovações produtivas dentro da cadeia agroindustrial da região é, sem dúvida, fundamental. Concentração e especialização permitem inovações como comprova no caso agroindustrial, a imensa cadeia de derivados em torno da soja, milho e mandioca.

O segundo fator é a circulação. Se esta foi uma das condições para o controle do Oeste Paranaense, hoje, a capacidade elevada de escoamento da produção é um fator fundamental para a competitividade da região.

Diferente do período de escassez da colonização, as redes territoriais ordenadas pelos principais eixos; rodovias federais, estaduais e ferrovia (Ferroeste), têm sido capaz de dinamizar o deslocamento da produção. A opção de transporte das cargas, que era exclusivamente rodoviária, passou a ter na ferrovia, desde sua inauguração em 1997, uma valiosa opção.

A complementaridade dos eixos de transporte rodovia/ferrovia apresenta um equilíbrio fundamental para a dinamicidade econômica regional. Da segunda metade da década de 90, a participação do transporte da produção agrícola e agroindustrial pela ferrovia vem sendo decisiva para o barateamento no custo dos produtos exportados para o Mercosul.

No entanto, como demonstra Martins (2001, p. 270 - 294), o transporte pela ferrovia só não é maior porque a Ferroeste não é suficiente para atender a demanda da produção regional. De acordo com Martins (Op. cit), a Ferroeste com um transporte em

torno de 1,3 milhões de toneladas alcançados em 2001 já chegou ao seu limite de operação.

Além dessa dinamicidade local, rodovia e ferrovia exercem um importante papel na consolidação da região como uma área de ligação com o Mercosul, pois é porta de entrada e saída da produção. Por meio destes dois eixos de transporte, as relações de exportação e importação com os países do Cone Sul dão-se no ritmo das novas possibilidades de complementaridade regional.

Os principais produtos de exportação aos países do Mercosul escoados pela Ferroeste são grãos e farelo de soja. Os principais produtos importados são fertilizantes e cimentos para a construção civil.

Apesar de a ferrovia ter um importante papel na integração da Mesorregião Oeste com o restante do território paranaense e com os países do Mercosul, Martins (2001) identificou descontinuidades ferroviárias entre importantes áreas do Paraná. Fazendo um zoneamento do território paranaense com base em trabalho do GEIOPOT, identificou sete núcleos e suas respectivas áreas de influência.

O Núcleo de Paranaguá centraliza toda a área costeira do Paraná. O Núcleo de Ponta Grossa centraliza as áreas de Ponta Grossa, União da Vitória, Curitiba e Irati. O Núcleo de Maringá é formado pelas áreas de Ivaiporã, Paranavaí, Jacarezinho, Cornélio Procopio e Londrina. O Núcleo de Guarapuava é formado pelas áreas do Centro Sul do Estado, e o Núcleo de Pato Branco por parte do Sudoeste Paranaense.

O Núcleo de Campo Mourão é formado pelas áreas de importantes centros produtivos ao redor de Umuarama e Campo Mourão. Finalmente, o Núcleo de Cascavel concentra a Mesorregião Oeste do Paraná tendo como eixo produtivo principal Cascavel-Toledo.

A importância deste zoneamento do Estado, de acordo com as características produtivas, está na sua capacidade de identificar os fluxos interzonais, que são

entendidos como as quantidades de produtos transportadas entre as zonas da área em estudo, a partir da identificação da demanda e oferta (Martins, 2001, p. 279).

A partir dessa premissa, o autor identificou alguns problemas referentes às conexões ferroviárias e rodoviárias que comprometem o fluxo de mercadorias entre algumas destas importantes zonas. Em seu estudo, Martins salienta que não há, em curto prazo, projeto de duplicação do Anel de Integração - rede central de rodovias do Estado projetada com o processo de privatização - nas faixas que interligam o Oeste Paranaense à região de Campo Mourão e ao Norte do Estado.

Estas discontinuidades observadas entre os zoneamentos de Cascavel, Campo Mourão e Maringá estendem-se principalmente entre os eixos ferroviários. Não havendo trilhos que liguem estas três cidades, as regiões ao norte do Paraná encontram-se isoladas do restante do Mercosul, no que diz respeito ao transporte ferroviário (Martins, 2001).

Associado a isto, o autor chama a atenção para mudanças na tessitura territorial de outras regiões brasileiras, que podem comprometer o grau de centralização do Porto de Paranaguá. Como exemplo de tendência futura no contexto do Mercosul, a conclusão da Hidrovia Tietê-Paraná tende a desviar as cargas do Centro Oeste Brasileiro, exportadas por Paranaguá.

Prosseguindo em sua análise, o autor levanta algumas necessidades de ampliação e modernização da estrutura viária e portuária do Paraná. Principalmente a duplicação de rodovias na região de Campo Mourão e Cascavel, que se constitui na principal ligação entre o Oeste do Paraná com o norte do Estado e com o Sudeste do País.⁶² A importância da ligação entre estas regiões é comparada somente à ligação Cascavel - Curitiba pela BR 277, que proporcionou acesso a toda produção agrícola do Oeste do Paraná ao Porto de Paranaguá.

⁶² “A ligação Cascavel - Campo Mourão – Maringá se constitui na principal ligação da Região Oeste do Paraná com a Região Norte do Estado e com a Região Sudeste do País. É mais significativa para a Região como elo de ligação com o Norte do Paraná e com a Região Sudeste do País, especialmente São Paulo. Alfredo Fonseca Peris e Eliezio Goulart Braga, 2001, p. 310.

Maiores investimentos ferroviários são de grande importância para a competitividade do Oeste Paranaense. Uma possível ligação entre as ferrovias do Norte do Paraná com a Ferroeste conectaria estas áreas produtivas e traria reflexos à competitividade de todo o Estado.

As ampliações da Ferroeste com o Centro-Oeste brasileiro seria um dos meios de manter a condição competitiva do Porto de Paranaguá. Na busca de manter esta condição, a modernização de Paranaguá, buscando reduzir os custos das operações portuárias, é fundamental. Estes investimentos amenizariam os impactos dos custos dos pedágios nas rodovias privatizadas, no transporte da produção. Por último, Martins argumenta que é necessário um maior desenvolvimento de empresas especializadas na área de logística agroindustrial.

Na busca por uma integração territorial ainda mais ampla, o desenvolvimento da intermodalidade dos meios de transporte é fundamental para a região. Aproveitar a construção da Hidrovia Tietê/Paraná é um fator primordial para a capacidade futura de escoamento da produção do Oeste Paranaense.

Se por um lado a circulação da mercadoria alcança a amplitude do território nacional e da América do Sul, por outro promove uma integração transfronteiriça, gerando uma contigüidade regional com o Nordeste Argentino e o Leste Paraguai. Pelas condições históricas de inter-relação entre estas regiões já analisadas no início do trabalho – com fluxos migratórios, trocas culturais, comerciais, legais ou ilegais, associadas às atuais condições de integração regional - identifica-se a formação de uma região transfronteiriça entre Oeste Paranaense, Leste Paraguai e Nordeste Argentino.

O Nordeste Argentino e o Sudeste Paraguai são regiões de clima tropicais, cujo eixo produtivo em muito se aproxima das atividades agropecuárias brasileiras. Isto tem levado a uma proximidade nas relações comerciais de ambas as regiões (Lima, 2001, p.161).

Segundo Lima, as mudanças cambiais brasileiras em 1999 proporcionaram um barateamento dos produtos exportados para os países vizinhos do Cone Sul, significando uma melhoria nas exportações dos produtos do Oeste Paranaense para os países do Cone Sul.

Devido às fortes semelhanças na vocação produtiva entre estas três regiões, as trocas entre elas dependem dos custos de produção que estão ligados aos incentivos agrícolas e ao desenvolvimento técnico envolvendo a produção. Mas, dependem fundamentalmente ainda das constantes variações cambiais entre os Estados-partes do Mercosul.

É por estas condições que alguns produtos do Oeste Paranaense possuem grande competitividade regional, tanto em todo Cone Sul quanto nas áreas de interações com o Leste Paraguaio e Nordeste Argentino. Com estas duas regiões, a sensibilidade frente à competição é inevitável, por uma vocação produtiva semelhante.

De acordo com Lima (2001, p. 158), entre os produtos de maior intercâmbio comercial, destacam-se os cereais (milho, trigo, arroz, cevada), lácteos (leite, queijo), frutas temperadas (uva, pêssago, pêra, ameixa, maçã, entre outros), hortícolas (alho, batata, cebola), carnes (bovino e couro) e oleaginosas (soja e girassol).

Devido às proximidades históricas, naturais e econômicas com o Nordeste Argentino e Leste Paraguaio, a integração transfronteiriça deve ser vista como uma das portas de entrada para a inserção regional na América do Sul.

Se, como discutido anteriormente, áreas à margem dos grandes eixos recebem tratamento estritamente periférico sob o ponto de vista territorial, é necessário entender e situar as condições sócio-espaciais das regiões de fronteira do Oeste Paranaense. Se a região não está entre as principais áreas propulsoras do processo de integração sul-americano, coloca-se como uma área privilegiada, por sua capacidade produtiva local e posição territorial estratégica.

Mas, se por sua posição geopolítica o Oeste Paranaense se sobressaiu num sistema territorialmente excludente, não se pode dizer até o momento que a região é alvo de políticas especiais tendo em vista sua condição transfronteiriça no projeto de formação do Mercosul.

Várias de suas problemáticas questões - como em todas as complexas áreas de fronteira sul-americana - ficam à margem das políticas de integração. Principalmente pela Tríplice Fronteira, os problemas postos pela região transfronteiriça do Oeste Paranaense, Leste Paraguaio e Nordeste Argentino transcendem a condição de núcleo logístico privilegiado do mercado e de áreas de produção agroindustrial fundamental ao Cone Sul.

O direcionamento das políticas do Mercosul não contempla importantes concepções de planejamento que poderiam trazer como efeito um projeto de integração territorialmente menos assimétrico. Noções espaciais fundamentais ao planejamento da fronteira não têm espaço privilegiado na pauta de discussão dos tratados ou acordos de integração.

Os acordos do Mercosul tornam essa realidade bastante evidente. O Tratado de Assunção (1991) e Protocolo de Ouro Preto (1994) – importantes documentos que regem a aplicação do Mercosul – preocupados com dispositivos gerais de ordenamento do comércio e das políticas, não versam especificamente sobre as condições especiais das zonas de fronteira.

Os órgãos que compõe a estrutura institucional do Mercosul, estabelecidos no Protocolo de Ouro, como Conselho do Mercado Comum [artigo 8] e Grupo Mercado Comum [artigo 11], se concentram fundamentalmente na elaboração de políticas específicas visando o equacionamento jurídico e econômico/setorial do Mercado Comum. Como demonstrado por inúmeros autores, territorialmente, a integração se reduz aos eixos.

As interações espaciais entre Oeste Paranaense, Leste Paraguaio e Nordeste Argentino, não se dão somente por meio do vetor tecno-industrial, mas também com as particularidades das dinâmicas econômicas e comerciais locais. Uma das grandes características econômico-sociais local é a dependência do trabalho, do comércio, da indústria, bem como da condição de vida da população em relação ao intercâmbio transfronteiriço. Não se pode esquecer que o intercâmbio ilegal de mercadorias faz parte do cotidiano da maioria de sua população.

A condição do Oeste Paranaense mostra que as zonas de fronteira atingem como nunca na história sul-americana uma posição privilegiada de circulação territorial. A área da Tríplice Fronteira, onde a circulação se aproxima da plenitude por deficiência da fiscalização dos órgãos responsáveis, revela contundentemente alguns dos sérios problemas empíricos do processo de integração sul-americano.

Seria pensando nas deficiências que os tratados e acordos bilaterais e multilaterais não poderiam ignorar que o comércio ilegal e o contrabando são características essenciais, não somente dessas zonas de fronteiras, mas também de toda integração sul-americana. Portanto como os grandes corredores logísticos, áreas de escoamento e os principais pólos de produção, as principais zonas de fronteira carecem de projetos e políticas específicas.

Partindo de uma necessidade de integração, como definir as áreas de abrangência dessas zonas de fronteira? Os diversos estudos voltados às fronteiras brasileiras e sul-americanas lidam com diferentes interações espaciais, tanto referentes a suas dinâmicas políticas e sociais, quanto em relação as suas dimensões complexidades espaciais.

O caso da Mesorregião Oeste mostra que uma densa rede de municípios não deriva em uma área de fronteira mais segura e controlada. Evidencia que uma área dotada de maior densidade econômica e populacional pode resultar em uma dinâmica fronteira bastante complexa.

Nas faixas de fronteira da Região Sul, com articuladas redes de municípios e economia bastante desenvolvida, as interações espaciais são muito mais profundas do que aquelas propostas pelos projetos de integração regional no Cone Sul. Na Tríplice Fronteira, as interações envolvendo Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este revelam bem esta condição. As relações entre a cidade brasileira e a paraguaia revelam a complexidade que suas interações espaciais impõem ao estudo da Tríplice Fronteira.

Márcio Antonio Cataia (2001), debruçando-se sobre a questão do território e suas fronteiras internas, afirma que, em países de organização política federativa, as fronteiras não delimitam somente o poder da União. Segundo o autor, as fronteiras delimitam diversos campos de força, instituídos pelos poderes legais dos estados federados e também pelos municípios.

Citando o exemplo de Foz do Iguaçu, Cataia salienta na relação entre Brasil e Paraguai, além dos campos de força na escala do território nacional, é preciso considerar uma escala de relações municipais. Esta escala é bastante evidente ao se levar em conta as relações comerciais entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este.

As continuidades espaciais entre as duas cidades opõem face a face, além de dois modelos sociais nacionais, duas cidades com características econômicas distintas e ao mesmo tempo complementares. Como cidades conurbadas, as relações que passam por suas fronteiras se sobrepõem à escala das relações nacionais, instituídas por acordos bilaterais.

Cataia, preocupado com a malha municipal, constrói uma análise bastante pertinente ao estudo das fronteiras. Argumenta que há uma relação diacrônica entre os diversos campos de força e as normas que regem o funcionamento das fronteiras. Assim, a malha municipal não possui a mesma velocidade das mudanças políticas, econômicas ou jurídicas imposta pelo Estado.

As relações na Tríplice Fronteira são bastante exemplares para entender essa diacronia. As relações do comércio ilegal revelam esse descompasso à medida que

ignoram as determinações que regem o comércio internacional entre os países, definidos pelas relações bilaterais ou multilaterais.

Ao existir uma contigüidade espacial na fronteira marcada por interações espaciais contínuas, não se pode esquecer das relações descontínuas impostas pela economia e pela diversidade das atividades do turismo em Foz do Iguaçu. Nesse sentido, veremos mais detalhadamente como as continuidades e discontinuidades definem a condição de Foz do Iguaçu na Tríplice Fronteira e no Oeste Paranaense.

4 - Foz do Iguaçu no Oeste Paranaense no início do século XXI.

Vários estudos definem Foz do Iguaçu como um dos três mais importantes pólos da Mesorregião Oeste do Paraná. Segundo Manoel Correia de Andrade (1987), os pólos são caracterizados por um conjunto de fatores que definem sua influência regional, marcada por uma concentração de atividades econômicas, políticas e sociais que não são restritas ao seu perímetro, mas que têm o poder de se irradiar por toda a região a que pertence.

Como mostra o Mapa 4 (p. 113) em 2000, somente duas cidades da Mesorregião Oeste do Paraná têm população superior a 100 mil habitantes. Cascavel, no centro do mapa e Foz do Iguaçu na fronteira, junto a Toledo, a terceira maior cidade da região, polarizadoras de toda rede de municípios do Oeste Paranaense.

Estes pólos regionais conectam-se por eixos de desenvolvimento a um conjunto de municípios e áreas rurais. Como salienta Manoel Correia de Andrade, trabalhando com uma concepção de François Perroux, um eixo não é apenas um

caminho, mas também um espaço possuidor de um conjunto de atividades, resultado da irradiação das relações sociais.⁶³

Mesmo numa região de característica produtiva bastante homogênea, os pólos exercem papéis que são muitas vezes distintos e complementares. Desta forma, as polarizações exercidas por estas três cidades não são homogêneas e, como veremos a seguir, sofre variação conforme suas características produtivas.

Mapa4 **Mesorregião Oeste do Paraná: rede de cidades 2000.**

Fonte: Ipardes, 2005.

As formas de polarização regional exercidas por Foz do Iguaçu foram sempre muito definidas; desde as primeiras políticas de povoamento do Oeste Paranaense até o

⁶³ “Para o prof. François Perroux o pólo de desenvolvimento não existe como uma unidade isolada, mas está ligado a sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações...Esta propagação feita por um caminho que liga dois pólos dá origem ao que ele chama de eixo de desenvolvimento, salientando, porém, que o eixo não é apenas uma estrada, um caminho e que, além disso, ligado a estrada, deve haver todo um conjunto de atividades complexas que indicam “orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem, sobretudo, da capacidade de desenvolvimento adicional.” Manoel Correia de Andrade, apud. Peris e Braga, 2000, p. 296.

início da década de 1980, período que culminou com o término da construção de Itaipu. A prevalência de políticas exógenas, que definia as relações políticas e imprimia o ritmo da economia local, dava a Foz do Iguaçu a condição de cidade mais importante do Oeste Paranaense.

Junto ao turismo, sua polarização era definida pela capacidade de criação de postos de trabalhos; o crescimento avassalador da construção civil, atrelada centralmente à construção de Itaipu, fazia da cidade o maior centro de atração populacional do Oeste Paranaense.

Após os períodos das intervenções federais na região e das tensões geopolíticas, houve uma queda relativa na importância regional de Foz do Iguaçu. Mesmo com um forte crescimento urbano, populacional e econômico registrado nas décadas de 1980 e 1990, a valorização econômica e política dos outros dois grandes pólos regionais, Toledo e Cascavel, contribui para este fato.

Segundo estimativas do IBGE (2005), com o maior contingente populacional da Mesorregião Oeste, a cidade atinge em 2005 uma população em torno de 300 mil habitantes. Foz do Iguaçu e Cascavel, no centro da região, são as duas únicas cidades com população superior a 250 mil habitantes.

Apesar de registrar uma população menor que Foz do Iguaçu, Cascavel atingiu a condição de mais importante centro urbano da região, graças à dinamicidade de sua economia, como anteriormente analisado. Como o terceiro mais importante centro regional, Toledo que registra em 2005 uma população de 103 mil habitantes (IBGE, 2005), tem sua economia atrelada predominantemente à agroindústria.

Cascavel passou a ter no seu potencial de prestação de serviços e ainda na sua especialização agroindustrial, a maior dinamicidade econômica e a mais importante força política regional. Esta posição privilegiada passou a ter nos anos de 1990 componentes ainda mais relevantes.

A presença do campus central da maior e mais importante universidade da região, a Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste contribui para uma valorização regional cada vez maior da cidade. Além de a universidade proporcionar subsídios ao aprimoramento da economia municipal, pelos efeitos da polarização exercida por Cascavel, contribui para o avanço de toda a Mesorregião Oeste.

Peris e Braga (2002), semelhante ao estudo o Ipardes, dividem a Mesorregião Oeste em dois eixos principais, como demonstra o Mapa 5 (p. 116). O Eixo A (Cascavel - Guaíra) é marcado pelas potencialidades agroindustriais de todo Oeste, sendo caracterizado por municípios de pequeno porte e de grande especialização agrícola. O Eixo B (Cascavel - Foz do Iguaçu) é caracterizado por cidades de maior dinamicidade na prestação de serviços.

No entanto, apesar desta diferenciação, o grande potencial dos dois eixos está na produção agropecuária. Mas, mesmo com essa especialização agroindustrial regional, a centralização exercida por Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, dá-se também pela capacidade de outros setores de sua indústria. Como centros urbanos mais desenvolvidos, Cascavel e Foz do Iguaçu se diferenciam de Toledo principalmente pela maior capacidade na prestação de serviços.

Em síntese, como já analisados, os eixos intra-regionais do Oeste Paranaense, polarizados por Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, caracterizam-se pelo alto nível de sua especialização agroindustrial e também por suas possibilidades de deslocamento territorial.

De fato, as facilidades no escoamento da produção são fundamentais para o dinamismo de toda a região. Pela grande quantidade de pequenos municípios - com pequena capacidade técnica, se comparadas às necessidades imprimidas pelo avançado setor agroindustrial - a produção regional depende da concentração técnica e informacional dos centros mais importantes da região.

De uma forma muito distinta dos outros pólos regionais, a grande força impulsionadora da economia de Foz do Iguaçu está na relação entre o turismo e sua economia voltada às relações de fronteira.

MAPA 5
Mesorregião Oeste: Eixo A e Eixo B

Fonte: www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia

A relevância da cidade seria certamente muito menor, não fossem suas potencialidades turísticas. A Hidrelétrica de Itaipu e as Cataratas do Iguaçu, com seu potencial turístico internacional, conectam Foz do Iguaçu a diversas regiões e nações.

Porém, uma análise centralizada no turismo acaba ofuscando o papel de outros setores da economia em Foz do Iguaçu. Qual a capacidade econômica de sua agroindústria, do comércio atacadista e varejista, e da prestação de serviços em geral? Portanto, antes de analisarmos a importância das diversas formas de turismo responsável em grande parte pela importância regional de Foz do Iguaçu, é necessário entender a dimensão dos outros setores de sua economia.

Vários estudos sobre a economia de Foz do Iguaçu têm sido taxativos na definição da construção de Itaipu como um marco para os aspectos econômicos e sociais da cidade. A construção da hidrelétrica tem nesses aspectos tanto influência positivas quanto negativas. Como influência positiva, os Royalties pagos a Foz do Iguaçu - que desde 2002 ultrapassa a quantia de 10 milhões de reais - se colocam como outra fonte de recursos para o município.

Mas, responsável pelo rápido crescimento demográfico de Foz do Iguaçu, e grande geradora de empregos para a massa de imigrantes, o término de sua construção se constituiu em um grande problema de ordem econômica e social.

Foz do Iguaçu é certamente uma das cidades com os mais graves problemas sociais do Oeste Paranaense. Vários fatores, como o grande número de favelas, consideravelmente superior à Cascavel e Toledo, como mostra a Tabela 1 (p. 118) e o alto índice de criminalidade, estão ligados a um contingente de mão-de-obra de baixa escolaridade.

É em grande parte dessa fonte de mão-de-obra que se sustenta o comércio informal com Ciudad Del Este, caracterizado por atividades extremamente precárias. A conhecida travessia de produtos contrabandeados pela Ponte da Amizade, feita por “laranjas” ou “mulas”, são os maiores exemplos dessa realidade.

TABELA 1

Áreas de favelas	
Municípios	Unidades
Cascavel	09
Foz do Iguaçu	58
Toledo	0

FONTE: PERIS, Alfredo; BRAGA, Eliezio, 1996.

Para analisar as potencialidades dos setores mais importantes da economia de Foz do Iguaçu, buscaremos traçar comparação com os outros dois pólos regionais, Toledo e Cascavel. Faremos esta análise a partir da verificação de dados referentes à produção agropecuária, comercial (varejista e atacadista) e industrial, pois são estes os setores mais importantes da economia regional.

Como evidenciam os dados contidos na Tabela 2, a especialização nestes setores da economia no Oeste Paranaense fica evidente. Estes dados, referentes ao ano de 2003, mostram uma característica produtiva regional atual que vem se mantendo desde a década de 1980, de acordo com Peris (2002).

TABELA 2

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (toneladas) - 2003			
Municípios	Soja	Milho	Trigo
Cascavel	258.500	184.500	50.158
Foz do Iguaçu	28.800	40.200	2.000
Toledo	232.790	169.200	91.090
REBANHO (cabeças) - 2003			
Municípios	Bovino	Suíno	De Frango
Cascavel	113.290	40.739	5.520.402
Foz do Iguaçu	6.562	2.277	13.900
Toledo	55.890	331.790	7.543.870

FONTE: www.ibge.gov.br

A amplitude dos rebanhos bovinos, suínos e de frangos de Toledo faz do segmento de abates um dos mais importantes para a geração de empregos. Em Cascavel, o segmento de abates e processamento de aves se caracteriza como um grande empregador para a mão de obra local.

É notável a grande discrepância ao compararmos a produção agrícola e agropecuária de Foz do Iguaçu com os outros dois pólos regionais. Como mostram os dados da tabela, a sua produção nesses setores é muito reduzida, se comparada à Cascavel e Toledo.

Pelo potencial de sua produção agropecuária, Toledo apresenta um número de estabelecimentos industriais superior ao registrado por Foz do Iguaçu. O maior número de estabelecimentos comerciais em Foz do Iguaçu está no segmento do comércio varejista e atacadista.

Pela grande importância da atividade agropecuária, os dados na Tabela 3 agrupam a agroindústria às demais atividades industriais. Mesmo com a presença de indústria de madeira, refrigerantes, estrutura metálica (IPARDES, 2003), o setor agropecuário é o de maior relevância na geração de empregos em toda Mesorregião Oeste. A agropecuária é a responsável pelo crescimento não apenas dos pólos regionais, mas de todo o Oeste Paranaense.

TABELA 3

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (2005)					
Municípios	Número de Estabelecimentos por Setor				
	Indústria	Com. Varejo	Comércio Atacado	Serviços	Total
Cascavel	717	3. 115	317	589	4. 738
Foz do Iguaçu	223	2. 428	406	538	3. 595
Toledo	344	1. 117	44	430	1. 935

FONTE: www.paranacidade.gov.br

Como Foz do Iguaçu destoa do restante da região, sua pequena atividade agroindustrial faz com que tenha de maneira generalizada uma atividade industrial reduzida, se comparada a Cascavel e Toledo. Segundo dados do IPARDES (2003), seus estabelecimentos industriais estão atrelados principalmente à indústria de estruturas metálicas e de madeira.

O maior equilíbrio apresentado entre os três pólos está na capacidade de prestação de serviços. O destaque de Toledo deve-se a sua inserção em uma área de pequenos municípios, com reduzida capacidade nesse setor. Peris e Braga (2002) detectaram que todo o Eixo A, onde se insere Toledo, não é caracterizado por uma vocação na prestação de serviços.

Cascavel e Foz do Iguaçu apresentam um equilíbrio bastante evidente. No Eixo B - que se conforma entre os dois municípios - o potencial de prestação de serviços é bastante elevado, comparando-se com o Eixo A. Assim, a força de atração destes dois pólos está atrelada principalmente à prestação de serviços.

Em relação à Foz do Iguaçu, Cascavel tem uma capacidade mais ampla e generalizada na prestação de serviços. A especialização no atendimento da demanda regional por serviços está dando a Cascavel uma considerável vantagem sobre Foz do Iguaçu. (Peris e Braga, 2002, p. 309).

O Plano Real afetou de duas maneiras o comércio local de Foz do Iguaçu, sendo muito difícil precisar a real amplitude de seu impacto. Desde meados da década de 1990, a economia do município vem sofrendo profundamente com a ação de fatores exógenos.

Como as relações de fronteira dependem dos direcionamentos de toda macro-economia nacional, o comércio transfronteiriço com os municípios vizinhos, Puerto Iguazu e Ciudad Del Este sofrem fortes transformações ligadas diretamente à variação cambial.

Pela forte participação do comércio ilegal nas atividades econômicas de Ciudad Del Este, e a pouca vitalidade econômica da pequena Puerto Iguazu, a cidade brasileira sempre teve um forte poder de atração sobre a população destas cidades. Lojas de roupas, de móveis, supermercados, farmácias, etc., tinham um lucro bastante elevado, com o atendimento da população destas cidades. Esta capacidade de atração na prestação de serviços foi profundamente afetada pela valorização do Real perante as moedas estrangeiras.

No entanto, se por um lado o Plano Real afetou negativamente o comércio de Foz do Iguaçu na fronteira, por outro, por sua valorização perante o dólar, proporcionou no início de sua implantação um grande aumento no turismo de compras em Ciudad Del Este.

As atividades informacionais envolvendo turismo de compras em Ciudad Del Este exercem fortes efeitos para toda a economia de Foz do Iguaçu, pois não é somente o comércio da cidade paraguaia que tem relação direta com o turismo de compras. Várias atividades em Foz do Iguaçu, como a hotelaria e o transporte urbano sofrem efeitos diretos desse tipo de turismo.

A força de seu comércio varejista e atacadista também está intimamente associada ao turismo. O enorme contingente de visitantes, para o turismo de compras em Ciudad Del Este e para turismo nas Cataratas do Iguaçu e Itaipu, é um dos fatores responsáveis pela importância deste segmento de sua economia.

É dessa forma que a polarização exercida por Foz do Iguaçu no Oeste Paranaense é muito distinta da exercida por Cascavel e Toledo. Se estas cidades têm na relação entre agroindústria e prestação de serviços a grande força motriz de suas economias, Foz do Iguaçu terá na associação entre turismo e prestação de serviços essa função.

4.1 - A importância do turismo em Foz do Iguaçu.

Em Foz do Iguaçu o turismo é a indústria motriz de que fala Manoel Correia de Andrade (1987, p. 59). A constatação de que os mais importantes setores da economia do município têm ligação direta com o turismo revela o real valor desse setor para a economia da cidade.

A massa de trabalhadores tem, de maneira predominante, suas atividades ligadas ao turismo. Mas, há que se ressaltar uma separação bem marcada nas atividades ligadas ao turismo, pois estas se caracterizam de duas maneiras bastante diferentes. Responsável pela maior complexidade da fronteira, há o turismo de compras em Ciudad Del Este, um gigantesco volume comercial marcado por atividades ilegais e que se alimenta de uma economia basicamente informal.

Por outro lado, há o turismo concentrado nas Cataratas do Iguaçu e na Hidrelétrica de Itaipu, que possui todas as suas atividades definidas em Foz do Iguaçu, por políticas públicas nacionais, estaduais e municipais. Tem uma menor dependência da dinâmica fronteiriça local, pois estrutura-se em sua maior parte em território brasileiro.

Nesse sub-capítulo, será analisada essa forma de turismo centralizado em Foz do Iguaçu e suas potencialidades econômicas locais. Essas atividades, privilegiadas pelas políticas governamentais são geradoras de impostos para a cidade e se integra de maneira formal ao restante da economia municipal. O que nos interessa entender é como este setor está estruturado, e a maneira como se expandiu.

Se o turismo em Foz do Iguaçu é quase tão antigo quanto o surgimento da própria cidade, o seu grau de especialização é certamente um fenômeno muito mais recente. A sua estruturação, da maneira como se apresenta hoje, se deu a partir do início da década de 1980, com a construção de Itaipu e a formação do segundo grande centro de atração turística para o município.

São em torno do turismo de visitação à Itaipu e às Cataratas do Iguaçu que se interligam outros pontos turísticos de menor força. As visitas ao Parque das Aves acontecem geralmente como complementos ao turismo das Cataratas do Iguaçu, pois ambos se localizam no Parque Nacional do Iguaçu. Da mesma forma, Furnas e o Ecomuseu de Itaipu, ligados à construção de Itaipu, acabam recebendo grande contingente de turistas que estão em visita na hidrelétrica.

Foto4:
Cataratas do Iguaçu:

Localizada no Parque Nacional do Iguaçu – uma das mais importantes áreas de preservação ambiental do Paraná – as Cataratas é a mais importante atração turística de Foz do Iguaçu.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu. (2003)

Como revela o Gráfico 4 (p. 124), é a partir do início da década de 1980 que a Usina de Itaipu se constitui em um outro importante ponto de atração turística. O número de turistas registrados em 2005 foi de 450 mil visitantes na margem brasileira. Existe uma poderosa estrutura em Itaipu para fazer da hidrelétrica este importante ponto de atração turística.

Com salas de cinemas que projetam filmes sobre a história da construção da hidrelétrica, passeios de ônibus no espaço externo levando até uma visão monumental do vertedouro, e visitas acompanhadas ao seu interior, Itaipu é um verdadeiro complexo turístico. O discurso militar, alardeando a construção da maior usina hidrelétrica do

mundo, fez a fama de Itaipu, sendo também muito forte o seu poder de atração de turistas estrangeiros.

No lado brasileiro, Itaipu acaba se beneficiando não apenas pela estruturação de seu complexo para o recebimento de turistas, mas também das demais possibilidades turísticas de Foz do Iguaçu. Assim, ao mesmo tempo em que a hidrelétrica sustenta outros pontos turísticos, é privilegiada pelas Cataratas do Iguaçu. Por não contar com esta conexão, e por uma menor estruturação, o complexo de Itaipu na margem paraguaia tem um poder de atração muito inferior ao demonstrado na margem brasileira. Registrou no de 2005 um total pouco superior a 120 mil turistas. Um número bem abaixo da metade do registrado no Brasil.

Gráfico 4

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, 2006.
Organizador: Antonio Marcos Roseira

Na margem brasileira, a grande quantidade de visitantes internacionais é bastante destacada. Desde o início da década de 1990, o número de turistas estrangeiros tem ficado em torno de 200 mil. Apesar de ter uma relação de complementaridade junto ao turismo das Cataratas do Iguaçu, o discurso militar sobre a grandiosidade da obra fez

com que Itaipu se tornasse conhecida internacionalmente como uma das grandes obras da engenharia no século XX.

Esta idéia está presente na forma do turismo em torno da hidrelétrica, pois, ao chegar a seu centro de visitação, a primeira informação com que os turistas se deparam é um conjunto de dados comparativos com outras obras da engenharia, como por exemplo, o Eurotúnel e a Torre Eiffel. O visitante passa a conhecer a quantidade de concreto, aço, trabalhadores, etc.

Fotos 2 e 3:

Complexo da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O gigantismo da obra a coloca como uma das grandes obras da engenharia do século XX. Além do grande potencial energético, a hidrelétrica é um grande centro de atração de turistas, nacionais e internacionais.

Fonte: Itaipu Binacional, 2005.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu (2005), a maioria absoluta dos turistas estrangeiros que visitam Itaipu provém da Argentina com

134. 384 turistas. É seguido de longe pela China com 5.159, Chile com 3.759, Espanha com 3.685, Alemanha com 3.399, Paraguai com 2.971, e Estados Unidos com 2. 193 turistas.

As Cataratas do Iguaçu, pela sua maior fama, registra números bem mais relevantes em relação ao turismo. Na década de 1980, nos anos de 1986 e 1987, o número de visitantes foi superior a um milhão, como mostra o Gráfico 5.

Como representado no gráfico, desde 1980, o número de turistas em visita as Cataratas é expressivamente superior ao registrado pela Hidrelétrica de Itaipu. Até o ano de 2005, as Cataratas do Iguaçu recebeu um total de 19. 911. 824 turistas, enquanto a Usina Hidrelétrica de Itaipu registrou 12. 547. 990, um número 37% inferior. Se o turismo define a forma da polarização regional exercida pela economia de Foz do Iguaçu, pode-se dizer que a visitação às Cataratas é a força que impulsiona as atividades turísticas em Foz do Iguaçu.

Gráfico 5

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, 2006.
Organizador: Antonio Marcos Roseira

A maior importância das Cataratas não é apenas em escala nacional, pois o número de visitantes estrangeiros é muito superior àqueles que se dirigem à Itaipu. Isso se evidencia quando observamos os principais pólos emissores e o número de turistas estrangeiros que deles se originam. A Argentina novamente se destaca como o principal país emissor de turistas em 2005, com um total de 204. 977. É seguida por Espanha com 34. 559; Alemanha com 25. 913; França com 23.638; Paraguai com 18. 416, e Estados Unidos com 6.947 turistas.

Por estas potencialidades turísticas, lideradas pelas Cataratas do Iguaçu e pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, a cidade está entre os principais centros de atração turística do Brasil. Foz do Iguaçu é um dos mais importantes pólos turísticos nacionais, e se situa em 6º lugar entre as 10 cidades que mais recebem turistas no Brasil (Carvalho; Lima e Stamm, 2003). Está à frente de importantes cidades turísticas como Búzios e Florianópolis.

Os impactos de toda esta força turística em sua economia são bastante vastos. Como anteriormente analisado, todas as atividades comerciais da cidade são afetadas pelo setor do turismo, especialmente o seu comércio varejista e atacadista. Os setores que têm ligação direta com o turismo se destacam principalmente pela grande capacidade de geração direta de empregos.

O Gráfico 6 (p.128) demonstra que na geração do número de empregos o principal setor é a hotelaria. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Turismo, disponíveis sobre o ano de 2004, com um total de 112 estabelecimentos, a hotelaria gerou um total de 3.054 empregos fixos e 76 temporários.

Outros setores que se destacam são: gastronomia, agências de turismo e empresas de eventos. Os outros setores que empregam diretamente ligados ao turismo são órgãos administrativos municipais, estaduais e federais como Secretaria de Turismo, Paraná Turismo e Itaipu. O turismo em Foz do Iguaçu gerou em 2004 um total de 9.264 empregos diretos e 508 empregos indiretos.

Gráfico 6

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo (Departamento de Desenvolvimento de Turismo) 2004.

Como o grande suporte da economia municipal, o turismo nas Cataratas do Iguaçu e Itaipu apresenta uma forte estabilidade desde o início dos anos 1980. As oscilações apresentadas até o ano de 2005 são características do próprio setor, e também resultado de fatores exógenos, como mudanças macroeconômicas e variações cambiais.

O turismo em Foz do Iguaçu sofreu forte impacto em meados da década de 1990 com a implantação do Plano Real, que resultou numa maior valorização da moeda nacional. Associado às normas mais rígidas ao comércio dos “sacoleiros”, derivou num forte impacto nas atividades econômicas de fronteira, que vem registrando queda desde então.

O turismo interno de Foz do Iguaçu não possui ligação muito forte com o turismo de fronteira. Como os dados revelam uma estabilidade no número de visitantes, em contraposição à constante queda na atividade dos sacoleiros, o turismo formal é uma aposta cada vez maior dos órgãos governamentais.

Para a Prefeitura Municipal, ao contrário das atividades dos “sacoleiros”, o turismo municipal projeta uma imagem “saudável” da cidade para o restante do país.

Sendo uma atividade mais estável, contribui também de maneira mais eficiente para um planejamento econômico municipal.

Junto ao alcance internacional da agroindústria, as atividades em torno do turismo ampliam as conexões do Oeste Paranaense com áreas descontínuas. Se o turismo proporcionado pelas praias artificiais dos municípios banhados pelo lago de Itaipu tem um poder de atração regional, o turismo em Foz do Iguaçu alcança áreas mais longínquas.

4.2 - A atividade dos “sacoleiros” na Tríplice Fronteira.

Ciudad Del Este possui uma população acima de 220. 000 habitantes. O seu comércio, controlado por grupos de diferentes nacionalidades (chineses, japoneses, coreanos, árabes, etc.), pareceu por muitos anos desconsiderar limites legais, territoriais e políticos. Do início da década de 1980 até a primeira metade da década de 1990, o comércio de fronteira em Ciudad Del Este experimentou um período de vertiginoso crescimento.

A cidade paraguaia tornou-se um dos principais centros de compras mundiais, com efeitos devastadores em alguns setores da economia brasileira. Pela forma como se arraigou no comércio informal do Brasil, a atividade dos sacoleiros na Tríplice Fronteira desafiou grandes cadeias de lojas, principalmente de produtos eletro-eletrônicos.

Há nessas atividades na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este uma manutenção de formas precárias de comércio e trabalho. É importante considerar que a ilegalidade e precariedade do trabalho praticados na fronteira se mantêm no tempo, tendo uma história anterior às primeiras políticas de ocupação, como já observado no primeiro capítulo.

A diferença fundamental com seu passado está na atual conjuntura territorial e econômica. Se no passado caracterizava-se pelo contrabando de riquezas naturais do “sertão”, hoje é marcada pelo comércio ilegal de uma variedade de produtos - principalmente aqueles de grande conteúdo informacional e tecnológico - numa das áreas de fronteiras mais povoadas do Brasil.

Passado e presente se entrecruzam na imagem de Foz do Iguaçu. Pode-se dizer que a imagem de “terra de ninguém” que a cidade possuía na época da fundação da Colônia Militar foi difundida nas mesmas proporções do aumento das atividades de contrabando na fronteira com Ciudad Del Este. Essa idéia não é nem um pouco extremada, se pensarmos que os bilhões de dólares contrabandeados por ano pelos intrépidos sacoleiros burlam os meios de fiscalização da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e da Receita Federal brasileiras.

Se por um lado, tanto o município quanto o governo estadual buscam construir uma idéia de modernização e eficiência para o turismo em Foz do Iguaçu, por outro, é inegável a continuidade marcante das formas arcaicas de comércio e trabalho, pautados nessa completa ilegalidade.

A qualquer hora do dia ou da noite que o turista resolver atravessar a Ponte da Amizade, se deparará com um cenário desolador. Lixo por todos os lados (papel, sacos plásticos, latas de cerveja, de refrigerante, caixas e sujeiras em geral) causa uma sensação de abandono e descontrole. Indica a pobreza que sobrevive nos interstícios de toda a movimentação comercial que flui entre as duas cidades.

Essa é a outra face do turismo em Foz do Iguaçu. Há na cidade uma dicotomia que reflete sua condição sul-americana: de um lado um conjunto de atividades econômicas integradas aos altos circuitos do capitalismo mundial e, de outro, práticas econômicas arcaicas pouco desenvolvidas e que resultam em sérios problemas de caráter político e social.

Quanto mais se investiga, mais complexa se torna a problemática de comércio ilegal na fronteira. O fluxo não se restringe aos brasileiros cruzando a Ponte da Amizade para compras em Ciudad Del Este. Não se pode esquecer que da mesma forma que Ciudad Del Este é um centro irradiador de produtos contrabandeados, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, na fronteira argentina, assumem papel semelhante.

Os argentinos costumam cruzar a fronteira em direção a cidades do Oeste Paranaense, principalmente Foz do Iguaçu, à procura de produtos com preços mais baixos. Na década de 1990, ápice desta prática, o governo argentino estudou a tomada de medidas visando coibir esse comércio ilegal.

Fotos 4 e 5:

O fluxo de mercadorias na Ponte Internacional da Amizade num calmo dia de semana. As fotos revelam também as precárias condições de trabalho, de pessoas contratadas para atravessar mercadorias na ponte.

Autor: Antonio Marcos Roseira
Ano: 2004

Moradores de Puerto Iguazu realizam uma espécie de “comércio formiga”, transportando os produtos a pé ou mesmo em cima de bicicletas pela Ponte Tancredo Neves. Foi por muito tempo uma fonte importante de lucro do comércio de Foz do Iguaçu, sendo que esta prática perdeu sua força com maior valorização do real em relação ao Peso argentino.

Mas este comércio é ínfimo em relação ao fluxo de mercadorias que cruzam a Ponte da Amizade em direção ao Brasil. A atividade dos “sacoleiros” na ponte tornou-se intensa a partir da década de 1980, período em que Foz do Iguaçu começa a ampliar sua demanda turística. Essa dinâmica comercial é um resultado direto da relação bilateral entre Brasil e Paraguai.

A abertura do Porto de Paranaguá para o comércio internacional do Paraguai fez com que os produtos importados por este país – grande parte deles mercadorias falsificadas no sudeste asiático –, que entram em seu território através da BR-277 e Ponte Internacional da Amizade, retornem ao Brasil na forma do comércio ilegal praticado na fronteira.

Uma imensa variedade de produtos, preferencialmente cigarros e os diversos segmentos eletrônicos, retornam ao Brasil sem pagar qualquer imposto de importação. Televisões, Aparelhos de Som (doméstico e automotivo), Máquinas Fotográficas, Filmadoras, Vídeo Games, Computadores, Softwares, Bebidas e Perfumes são apenas parte da variedade de produtos que envolvem uma massa de “sacoleiros” e comerciantes de várias regiões de Paraná e de vários Estados brasileiros.

Mas não é somente o contrabando de produtos paraguaios importados via Porto de Santos e Paranaguá. Segundo estimativas da Polícia Federal, a falsificação de cigarros a partir do Paraguai já custava ao Brasil em 2000 um valor de 560 milhões de dólares de perdas em impostos (O Brasil Quer o Paraguai Contra o Crime: Revista Mercosul, nº. 58, 200). Os cigarros produzidos no Brasil, teoricamente para exportação

ao Paraguai, escapam da pesada carga tributária, e retornam ao território brasileiro de forma ilegal, contrabandeados ou falsificados.

A falsificação envolve ainda bebidas alcoólicas, roupas de grifes famosas, perfumes, tênis e artigos esportivos em geral. A maior parcela desses produtos falsificados é proveniente do sudeste asiático. Dentre estes itens, artigos esportivos de marcas mundialmente conhecidas como Nike, Adidas e Mizuno, encontram mercado certo no Brasil.

A força do contrabando na Ponte da Amizade alcança grandes escalas e sustenta grande parte das atividades de contrabando do comércio informal brasileiro. Todas as áreas de comércio informal das grandes capitais brasileiras, que formam o maior mercado consumidor da América do Sul, possuem relação direta com o contrabando de produtos de Ciudad Del Este.

Em São Paulo, centros nacionais do comércio informal, como a 25 de Março, sobrevivem, graças, em parte, a esta relação direta. Os efeitos dessa atividade estão nas ruas, rivalizando com o comércio de grandes cadeias de lojas em cidades brasileiras, desde as grandes capitais até pequenos centros do interior.

Segundo a revista norte-americana Forbes, uma conhecida publicação econômica, o movimento anual na cidade paraguaia gira em torno de 12 bilhões de dólares anuais. Isso faz de Ciudad Del Este o terceiro centro de compras do mundo, atrás somente da Cidade do Panamá e de Miami, esta última, a mais importante do gênero no mundo.

Cerca de oito mil pessoas que residem no lado brasileiro atravessam diariamente a fronteira para trabalhar em Ciudad Del Este. Somam-se a este número mais 10 mil laranjas - pessoas contratadas para o trabalho informal de atravessadores de mercadorias na Ponte da Amizade.

Além de fonte de emprego indireto, o turismo de compras em Ciudad Del Este proporciona ganhos para vários setores do comércio de Foz do Iguaçu. Restaurantes,

lanchonetes, taxistas, hotéis, supermercados, comércio atacadista e varejista. Até mesmo as principais atrações turísticas da cidade absorvem uma pequena parte da demanda dos sacoleiros.

A população paraguaia também costuma freqüentar o comércio de Foz do Iguaçu. Principalmente os supermercados recebem moradores de Ciudad Del Este à procura de produtos de melhor qualidade e preços acessíveis. Toda essa interação na fronteira justifica a existência de um transporte metropolitano nessa metrópole tri-nacional sul-americana.

Apesar de toda movimentação na fronteira, as estimativas da Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal sobre o valor real da circulação de mercadorias e o número de turistas, são muito imprecisas. O gigantesco volume do comércio ilegal permite o levantamento de estimativas, mas impossibilita o conhecimento exato de sua dimensão e influência econômica.

Dessa forma, até mesmo os níveis reais da dependência de Foz do Iguaçu dessas atividades são imprecisos. Embora nos últimos anos a prefeitura vem tentando dissociar a imagem da cidade desse tipo de atividade, o fato é que a sua diminuição, com a desvalorização do Real na segunda metade da década de 1990, trouxe efeitos negativos para o comércio de Foz do Iguaçu.

Mas sua importância é inegável não apenas para a cidade, mas para todo o Oeste Paranaense. Nesse sentido, políticos locais e estaduais, como o senador Álvaro Dias, vêm reivindicando por meio da Comissão Parlamentar do Mercosul, a criação de um projeto de estruturação das atividades comerciais na Tríplice Fronteira.

Capítulo III

Tríplice Fronteira, Cenário Internacional e Mercosul

1- Apresentação

São vários fatores que colocam Foz do Iguaçu como uma importante cidade rede na América do Sul. A condição de maior centro urbano da Tríplice Fronteira permite pensar alguns dilemas da rede territorial envolvendo todo o subcontinente sul-americano. A polarização regional exercida por meio de um conjunto de atividades turísticas é apenas uma das suas faces.

Foz do Iguaçu é um importante nódulo da rede territorial sul-americana à medida que congrega elementos centrais de conexividade e circulação de uma integração territorial continental. Situada num dos principais núcleos logísticos do Mercosul, a cidade tem o poder de concentrar e dispersar um conjunto de atividades, legais ou ilegais.

Ao mesmo tempo em que a Tríplice Fronteira é um local privilegiado da integração regional do Mercosul, evidencia fatores concretos de insegurança pública envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina. Num cenário internacional pós-Guerra Fria, onde contrabandistas, terroristas e criminosos em geral se constituem em novos atores transnacionais e não estatais, esta fronteira levanta uma séria problemática geopolítica na América do Sul.

Como uma cidade que permite um intenso fluxo de fronteira, Foz do Iguaçu reflete a condição paradoxal do projeto de formação do Mercosul. Como a maior cidade de uma região transfronteiriça, mostra a grande importância das zonas de fronteira – até pouco tempo com suas problemáticas praticamente ignoradas pelas propostas de integração regional.

Portanto, nos problemas suscitados por Foz do Iguaçu, cenário político internacional e as políticas de integração regional se relacionam de maneira capital. A posição territorial desta cidade faz pensar as reais condições de um projeto tão amplo e ambicioso como o Mercosul.

2 – A problemática do fluxo de pessoas e mercadorias na Tríplice Fronteira.

A circulação é o elemento fundamental envolvendo as características econômicas, políticas e sociais contemporâneas de Foz do Iguaçu. A sua posição territorial privilegiada contribui para a força de suas diversas atividades econômicas em geral.

Posicionada num núcleo logístico fundamental às políticas de integração territorial do Mercosul, compõe um importante corredor de exportação e importação para os países do Cone Sul. Numa área menor, a cidade caracteriza-se como um importante centro de integração de uma região transfronteiriça envolvendo o Oeste Paranaense, Leste Paraguaio e Nordeste Argentino. Numa área maior, constitui-se num importante “nódulo” da rede territorial sul-americana.

Em Foz do Iguaçu, a posição de cidade-rede é posta por seu importante papel na circulação envolvendo pessoas e mercadorias, legais e ilegais, resultado do comércio local e das relações econômicas entre países do Cone Sul. Nessa condição, a concepção de território reticular, já discutida anteriormente, é muito distante de uma idéia abstrata, pois vai de encontro ao dinamismo do fluxo que caracteriza a fronteira.

A circulação que envolve Foz do Iguaçu e a Tríplice Fronteira só é possível pelos elementos que compõem sua realidade local. Toda estrutura que envolve o turismo nas Cataratas do Iguaçu e na Hidrelétrica de Itaipu, associada ao comércio em Ciudad Del Este – hotéis, restaurantes, meios de transportes, comércio, etc. – constitui um conjunto de elementos que justificam a circulação.

A Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal são detentoras de um aparato local que representa o poder, a lei e as normas, e que busca imprimir uma coerência territorial à circulação de pessoas, mercadorias e até mesmo informação.

A passagem tanto de pessoas quanto de materiais faz de Foz do Iguaçu uma cidade dotada de constante desterritorialização; elemento fundamental ao funcionamento de uma rede. Como local de plena circulação, ao mesmo tempo em que é uma cidade caracterizada por uma identidade muito específica, comporta práticas típicas do que Georges Benko denomina de geografia de lugar nenhum.⁶⁴ Além dos importantes pontos de visitaço, a Rodoviria e o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu mostram a fora dos lugares de passagem.

A condio de cidade rede posta de formas distintas, pois no est somente atrelada ao movimento de pessoas e produtos, resultado do turismo. Junto s atividades tursticas Foz do Iguaçu se constitui num importante ponto de entrada e sada do territrio brasileiro.

Pelas diferenas radicais no setor do turismo, discutidas no captulo anterior, este no implica em uma forma de circulao homognea na fronteira. As trs principais atividades do turismo na Trplice Fronteira – a visitao s Cataratas, a Itaipu e o comrcio de “muambas” em Ciudad Del Este – implicam em fluxos de volume e caractersticas muito diferentes.

O turismo proporcionado pelo comrcio de “muamba” tem caractersticas e funcionamentos radicalmente distintos das atividades tursticas principais de Foz do Iguaçu. A visitao aos principais pontos da cidade est muito menos sujeita s polticas alfandegrias e at mesmo a variao cambial que tem o poder de ampliar ou diminuir o comrcio de fronteira com Ciudad Del Este.

Isso tanto verdade que o volume de passageiros no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu – importante local de entrada de turistas que priorizam como destino as Cataratas do Iguaçu e Itaipu – pouco dependente do nmero de sacoleiros em Ciudad Del Este.

⁶⁴ “Que vem a ser uma geografia de lugar nenhum? Por certo o contrrio de algum lugar, portanto de um lugar, ou melhor, de um meio. Pode-se ler tambm “meio”, isto , metade lugar, metade no-lugar. Espaço no qual no esto simbolizados nem identidade, nem relao, nem histria: os aeroportos, as rodovias, os quartos de hotel intercambiveis, cs meios de transportes.” Georges Benko, 1993, p. 247.

No Aeroporto Internacional a quantidade de embarques e desembarques registra menor volume justamente no início dos anos 1990, período de grande intensidade do comércio de “muambas”. O número de passageiros registra crescimento na primeira metade da atual década, justamente o período de menor intensidade do comércio dos sacoleiros.

Diferente dos “muambeiros” que permanecem na cidade o tempo suficiente de atravessar a fronteira e fazer as compras em Ciudad Del Este, os passageiros que se utilizam do Aeroporto Internacional estão ligado às atividades da cadeia hoteleira e dos principais restaurantes de Foz do Iguaçu. Pode-se dizer que o turismo proporcionado pela cidade constitui-se em um circuito bastante independente do comércio com Ciudad Del Este.

Gráfico 7

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo, 2005.
Organizador: Antonio Marcos Roseira

O papel exercido pela Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu é bastante diferente daquele desempenhado pelo Aeroporto Internacional. O número de embarques

e desembarques se justifica tanto pelo comércio dos sacoleiros quanto pelo fato de a cidade ser uma importante porta de entrada e saída de pessoas do território brasileiro em relação aos países vizinhos.

Não se pode esquecer principalmente da grande população de brasiguaios que tem parentes no Brasil. Parte destas centenas de milhares de brasileiros que vivem no outro lado da fronteira se utilizam do transporte proporcionado pelos ônibus de linha para entrarem e saírem do território brasileiro.

Diferente do Aeroporto Internacional, o comércio fronteiriço exerceu e ainda exerce uma grande influência no fluxo de pessoas na Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu.

Como registra o Gráfico 8 o número de passageiros alcança seu maior volume na primeira metade da década de 1990, período de maior intensidade do comércio de “muambas”.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo, 2005.
Organizador: Antonio Marcos Roseira

Ainda hoje o comércio ilegal e até mesmo os contrabandistas de drogas utilizam a Rodoviária Internacional como um meio de acesso e saída de Foz do Iguaçu. Fica visível a influência destas atividades no volume de passageiros da rodoviária quando observamos os números registrados a partir da segunda metade da década de 1990, período de maior pico das atividades do comércio na fronteira.

Junto ao volume internacional de turistas, as atividades do comércio de “muamba” e das diversas formas de contrabando, o movimento de mercadorias entre os países do Cone Sul completa a condição de cidade-rede de Foz do Iguaçu. A cidade ocupa um lugar de destaque entre os pontos de entrada e saída de produtos em todo território nacional.

Na Tríplice Fronteira está uma das mais importantes unidades de registro de exportação da Receita Federal. Como mostra o Gráfico 9 esta unidade destaca-se entre aquelas com um número superior a 200 mil registros de produtos de exportação em todo território brasileiro.

Gráfico9

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br
Organizador: Antonio Marcos Roseira

O volume de mercadorias que passa pela Tríplice Fronteira integra diversas áreas e funcionalidades. Daí o fato de Foz do Iguaçu entrelaçar diferentes formas de circulação territorial na América do Sul. Os fluxos do turismo, do comércio ilegal de mercadorias e das relações econômicas entre os países se justificam pelas inúmeras atividades nas sociedades que integram o território-rede.

A entrada e saída de pessoas, mercadorias e mesmo informação na Tríplice Fronteira só é possível graças aos elementos que garantem a integração do Oeste Paranaense com as demais áreas do Cone Sul. Como demonstramos no primeiro capítulo, a conexividade territorial foi o elemento fundamental para o desenvolvimento e a importância de toda a região.

Não se pode esquecer que a rede territorial funciona de acordo com cenários políticos, econômicos e sociais. Assim, a entrada e saída, principalmente de pessoas e mercadorias, tende a ser “disciplinada” conforme funcionalidades específicas da sociedade e do território, sendo que estas se dão diferentemente em cada momento da história.

A afirmação de Raffestin, de que a circulação é a imagem do poder (1993, p. 202), ajuda-nos a entender a batalha travada diariamente entre o poder do Estado e os diversos atores que sustentam a circulação ilegal na Tríplice Fronteira. As redes são traçadas dentro de uma funcionalidade política e econômica, e re-apropriadas por atores com objetivos próprios.

Os sacoleiros, contrabandistas e traficantes se utilizam de uma rede construída de acordo com funcionalidades diferenciadas historicamente. A Ponte Internacional da Amizade e a BR-277, os principais elementos de integração territorial do Oeste Paranaense, são re-adaptadas às necessidades desses recentes atores territoriais.

Mas como se dá essa seletividade? O espaço, segundo Gilles Deleuze e Félix Guatarri é constituído de duas características distintas, mas complementares: liso e

estriado. O espaço liso é herdeiro da organização social das sociedades nômades, enquanto no espaço estriado é fundamental a organização do aparelho de Estado.⁶⁵

No território-rede a seletividade é organizada a partir da definição do que deve ou não circular. Pensando nas redes de articulação territorial, com um espaço simultaneamente liso e estriado, só devem romper as “estrias” aqueles que obedecem a lógica de um sistema econômico e político.

No embate de forças entre os atores territoriais há sempre um duplo movimento: “estriar” o espaço liso e “alisar” o espaço estriado. Esse duplo movimento está na essência dos problemas envolvendo toda forma de circulação territorial na Tríplice Fronteira.

Essa problemática mostra que não cabe uma simples associação entre espaço liso e escala global, e espaço estriado e escala local feita por alguns autores. É verdade que as forças centrífugas da globalização tendem a “alisar” o espaço quebrando as barreiras à circulação, e, que as forças centrípetas locais tendem a criar regras e dificultar a plena circulação - daí o papel universal exercido pelas fronteiras e pelos limites territoriais.

Se o espaço envolve uma totalidade - elementos físicos, sociais, políticos e econômicos - os acontecimentos que têm com ele relação não podem sempre ser separados por escalas. Pequenas áreas contêm dinâmicas complexas que, embora dependam de uma escala global, são dotadas de características econômicas, políticas e sociais específicas. Portanto, “estriam” e “alisam” o espaço de acordo com tais características.

⁶⁵ “O espaço liso e o espaço estriado, - o espaço nômade e o espaço sedentário – o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra instituída pelo aparelho de Estado, - não são da mesma natureza. Por vezes podemos marcar uma oposição simples entre os dois tipos de Estado. Outras vezes devemos indicar uma diferença mais complexa, que faz com que os termos sucessivos das oposições consideradas não coincidam inteiramente. Outras vezes ainda devemos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças a mistura entre si: o espaço liso não para de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso.” Gilles Deleuze e Félix Guatarri, 1997, p. 180.

É dessa forma que coexistem na Tríplice Fronteira ações de caráter nômade e ações de caráter sedentário; um espaço liso e um espaço estriado interagindo simultaneamente. O contraste entre as ações que tendem ao movimento absoluto em contraposição a ações que visam à contenção da circulação é absolutamente significativo, e marca desta forma a complexidade da fronteira.

Muito distante de uma mera classificação dos diferentes atores, para entender a dinâmica do movimento territorial na Tríplice Fronteira é necessário observar as características de suas ações.

Retomando Raffestin (1993), é necessário considerar que a fronteira é antes de tudo um sinal, um conjunto menor do limite territorial. Como o limite territorial engloba o conjunto de um modelo político, econômico e social, é necessário observar as ações dentro desse arcabouço.

Quando nos referimos a um limite territorial, estamos nos reportando também a uma área de contato, onde se encontram e interagem dois modelos sociais. Os atritos no controle das fronteiras refletem conflitos gerados pelas diferenças na interação destes dois - ou três, como muito bem demonstra o caso específico de nosso estudo - modelos sociais.

Na Tríplice Fronteira, por meio da relação entre Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, as maiores diferenças econômicas e sociais se dão entre as cidades brasileira e paraguaia. Como Brasil e Argentina são as duas maiores forças econômicas no Cone Sul, a passagem de mercadorias entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu estão geralmente ligadas às variações cambiais ou as diferenças nos valores dos produtos, originadas por singularidades nas características econômicas e produtivas dos dois países.

Desta forma, as ações dos órgãos de fiscalização nos dois lados da fronteira estarão voltadas a um tipo de fluxo mais comum nas regiões fronteiriças. No caso de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, o “comércio formiga” na Ponte Tancredo Neves possui

um volume infinitamente inferior aquele realizado na Ponte Internacional da Amizade. Constitui-se - junto ao movimento do comércio internacional entre Brasil e Argentina - no objetivo principal da fiscalização.

Nessa análise não se pode esquecer dos processos de corrupção envolvendo funcionários de órgãos fiscalizadores. É amplamente conhecido o fato de a corrupção ser extremamente comum nas fronteiras dos países sul-americanos; especialmente naquelas de grande circulação de mercadorias. Boa parte das atividades ilícitas que se cometem na área da Tríplice Fronteira, principalmente na Ponte da Amizade e na Ponte Tancredo Neves, está associada a episódios de corrupção de funcionários públicos (Bartolomé, 2003, 32). Esta corrupção envolvendo a fiscalização na Tríplice Fronteira, internacionalmente conhecida, é um componente do movimento de mercadorias, principalmente entre Brasil e Paraguai.

A relação de fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este é infinitamente mais complexa. A ilegalidade não é o único elemento a ser considerado na questão. Não se pode esquecer que além de ser corredor de exportação e importação entre os dois países, é uma “porta” ao mar para o Paraguai, prisioneiro geopolítico.

É nesse sentido que tanto os fiscais da Receita Federal e os agentes da Polícia Federal brasileira têm duas ações marcadamente opostas. Pela complexidade da passagem da Ponte Internacional da Amizade, os dois órgãos de fiscalização têm um papel capital, e as suas possibilidades em ordenar o fluxo na fronteira refletem diretamente no poder de seletividade da rede territorial.

Ainda trilhando os conceitos de Deleuze e Guatarri, a fiscalização “estriando” e “alisando” o território na Tríplice Fronteira se reflete de maneira bastante expressiva em todos os países do Cone Sul. Pelo caráter muitas vezes paradoxal, como nos mostram os casos de corrupção envolvendo os órgãos de fiscalização, as características destas ações são extremamente complexas.

A partir do momento em que os agentes da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Receita Federal permitem o cumprimento da agenda dos acordos comerciais do Mercosul – ou deixam de exercer suas funções de fiscalização por corrupção ou impossibilidade técnica – consentem o rompimento de obstáculos à circulação no território. Ao mesmo tempo, as tentativas de barrar toda forma de comércio ilegal e contrabando de drogas e armas constituem-se em impedimento, ou seja, em estrias à circulação.

Dentro desse funcionamento, “sacoleiros”, contrabandistas, traficantes, dentre uma variedade de outros, são fundamentalmente atores territoriais. Desafiando leis, acordos, tratados bilaterais e multilaterais que regem o funcionamento das fronteiras, estes atores possuem meios de circulação com efeitos diretos no funcionamento do território.

Os ganhos econômicos propiciados por suas práticas são garantidos pela capacidade de deslocamento. Utilizam-se das vias de transporte, traçam novas rotas de acordo com o perigo de apreensão de suas mercadorias - próximo ou distante da região de fronteira⁶⁶ -, subornam agentes de fiscalização e contratam “laranjas” / “mulas” para a travessia das mercadorias na Ponte da Amizade.

Como não existem estatísticas precisas sobre o volume do comércio ilegal, as apreensões cada vez maiores da Polícia Federal não indicam somente o aumento na eficiência do órgão fiscalizador. Mostram também os meios pelos quais o comércio ilegal se irradia pelo território.

⁶⁶ “A Polícia Rodoviária Federal (PRF) De Rio do Sul conseguiu apreender, na madrugada de ontem (13/06/2005) a maior carga de contrabando dos últimos três meses, segundo o inspetor-chefe Manoel Fernandes Bitencourt, da 4º Delegacia da PRF. Um Fiat Fiorino de Curitiba (PR) estava lotado, segundo o inspetor-chefe, com pacotes de cigarros, calças, jaquetas, relógios, materiais de informática, CDs e DVDs. No total, foram apreendidos 1.403 produtos. A apreensão ocorreu às 4h30min, no km 180 da BR-470, em Pouso Redondo. Dois homens, com idade de 24 e 23 anos, foram detidos, mas já liberados. Os envolvidos informaram que saíram de Foz do Iguaçu e que o destino da carga seria Tubarão. Eles agora serão intimados a depor pela PRF. A carga foi encaminhada para o depósito da Receita Federal em Blumenau. Segundo Bitencourt, a PRF da região vem fazendo um trabalho intenso de fiscalização na BR-470 e isso está fazendo com que os contrabandistas mudem de rota. “Fazia tempo que não pegávamos uma carga grande. Isso não quer dizer que diminui o contrabando, mas que eles estão fazendo outras rotas, sabendo de nosso trabalho.”” 23 de junho de 2005 – PRF Apreende Carro Lotado de Produtos Ilegais. Apud. O Brasil Contra a Pirataria, 2005, p. 124.

Pelo fato da circulação ser a espinha dorsal destas atividades, os órgãos fiscalizadores têm se deparado com verdadeiras estratégias territoriais. Em março de 2005 foi apreendida num hotel no centro de Foz do Iguaçu uma quantia de 100 mil dólares em mercadorias contrabandeadas, culminando na prisão de três pessoas.⁶⁷ Os contrabandistas transformaram o hotel em uma espécie de depósito, de onde eram deslocadas as mercadorias.

Como tem sido muito grande o volume de contrabando, as ações não se restringem aos sacoleiros. Cada vez mais, junto aos traficantes de armas e drogas, operam grandes sistemas de estoque e deslocamento. Pelas décadas de incapacidade de fiscalização e apreensão da Receita Federal e Polícia Federal, estes sistemas foram se ampliando e se especializando, ao ponto de tornar visíveis os limites da segurança pública no Brasil.

Há um verdadeiro clima de guerra envolvendo comerciantes ilegais, contrabandistas de drogas e armas, a Polícia Federal e a Receita Federal. É também com ações visando o deslocamento no território que os órgãos de fiscalização vêm buscando desmontar as poderosas redes sustentadoras dos gigantescos contrabandos que abastecem mercados em toda América do Sul.

O trabalho destes órgãos parte de ações simultâneas visando tanto o estoque em determinados locais, quanto a circulação pelas principais estradas de rodagem e por caminhos “alternativos”. Mas, embora a Receita e Polícia Rodoviária Federal tenham ampliado seu escopo de investigação, envolvendo agora hotéis, estacionamentos,

⁶⁷ “Uma denúncia recebida pela PF em Foz do Iguaçu dava conta que o hotel Luft, estaria abrigando uma grande quantidade de cigarros, pneus e outras mercadorias fruto de descaminho. Inicialmente os quartos foram vistoriados, sendo encontrada grande quantidade de caixas de cigarros contrabandeados, além de eletrônicos e informática. A informação dava conta ainda de um local nos fundos do estabelecimento, onde haveria mais mercadoria. De posse da informação, fiscais e policiais iniciaram uma tentativa de localizar o depósito. Depois de horas de procura, chegou-se a um calabouço, onde funcionam as caldeiras e máquinas da piscina. Lá foram encontrados 163 caixas de cigarros e mais 61 pneus de vários tamanhos. Ao todo foram apreendidos 530 caixas de cigarros, mais 70 pneus, 75 cilindros de gás para o ar refrigerado, material de informática e eletrônicos, entre outros. Tais mercadorias seriam comercializadas na cidade de Videira (SC).” 22 de março de 2005 – Três Pessoas Presas com Cigarros Contrabandeados. Apud. O Brasil Contra Pirataria, 2005, p. 114 – 115.

depósitos clandestinos e pequenas estradas, a grande massa das apreensões ainda se encontra na principal rodovia o Oeste Paranaense. Na BR-277, principalmente no trecho que sai de Foz do Iguaçu até a cidade de Medianeira (a 50 quilômetros), é nos ônibus de “muambeiros” que ainda está a maior fonte de apreensão.

Embora os sacoleiros ainda utilizem empresas de linha, como tem demonstrado apreensões na Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu⁶⁸, a maior parte do transporte de mercadorias ilegais é feita por meio de ônibus fretados. Como a fiscalização não é dotada de uma estrutura eficiente para uma investigação desse grande volume ilegal de mercadorias, os “sacoleiros” dificultam os trabalhos de apreensão, viajando em comboio.

A amplitude dos fluxos ilegais na Tríplice Fronteira chama atenção até mesmo da comunidade internacional pelos seus efeitos corrosivos em larga escala. O grande volume de carros brasileiros roubados com destino ao Paraguai e diversos tipos de armas e munição que abastecem organizações criminosas de todo Brasil e América do Sul fazem da área um elemento desafiador da segurança nacional.

Junto ao contrabando de drogas, estas atividades têm ligação direta com os maiores grupos criminosos das grandes capitais brasileiras. Sendo o contrabando irradiado por toda rede territorial sul-americana, as atividades criminosas relacionadas à Tríplice Fronteira atingem uma escala continental.

Por estas características, a Tríplice Fronteira exerce uma influência muito grande na rede territorial da América do Sul. A Ponte Internacional da Amizade, como

⁶⁸ “A Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, Polícia Rodoviária e Polícia Rodoviária Federal, realizaram na tarde de 18/04, uma operação especial surpresa na Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu, onde o efetivo de mais de 40 servidores cercou o local e suas proximidades, apreendendo mercadorias que caracterizavam contrabando e descaminho e que excedia a cota permitida. Todos os ônibus que estavam partindo da cidade foram vistoriados nas plataformas de embarque, além dos passageiros que aguardavam sua hora de embarque e que ainda se encontravam no interior da Rodoviária. Foram vistoriados também os quartos, depósitos e demais dependência de um hotel e duas pousadas localizadas nos arredores da Rodoviária, sem que houvesse identificação de hóspedes. Nessa operação, foram apreendidas mercadorias não declaradas que lotaram um caminhão, avaliadas em aproximadamente US\$ 70 mil, entre elas, informática, eletrônicos, cigarros, mercadorias para bazar e 6 quilos de maconha.” Operação Especial Fecha Rodoviária de Foz do Iguaçu. Apud. O Brasil Contra a Pirataria, 2005, p. 101.

principal trecho de conexão entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, tem uma imensa capacidade de convergir esta universalidade de fluxos e irradiá-los para todo subcontinente sul-americano.

Foz do Iguaçu, como a maior e mais importante cidade da Tríplice Fronteira se coloca como um importante nóculo da rede territorial, à medida que promove, por meio de práticas específicas, a conexividade de várias áreas da América do Sul.

Ao desafiar as normas que regem a globalização e a regionalização dos blocos econômicos, os fluxos centralizados e difundidos a partir de Foz do Iguaçu exercem poderosos efeitos sobre a organização econômica, política e social nos países do Cone Sul. Palco dos acordos que regem o processo de formação do Mercosul, as fragilidades de controle territorial dos Estados-parte são evidenciadas de maneira radical por esta fronteira.

3 - Tríplice Fronteira e cenário internacional contemporâneo.

Como discutido já na introdução, os novos inimigos globais, que são também novos atores transnacionais, caracterizam o atual período da globalização por meio de riscos invisíveis e inesperados .

É dessa forma que toda a discussão contemporânea envolvendo o cenário internacional e a Geografia Política parece encontrar poderosos ecos na Tríplice Fronteira. Todos os fatores típicos em escala global - contrabando, tráfico de drogas, de armas, lavagem de dinheiro, etc. - associados à precariedade do controle da circulação na Tríplice Fronteira, indicam um cenário de insegurança regional.

As atividades ilegais são constantemente associadas à presença de uma grande comunidade árabe na fronteira - em torno de dez mil habitantes em Foz do Iguaçu e três

mil em Ciudad Del Este.⁶⁹ A presença dessa comunidade induz a investigações sobre possíveis financiamentos de poderosos grupos terroristas internacionais. Segundo Philip K. Abbott, (2005), tenente-coronel do exército norte-americano, desconfia-se da presença de simpatizantes de organizações terroristas como o grupo shiita libanês Hezbollah, da Al-Qaeda, do grupo fundamentalista Hamas e do grupo egípcio islâmico Jihad.

Para muitos líderes locais de Foz do Iguaçu, tais ligações perigosas não passam de especulação, cujo resultado é a criação de um clima negativo para a cidade e para os negócios envolvendo o turismo. Apesar de toda a especulação, alegam que nunca foram encontradas provas concretas de possíveis ligações da cidade e da Tríplice Fronteira com o terrorismo global. Segundo as lideranças da comunidade árabe local, tais associações não passam de especulação.⁷⁰

A associação entre esta comunidade e as atividades ilícitas na Tríplice Fronteira alcança patamares muito mais concretos do que a simples especulação, à medida que é até mesmo base de investigação do próprio governo dos Estados Unidos. Pelo volume de criminalidade e atividades ilícitas, a Tríplice Fronteira é tida pelo governo norte-americano como uma das possíveis áreas de esconderijo e financiamento de grupos terroristas na América do Sul.

Segundo Philip Abbott, militar norte-americano, os objetivos da estratégia nacional dos Estados Unidos é identificar e eliminar as ameaças terroristas antes que alcancem as suas fronteiras (2005, p. 20). Para isso o governo está atendo a ambientes

⁶⁹ “A área da tríplice fronteira é o maior centro de contrabando da América do Sul e onde se encontra uma comunidade árabe grande e ativa. A maioria é Shi’a e a minoria é Sunni, havendo ainda uma pequena população de cristãos emigrados do Líbano, Síria Egito e dos territórios palestinos, aproximadamente 50 anos atrás. A maioria desses imigrantes árabes vive do comércio na Cidade do Leste, mas reside em Foz do Iguaçu na margem brasileira do Rio Iguaçu”. Philip K. Abbott, 2005, p. 16.

⁷⁰ “Os líderes árabes e muçulmanos na tríplice fronteira afirmam que seus membros são pessoas com opiniões políticas moderadas, que tem vivido em harmonia com o resto da população por muitos anos e que têm rejeitado pontos de vista extremos e terrorismo. A maioria dos 20 mil árabes e muçulmanos que vivem na área da tríplice fronteira diz que seria impossível para os terroristas se esconderem entre eles e negam qualquer envio de dinheiro para o Hezbollah.” Op. cit, p.

propícios ao desenvolvimento do terrorismo. Na visão deste militar, a Tríplice Fronteira é certamente um destes locais.⁷¹

Na concepção deste tenente coronel, a América Latina não consegue negar refúgio aos terroristas por sua incapacidade em utilizar de maneira eficiente elementos militares, políticos e econômicos no combate a estas atividades. Afirma que a segurança pública dos países latino-americanos não está preparada para enfrentar as redes terroristas (2005, p. 20).

Contrariando o que dizem os representantes da comunidade árabe em Foz do Iguaçu, alega que as possibilidades de terrorismo na área, com sustentação no comércio ilícito em Ciudad Del Este e por laços da comunidade muçulmana de Foz do Iguaçu, não é um mito.

No entanto, para Héctor Guerín, diretor do jornal paraguaio Vanguardia, o problema da fronteira está no crime organizado e não no terrorismo, como afirmam os norte-americanos. Nesse sentido, Bartolomé (2003, p. 26) alega que a presença da máfia chinesa em Ciudad Del Este, com uma população estimada em 30 mil pessoas, se constitui em um dos maiores grupos de atividades criminosas na região. O objetivo essencial desta máfia é cobrar “imposto” sobre os contêineres oriundos da Ásia importados pelos comerciantes.

A ação do crime organizado é amplamente reconhecida pela Polícia Federal do Brasil. Para este órgão, a ação dos sacoleiros, que atingiu o seu auge na década de 1990, é controlada por poderosas redes de crime organizado, onde o atacadista substitui o sacoleiro. Em matéria publicada no site da Polícia Federal em novembro de 2004, o

⁷¹ Grupos terroristas procuram ambientes ricos em alvos para obter apoio financeiro, proteção e recrutamento. Seis milhões de muçulmanos moram nas cidades da América Latina, as quais são centros ideais para recrutar e esconder terroristas. Áreas em que a ação dos governos não se faz muito presente, principalmente na região do Amazonas, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Brasil apresentam terreno facilmente explorável para onde levar pessoas e material. Cidades latino-americanas superpopulosas são refúgio para muitos grupos despojados de direito civis e para comunidades marginalizadas capazes de apoiar atividades terroristas ou fomentar seu próprio terrorismo. Op.cit. p. 19.

delegado José Carlos Araújo vê uma íntima relação entre o comércio ilegal e o crime organizado.

Afirma que na época da prisão de Law Kin Chung, considerado o maior contrabandista do país e dono de 600 lojas e três shoppings populares em São Paulo, o fluxo de mercadorias na Ponte da Amizade praticamente parou. A prisão Law Kin Chung faz parte de ações onde o governo federal tem endurecido a fiscalização e buscado desmontar o crime organizado envolvendo o comércio ilícito nas áreas de fronteira e nas grandes capitais do país.

O governo federal, por meio do programa “O Brasil Contra a Pirataria”, tem buscado traçar ações conjuntas, tanto por mecanismos multilaterais quanto bilaterais. Em 2004, período em que ocupou a presidência Pró Tempore do Mercosul, o Brasil propôs uma agenda de cooperação regional no combate às atividades criminosas e atribuiu prioridade a discussão da pirataria.

Foram traçadas políticas bilaterais com o Paraguai e os Estados Unidos, com objetivos de frear o grande volume destas atividades. Com o país vizinho, o Brasil passou a estudar mecanismos de controle à transação ilegal de produtos, em grande parte proveniente de outros mercados, principalmente do extremo oriente. Os dois países passaram a trabalhar em conjunto na instalação de controles integrados na Tríplice Fronteira.

Com os Estados Unidos foi assinada a “Declaração Conjunta Anti-Pirataria”, com a visita de parlamentares brasileiros aos seus pares no congresso norte-americano em 2004. Esta cooperação existe ainda por meio do intercâmbio de informação entre a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal brasileiras e órgãos de investigação norte-americanos como a CIA.

O programa “O Brasil Contra a Pirataria” tem um alcance de ação bastante amplo, atingindo vários setores do comércio informal. Os meios de apreensão que a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal vêm adotando, faz

parte das necessidades impostas pelas atuais políticas de contenção de falsificação, contrabando e desvio de mercadorias. Os resultados atingidos são bastante expressivos, pois o volume de ônibus na fronteira de Foz do Iguaçu diminuiu 57% até o final de 2004.

No entanto, por mais que os países do Cone Sul propagam suas empreitadas contra as atividades ilegais, o fato é que a capacidade de investigação extremamente precária destes países não permite um avanço bastante eficaz. Para os governos dos países do Cone Sul, a divulgação de suas ações é extremamente necessária para evitar represálias envolvendo o comércio internacional.

Apesar de toda a investida dos órgãos de fiscalização, apenas 1% dos ônibus que passam na Ponte da Amizade sofre investigação da Polícia e da Receita Federal. É feita uma verificação por amostragem, onde é obtida uma estatística a respeito do volume de mercadorias ilegais e das atividades criminosas. Mas qualquer cidadão que quiser atravessar a fronteira dificilmente o fará com a fiscalização destes órgãos.

O contrabando na fronteira e sua irradiação por meio do comércio ilegal a todo território brasileiro é também inegavelmente uma questão social. Este tipo de atividade é sustentado também pela existência de uma população às margens do alto nível de consumo imposto pelas grandes empresas, pelos meios de comunicação de massa e pela sociedade em geral.

A venda de máquinas fotográficas digitais, o último boom eletrônico do mercado, é um bom exemplo. Em qualquer loja de Ciudad Del Este é possível encontrá-las a preços infinitamente inferiores aqueles oferecidos por redes de lojas nacionais. Por isso, é compreensível que lojas como a FNAC - grande magazine francês instalado nas principais capitais brasileiras - se encontram com dificuldades financeiras.

Associar a circulação ilegal de mercadorias somente a atividades criminosas é desconsiderar a realidade social de onde estas práticas são exercidas. Por mais que o

Brasil e Paraguai adotem medidas de contenção destas atividades, são as suas próprias condições econômicas e sociais que alimentam este circuito.

Bartolomé (2003, p.34) afirma que o caso da Tríplice Fronteira demonstra a natureza multidimensional da segurança. Retomando a concepção multidimensional de território, Foz do Iguaçu evidencia uma Geografia Política de espaços abertos, ou seja, de constante desterritorialização e reterritorialização.

As principais cidades na fronteira requerem um planejamento estratégico por parte dos Estados-parte do Mercosul. O surgimento e o desenvolvimento de Foz do Iguaçu estiveram atrelados a sua circunscrição a esfera de poder do governo central. É importante ressaltar que por questões de rivalidades geopolíticas na época da construção de Itaipu, a cidade ficou sob o controle dos militares como uma área de desenvolvimento estratégico.

Se não estamos mais na época destas grandes rivalidades regionais, as ameaças desterritorializadas exigem um tratamento especial às cidades e às economias de fronteiras. Trata-se de levar em conta as novas condições de segurança e controle territorial no atual cenário político internacional.

O avançado processo de globalização e os novos princípios das relações internacionais reordenam a soberania nacional. Como salientado, questões como devastação ambiental, atividades criminosas e terroristas fazem parte da agenda internacional, e dentro de uma conjuntura de “governança sem governo” (Rosenau, 2000) transcende às vezes até a esfera de poder do Estado-nação.

Num mundo de uma única superpotência, a postura radical dos Estados Unidos em várias regiões do globo tem mostrado o quanto estas questões podem ser alvos de uma política unilateral e agressiva. As tímidas iniciativas da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul têm evidenciado a morosidade com que se movem as iniciativas para a Tríplice Fronteira.

4 - Mercosul e Tríplice Fronteira: potencialidades e fragilidades regionais.

Dentre todos os projetos de integração política e econômica na América do Sul, o mais significativo e ambicioso é certamente o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. A proposta inicial o coloca como a tentativa de criação da mais ampla integração regional no continente sul-americano, visando atingir o estágio de Mercado Comum.

O processo de formação do Mercosul, desde seu início, oscila da descrença a um forte impacto, tanto por parte da população, como da opinião pública e dos meios de comunicação.⁷² É inegável que surgiram novas perspectivas para a relação entre os países do Cone Sul com a assinatura do Tratado de Assunção, pois a eliminação da tarifas alfandegárias, o primeiro passo previsto no documento, deu início à superação de entraves ao intercâmbio comercial. Posteriormente, no ano de 1995, foi criada a Tarifa Externa Comum (TEC) como forma de estabelecer uma “barreira” à importação de produtos de países terceiros, criando ainda mais laços ao comércio intra-regional.

Este re-arranjo das relações políticas e comerciais passou a proporcionar uma maior interdependência entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, e mais recentemente com os novos sócios, Chile e Bolívia. O Brasil, embora não tenha o Mercosul como o mais importante destino de suas exportações, experimentou desde o início da década de 1990 um estreitamento das trocas comerciais com os Estados partes,

⁷² “O Mercado Comum do Sul (Mercosul) entrou em vigor no primeiro dia do ano com uma zona de livre comércio e união aduaneira, apesar do ceticismo inicial dos empresários, do governo norte-americano e de parte da imprensa brasileira. No domingo seguinte a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, a mais influente revista semanal do país publicou matéria de duas colunas intitulada “Pacto Cucaracha”, referência depreciativa ao recém nascido Mercosul, visto na época pelo governo e pela imprensa dos Estados Unidos, como um “anel de protecionismo” entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. No último dia quatro de janeiro, a mesma Veja, dedicou em sua edição oito páginas ao Mercosul, adotando uma linha editorial mais positiva que a de março de 1991, quando o Tratado de Assunção estabeleceu as diretrizes para a formação de um novo espaço econômico. Em seu primeiro número de 1995, a Isto É na capa especial sobre o Mercosul, de dez páginas, afirmando que o bloco dos quatro é “coisa de gente grande”, pois “pelo leito de 13 bilhões que fluem anualmente no comércio do Mercosul começam a navegar em 1995 os mais ambiciosos projetos de infra-estrutura da América do Sul”. Maria Helena Tachinardi, 1995. P. 79 - 80.

como revela o Gráfico 10. Nota-se um decrescimento entre os anos de 1999 e 2002, reflexo da crise asiática e do Real.

Gráfico 10

Fonte: Federação Paranaense do Comércio, 2006.
Organizador: Antonio Marcos Roseira

Como os projetos de integração territorial, o aumento do intercâmbio comercial evidencia uma grande reorganização das forças produtivas locais para absorver os novos espaços de consumo e novas ofertas de produtos. Segundo Mônica Kuwahara (1999), com exceção do Brasil, todos os Estados-parte tiveram o Mercosul como o principal destino de suas trocas comerciais.

Principalmente para as duas menores economias do Cone Sul, Paraguai e Uruguai, o acesso menos restrito aos mercados vizinhos é sinônimo de uma ampliação sem precedentes das possibilidades de exportação.

No entanto, os abalos econômicos ao longo da década de 1990 levantaram sérias dúvidas sobre as economias “emergentes”, e em consequência sobre a formação do Mercosul. A crise mexicana em 1995 e a desvalorização do real, intensificada a

partir de 1997 com a crise dos tigres asiáticos, provocaram fortes abalos nas economias do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Aliado a isso, o choque que a abertura gerou nos mercados regionais continua a produzir atritos políticos e econômicos. Embora com acesso a mercados anteriormente mais fechados, os Estados partes têm uma relação caracterizada por constantes crises e abalos devido às grandes disparidades políticas, econômicas e sociais entre si.

As crises trazem a certeza de que o Mercosul envolve um processo bastante instável. Certamente, como examinam alguns especialistas, o equívoco das propostas iniciais do projeto do Mercosul foi tratar a formação desse bloco econômico regional como um processo linear, desconsiderando a complexa realidade de seus sócios.

Propor a formação de um Mercado Comum, que implica a livre circulação de pessoas, bens, serviços e fatores produtivos, num período inferior a quatro anos, beira ao delírio. É desconsiderar todas as diferenças políticas, econômicas e sociais entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina.⁷³

Porém, mesmo com as constantes crises, a integração no Cone Sul está muito além de um conjunto de dados econômicos, pois passa indubitavelmente a delinear uma nova realidade regional, com desdobramentos bastante amplos, atingindo política, economia e cultura.

O Mercosul se constitui no núcleo duro de toda integração sul-americana e se caracteriza como uma experiência de coesão, que vai desde a superação das rivalidades até a afirmação da democracia, num projeto envolvendo o fortalecimento de seus parceiros. A cooperação promovida por esse bloco econômico elevou os níveis de interdependência entre seus Estados-partes e se coloca até mesmo como forma de resistência a projetos exteriores. O nível de integração proposto pelos norte-americanos

⁷³ “Os Estados-partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido em 31 de Dezembro de 2004, e que se denominará “Mercado Comum do Sul” (Mercosul). Este Mercado Comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente.” Tratado de Assunção, 1991.

para a Área de Livre Comércio das Américas - Alca é inferior à formação de um Mercado Comum contida no Tratado de Assunção.

No contexto de uma economia mundial marcada pela multipolaridade, o Mercosul se caracteriza como um meio concreto de enfrentamento dos desafios da competitividade econômica e de representatividade política. Pode-se dizer até mesmo que os acordos de cooperação no Cone Sul se enquadram numa conjuntura ideológica de união dos “fracos” e, também, de “meridionalismo” como coloca André Roberto Martin.⁷⁴

Porém, as instabilidades políticas e econômicas não são os únicos problemas graves no projeto de formação do Mercosul. Já identificamos que a priorização dos eixos de desenvolvimento integrado, ao mesmo tempo em que possibilita uma conexividade territorial, se constitui numa fragilidade dos projetos de integração territorial na América do Sul.

Quando Hartshorne (1950) afirma que a morfologia de um Estado-área é significativa por afetar as funções do Estado, permite até mesmo entender o papel do território nas políticas do Mercosul; ajuda a pensar as funções de áreas politicamente organizadas.

Dentro da conjuntura de relações territoriais do Mercosul, qual vem sendo o papel das zonas de fronteira? Tendo em vista os problemas específicos, os debates envolvendo estas áreas, historicamente tão caras à relação entre os países sul-americanos, começaram muito tarde, e vêm se desenrolando de forma bastante rudimentar.

A Declaração de Foz do Iguaçu, no I Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça (2002) promovida pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul,

⁷⁴ “O “meridionalismo” corresponde, no plano da ideologia a aceitação da condição de meridionalidade e sua utilização como trunfo no contexto internacional global. Se é natural que os fracos e os fortes se dividam, então, a despeito de todas as desvantagens do Sul em relação ao Norte, existe ao menos uma vantagem estratégica no sentido oposto, isto é, precisamente o fato de não encontrarem no Sul tensões suficientes a ponto de impossibilitar a cooperação hemisférica e o exercício da solidariedade internacional vis-à-vis com cada um dos grandes blocos do setentrão.” André Roberto Martin, 1992, p. 117.

reivindica uma agenda específica voltada às áreas de fronteiras. Reivindica ainda, políticas que busquem novas regulamentações para o funcionamento da Tríplice Fronteira. Estas seriam caracterizadas por leis e normas que respeitassem suas singularidades.

Estas novas leis e normas visariam uma maior proximidade da produção em áreas de fronteira, como demonstra a proposta da Associação das Indústrias de Arroz de Uruguaiana: o arroz colhido na Argentina teria sua secagem e armazenamento feita em território brasileiro.

A Ata de Foz do Iguaçu reivindica a criação de mecanismos legais para a conversão monetária, de forma a simplificar o comércio entre os países membros, e ainda, leis específicas para a questão trabalhista. Outras propostas são reivindicadas pela sociedade civil, como a criação de um cartão de identidade único aos moradores destas regiões, atestando a condição de “cidadão fronteiriço”.

Estas propostas, com o apoio da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, começam a ser estudadas pelos órgãos que compõem a estrutura jurídico-institucional do Mercosul. No entanto as próprias condições da Tríplice Fronteira permitem questionar uma possível eficácia destas políticas.

Na presidência Pró Tempore da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em 2002 como senador representante do Brasil, o atual governador paranaense Roberto Requião é um dos principais articuladores políticos das propostas de liberalização comercial na Tríplice Fronteira. Mas, apesar de esta ser uma necessidade coerente com as propostas do Tratado de Assunção, apenas se tornam aplicáveis com uma modernização conjunta dos Estados-parte nos mecanismos de controle dos fluxos ilícitos de pessoas e mercadorias.

Este é um paradoxo do Mercosul, pois se as propostas integracionistas procuram arquitetá-lo como um veículo à prosperidade, a complexa realidade da Tríplice Fronteira não pode ser esquecida. Numa região tão problemática, não se

unificariam somente as riquezas, mas também todo um conjunto de problemas sociais, políticos, econômicos e de segurança pública em geral.

Foz do Iguaçu é uma das faces concretas deste dilema, pois à medida que se caracteriza como um local privilegiado da integração, também se transforma em claro exemplo de suas fragilidades. Portanto, criar uma agenda voltada às cidades de fronteira se coloca como uma necessidade fundamental e significa pensar a morfologia de uma área politicamente organizada dentro de um sistema regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de integração regional, redefinindo as relações entre os países do Cone Sul, colocam em outro patamar a discussão sobre as áreas de fronteira entre seus Estados partes. Para entender a relação dos países sul-americanos, estudos sobre suas fronteiras são fundamentais.

A situação das mais importantes áreas de limite territorial na América do Sul é bastante ilustrativa para a compreensão das mudanças ocorridas ao longo dos anos na relação entre os seus países. Por suas condições econômicas, políticas e sociais, as fronteiras extremamente porosas sempre revelaram a situação precária de controle de seus territórios.

Como discutido, o Brasil, com o maior território do subcontinente, possui vastas áreas de fronteiras com deficiência de controle. Nos períodos de disputas geopolíticas mais acirradas, eram os seus limites territoriais ao Sul o foco de maior preocupação. A famosa Guerra da Tríplice Aliança na segunda metade do século XIX revela a importância que os conflitos envolvendo o território tiveram na história da Bacia Platina.

Hoje, a situação das fronteiras brasileiras tem muito para revelar a respeito das atuais condições dos projetos de cooperação continental. Mais especificamente no Cone Sul, com o Mercosul, considerado o mais ambicioso projeto de integração regional do subcontinente, as zonas de fronteira são carentes de propostas e projetos que visam a melhoria de sua vigilância e controle.

Porém, a problemática das fronteiras no Cone Sul é ainda mais complexa, na medida em que desvendam a condição paradoxal dos projetos de integração. Se estes projetos mostram a busca por uma aproximação cada vez maior entre os países, a situação das fronteiras revela que uma maior integração entre os lugares traria também

um aumento no intercâmbio de fluxos ilegais de mercadorias, drogas e contrabando de armas.

A Tríplice Fronteira, pelos fatores levantados na pesquisa, se destaca como uma das mais importantes áreas de limite territorial na América do Sul. A pertinência do seu estudo está em sua condição reveladora da realidade do controle territorial entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Qual é o real valor das zonas de fronteira no projeto de integração do Mercosul? Desde o Tratado de Assunção, em 1991, tem ficado claro a ausência de políticas específicas envolvendo estas áreas.

Foz do Iguaçu, como analisado, é polarizadora de uma importante região transfronteiriça envolvendo o Leste Paraguaio, o Nordeste Argentino e o Oeste Paranaense. Pelo volume de trocas legais e ilegais na fronteira, a ausência de projetos específicos voltados para a área é reveladora das grandes deficiências do Mercosul. Reduzido a eixos de integração no que se refere a políticas territoriais, esse bloco econômico não tem privilegiado áreas extremamente problemáticas.

A gravidade da situação da Tríplice Fronteira, que numa concepção multidimensional do poder se insere num contexto geopolítico mundial, indica a necessidade de novas prioridades envolvendo projetos multilaterais entre Brasil, Paraguai e Argentina. O progresso da integração sul-americana passa por políticas voltadas às especificidades de áreas como estas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDERSON, Kay. Thinking "Postnationally": Dialogue Across Multicultural, Indigenous, and Settler Spaces. **Annals of Association of American Geographers**. Washington. Vol. 90. p. 381 - 391. 2000.

ABBOTT, Philip K. A Ameaça Terrorista na Área da Tríplice Fronteira: Mito ou Realidade? **Military Review**, Janeiro/Fevereiro de 2005. p. 18 - 23.

ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. **A Teoria do Lugar Central: Bases Teóricas e Evidências Empíricas**. São Paulo: IPE-USP, 1982. 215p.

ACCIOLY, Elisabeth. **O Mercosul e a União Européia: Estrutura Jurídico Institucional**. Curitiba: Juruá, 1999. 221p.

ALVES, José Augusto L. Fragmentação ou Recuperação. **Política Externa**. São Paulo. Vol. 13. p. 09 - 19. Setembro/Outubro/Novembro de 2004.

ANDRADE, Manoel Correia. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento. Uma Introdução a Economia Regional**. São Paulo: Ed. Atlas, 1987, 150p.

ARRIOLA, Salvador. Economia e Política Externa na América Latina. Política Externa e Processos de Integração. As Assimetrias e a Integração: O Começo de Uma Resposta. **Política Externa**. São Paulo, Vol. 11. p. 99 - 111. Setembro/Outubro/ Novembro de 2002.

ARROYO, Mônica. Mercosul: Discursos de uma Nova Dimensão do Território que Encobre Antigas Falácias. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 308 - 314.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (Buenos Aires). **Integración em el Sector Transporte em el Cone Sur**. Transporte Terrestre. Buenos Aires. 1997. 154p.

BARTOLOMÉ, Mariano César. A Tríplice Fronteira: Principal Foco de Insegurança no Cone Sul-Americano. **Military Review**, 2º Trimestre de 2003. p. 22 - 35.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Raízes do Desenvolvimento. **Novos Estudos do Cebrap**. São Paulo. N. 71. p. 127 - 143. Março de 2005.

BAUMANN, Renato. Uma Visão Econômica da Globalização. In: BAUMANN, Renato et al. **O Brasil e a Economia Global**. São Paulo: Editora Campus, 1996.p. 33 - 51.

BECKER, Berta. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia (RBG)**. Rio de Janeiro, V. 50, Número Especial. p. 99 - 125. 1988.

_____. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.

Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271 - 307.

_____. Brasil. **Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1992, 268p.

_____. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território.** Rio de Janeiro, n. 06. p. 29 - 42. Jan./Jun. de 1999.

_____. Tendências de Transformação do Território no Brasil. Vetores e Circuitos. **Revista Território.** Rio de Janeiro, V.1 (2). p. 05 - 17. Jan./Jun. de 1997.

BENKO, Georges. **Economia Espaço e Globalização na Autora do Século XXI.** São Paulo: Hucitec. 2002. 264p.

_____. Geografia de Lugar Nenhum ou Hiperglobalização. Breve Exame do Mundo Pós-Moderno. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994. p. 247 – 250.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Volume I. Brasília: Editora UnB, 1995. 666p.

_____. **Dicionário de Política.** Volume II. Brasília: Editora UnB, 1995. 1318p.

CARVALHEIRO, E. M; Lima, J. F; Stamm. A Análise da Movimentação Turística no Município de Foz do Iguaçu (PR) - 1983 a 2000. **Informe Gepec.** Cascavel, Vol. 7, nº 2. p. 01 - 20. Jul./Dez, 2003.

CASTRO, Armando; CARDOSO, Fernando Jorge. **Dinâmicas e Espaços de Integração.** In: A Integração Aberta. Um Projeto da União Européia e do Mercosul. Lisboa: IEEI, 1995. 367p.

CASTRO, Iná Elias. O problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117 - 140.

CATAIA, Marcio Antonio. **Território Nacional e Fronteiras Internas.** 2001, 234p. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (São Paulo, SP). **Cadernos de Migração: Brasiguaios.** São Paulo, 1989. 41 p.

CICCOLELLA, Pablo José. Desconstrução / Reconstrução do Território no Âmbito dos Processos de Globalização e Integração. In: Santos, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994. p. 296 - 307.

CLINTON, W. Inaugural Address. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov>

CLINTON, W. Remarks by the President to the 52º session of the U.N. General Assembly. Disponível em <http://www.whitehouse.gov>

COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras. Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena: Editora Educativa, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Edusp, 1992. 374p.

_____. **Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul-Americana**. Rio de Janeiro, Revista Território, n. 07. p. 25 – 41. Jul./Dez. 1999.

DANESE, Sérgio F. O Brasil e a América do Sul: Apontamentos para a História de Uma Convergência. **Política Externa**. São Paulo. Vol. 09. p. 49 - 71. Março/Abril/Maio de 2001.

DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs, Vol. 01**. São Paulo: Editora 34, 1996. 91p.

_____. **Mil Platôs, Vol. 03**. São Paulo: Editora 34, 1996. 115p.

_____. **Mil Platôs, Vol. 05**. São Paulo: Editora 34, 1996. 234p.

DIAS, Leila Christina. **O Problema da Escala**. In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 141 - 162.

FERRER, Aldo. A Relação Argentina - Brasil no Contexto do Mercosul e a Integração Sul-Americana. **Política Externa**. São Paulo. Vol. 09. p. 05 - 17. Setembro/Outubro/Novembro de 2000.

FONSECA JR. Gelson. Aspectos da Teoria das Relações Internacionais: Notas Didáticas. **Política Externa**. São Paulo. Vol. 3. p. 72 – 100. Dezembro de 1994.

_____. A Verdade e o Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. p. 01 - 14.

FOZ DO IGUAÇU TURISMO S/A. DEPARTAMENTO TÉCNICO. (Foz do Iguaçu, PR). Estatísticas. Foz do Iguaçu, 1998, 30p.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade Regional e Globalização**. 1999. 231f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO,

Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49 - 76.

GREGORY, Derek. Teoria Social e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editors, 1995. p. 90 - 122.

GREGORY, Valdir. Colonização e Fronteiras: O Caso do Estado do Paraná (1930 – 1960). In: LOPES, Marcos A. **Espaço da Memória. Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 111 - 133.

GÜTHS, Lia Dorotéa. Zona Bonita nos Caminhos da Colonização da Fronteira. In: LOPES, Marcos A. **Espaço da Memória. Fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000. p. 135 - 160.

HAESBAERT, Rogério. Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo. In: **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: Editora Eduff, 1998. p. 11 - 104.

_____. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400p.

HARTSHORNE, Richard. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. **Annals of the Association of American Geographers**. Washington, Volume XXIII, p. 195 - 228, December, 1933.

_____. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978, 203p.

_____. The Functional Approach in Political Geography. **Annals of the Association of American Geographers**. Washington, Volume XL, p. 95 - 130, December, 1950.

HUDSON, Alan. Offshorenness, Globalization and Sovereignty: A Postmodern Geo-Political Economy? **Transactions of the Institute of British Geographers**. London, Volume 25, p. 269 - 283. September, 2000.

HYNDMAN, Jennifer. Border Crossings. **Antipode**. Phoenix, Vol. 29, p. 149 - 176, April, 1997.

INSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.
www.ibge.gov.br.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (Curitiba, PR). **Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense na Década de 90**. Curitiba, 2003. 95p.

_____. (Curitiba, PR). **Caderno Estatístico Municipal de Foz do Iguaçu**. Curitiba, 2005. 30p.

_____. (Curitiba, PR). **Leituras Regionais - Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense**. Curitiba, 2003. 119p.

Kuwahara, Mônica Yukie. **Mercosul: Além da Problemática Comercial**. 1999, 207p. Dissertação de Mestrado. Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAFER, Celso. **O Cenário Mundial e o Relacionamento União Européia/Mercosul**. Política Externa. São Paulo, vol. 09, p. 88 - 91, Junho/Julho/Agosto de 2000.

LAFER, Celso & FONSECA JR, Gelson. **Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas (Notas Analíticas e Algumas Sugestões**. In: FONSECA JR & NABUCO DE CASTRO, S. H. Temas de Política Externa Brasileira II. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994).

LAVINAS, Lena et al. **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 311p.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999. 214p.

LIMA, Jandir Ferreira. Integração Regional: Paraná, Brasil e Mercosul. In: **Mesorregião Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas**. ITAIPU BINACIONAL / UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ, 2001, 527p.

MACEDO JR, Ronaldo Porto. Foucault: O Poder e o Direito. **Revista Tempo Social**. São Paulo. Vol. 02. p. 151 - 176. Primeiro Semestre de 1990.

MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. **Revista Território**. Rio de Janeiro. nº. 8. p. 7 - 23. Jan./Jun. de 2000.

MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. p. VII - XXIII.

MARTIN, André Roberto. Qual é o Nosso Bloco?: O Brasil Procura o seu Lugar no Mundo. In: SCARLATO, Francisco C. (Org). **O Novo Mapa do Mundo : Globalização e Espaço Latino-Americano**. São Paulo : Hucitec/Annablume, 2002, p. 105 - 121.

MARTINS, Ricardo Silveira. Caracterização da Infra-Estrutura de Transporte. In: **Mesorregião Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas**. ITAIPU BINACIONAL / UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ, 2001, 527p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: EDUA, 1997, 300p.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA. Subsecretaria de Prevencion de Adicciones y Control de Drogas. Dirección de Relaciones Institucionales y Estadísticas (Misiones).

Anuario Narcotráfico 2004. Provincia de Misiones. (Misiones), 2005. 150p.

MITCHELL, Kataryne. Transnational Discourse: Bringing Geography Back In. **Atipode**. Phoenix. Vol. 29, p. 101- 114. 1997.

NETO, Silveira. **Do Guayra aos Saltos do Iguassu**. Curitiba: Companhia Editora Nacional, 1939. 107p.

Ó THUATHAIL, Gearóid. Dis/placing the Geo-Politics Which One Cannot Not Want. **Political Geography**. Brunswick. Vol. 19. p. 385 -396. 2000.

_____. The Postmodern Geopolitical Condition. State, Statecraft, and Security at the Millennium. **Annals of the Association of American Geographers**. Washington. Vol. 90. p. 166 - 178. Março de 1997.

PASQUARIELO, Karina Lilia. **Mercosul e Sindicatos. A Participação das Centrais Sindicais no Subgrupo 11**. 1996, 147p. Dissertação (Mestrado em Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).

PEÑA, Felix. Mercosul: Análise de uma Década e Tendências para o Futuro. **Política Externa**. São Paulo, Vol. 10. p. 07 – 23. Junho/Julho/Agosto de 2001.

PERIS, Alfredo Fonseca; BRAGA, Eliézio Goulart. Eixos de Desenvolvimento Intra-Regionais. In: **Mesorregião Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas**. ITAIPU BINACIONAL / UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ, 2001, 527p.

PORTER, Michael. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993. 897p

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, SP, Editora Brasiliense, 1970, 310p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU (Foz do Iguaçu, PR). **Ensaio Monográfico de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 1988. 133p.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.269p.

RIBEIRO, Letícia Parente. As Cidades Gêmeas **Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este: Interações Espaciais na Fronteira Brasil-Paraguai**. 2001. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ROSENAU, James N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernest-Otto. **Governança Sem Governo: Ordem e**

Transformação na Política Mundial. Brasília: Editora UNB, 2000. 11 - 41.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. **O Processo de Reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial.** In: Ministério da Integração Nacional (Brasília, DF). Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Documento Eletrônico Impresso. Brasília, 2005. p. 31 - 40.

SANTOS, Edmilson Moutinho. Petróleo - Quadro Estratégico-Global no Início do Século XXI. **Política Externa.** São Paulo, Vol. 12. p. 95 – 115. Junho/Julho/Agosto de 2003.

SANTOS, Marlene Xavier. BR-277 - **A Vivificação da Fronteira.** 1995. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. **O Retorno do Território.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1993. p. 15 - 20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. 471p.

SEABRA, Odete; Carvalho, Mônica; Leite, José Corrêa. (Org). **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 127p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE FOZ DO IGUAÇU - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO. (Foz do Iguaçu, PR) Estatísticas. Foz do Iguaçu, 2005, 15p.

_____. www.fozdoiguacu.pr.gov.br

SERRA, José. Alca, Mercosul e a Abertura Externa Brasileira. **Política Externa.** São Paulo. , Vol. 07. p. 15 - 30. Junho de 1998.

SMITH, Neil. Is a Critical Geopolitics Possible? Foucault, Class and the Vision Thing. **Political Geography.** New Brunswick, Vol. 19. p. 365 - 371, 2000.

_____. The Functional Approach In Political Geography. **Annals of the Association of American Geographers.** Washington, Volume XL, p. 95 - 130, December, 1950.

SOJA, Edward. **Geografia Pós-Modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 324p.

SOUZA, Álvaro José. **Paisagem, Território e Região: Em Busca da Identidade.** Cascavel: Edunioeste, 2000. 140p.

SOUZA, Edson Belo Clemente. **Estado: Produção da Região do Lago de Itaipu – Turismo e Crise Energética**. 2002. 332 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 - 116.

THRIFT, Nigel. Visando o Âmago da Região. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 215 - 247.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 206p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Diretrizes para Apresentação de Dissertações e Teses da USP: Documento Eletrônico e Impresso**. São Paulo, 2004. 110p.

VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 240p.

VIRILIO, Paul. **Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real**. São Paulo: Editora 34, 1993. 119p.

_____. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. 137p.

YOKOO, Edson. **História de Ocupação do Oeste Paranaense**. 2002. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

WACHOWICZ, Rui Cristovam. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba: Editora Littero-Técnica, 1985, 313p.